



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LARISSA FRANCO DE MELLO AQUINO PINHEIRO

(RE)TRATOS DAS INFÂNCIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Vitória

2023



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

LARISSA FRANCO DE MELLO AQUINO PINHEIRO

(RE)TRATOS DAS INFÂNCIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vania Carvalho de Araújo

Vitória

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Franco de Mello Aquino Pinheiro, Larissa, 1979-
F825((Re)tratos das infâncias na Primeira República no Brasil /
Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro. - 2023.
169 f. : il.

Orientadora: Vania Carvalho de Araújo.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Infância. 2. Capitais (Cidades). 3. Fotografia. 4. República.
I. Carvalho de Araújo, Vania. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LARISSA FRANCO DE MELLO AQUINO PINHEIRO

**(RE)TRATOS DAS INFÂNCIAS NA PRIMEIRA
REPÚBLICA NO BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Educação da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor em
Educação.

Aprovada em 06 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Vania Carvalho de Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Sandra Soares Della Fonte
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Priscila Souza Chisté
Instituto Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Maria Cristina Soares de Gouvea
Universidade Federal de Minas Gerais

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REGISTRO DE JULGAMENTO DA TESE DO CANDIDATO AO GRAU DE DOUTOR PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado intitulada “**(RE)TRATOS DAS INFÂNCIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL**” elaborada por **Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro**, candidata ao Grau de Doutora em Educação, recomendou, após apresentação da Tese, realizada no dia 06 de julho de 2023, que a mesma seja (assinale um dos itens abaixo):

(X) Aprovada

Destaca-se a relevância da temática, a pertinência da abordagem teórica e metodológica para a área de educação e demais áreas afins. Recomenda-se a publicação da pesquisa em forma de livros, de capítulos de coletânea, de artigos em periódicos, entre outros.

() Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Aprovada

Reprovada

Vania Carvalho de Araújo

Regina Helena Silva Simões

Sandra Soares Della Fonte

Priscila Souza Chisté

Maria Cristina Soares de Gouvea



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
VANIA CARVALHO DE ARAUJO - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 29/08/2023 às 17:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/782035?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
REGINA HELENA SILVA SIMOES - SIAPE 295674
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 19/09/2023 às 07:47

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/798964?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por SANDRA SOARES DELLA FONTE - SIAPE 1218475
Departamento de Ginástica - DG/CEFD
Em 20/09/2023 às 12:44

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/800551?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
WAGNER DOS SANTOS - SIAPE 2374772
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 20/09/2023 às 14:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/800711?tipoArquivo=O>



Dedico esta tese às crianças de todo o mundo.



Agradeço aos professores de todos os tempos.

Quando as crianças brincam

Fernando Pessoa

Quando as crianças brincam
E eu as oiço brincar,
Qualquer coisa em minha alma
Começa a se alegrar.
E toda aquela infância
Que não tive me vem,
Numa onda de alegria
Que não foi de ninguém.
Se quem fui é enigma,
E quem serei visão,
Quem sou ao menos sinto
Isto no coração.

RESUMO

O cenário desta pesquisa tem como referência a Primeira República no Brasil (1889-1930), período em que a legislação revela, em seu conteúdo, a preocupação em torno de um reordenamento social e político com o surgimento dos ideais republicanos que dominavam o país a partir daquele momento. A inserção da escola assume um papel de destaque através de estratégias de ação sobre o espaço habitado, inclusive no sentido de uma educação com caráter disciplinador dos corpos infantis para se adequar ao projeto de modernidade através de algumas estratégias como as novas disciplinas escolares. Ademais, houve um discurso médico-higienista por parte das autoridades da época de que as ruas são consideradas o local do ócio, da imoralidade e do crime, sendo assim consideradas inapropriadas à presença das crianças. Contudo, através de imagens disponíveis é possível identificar que o plano onde as crianças estão situadas, permite outras possibilidades de reflexão pouco evidenciadas nos estudos acerca das crianças nos acontecimentos da cidade. Dito isso, o objetivo desta investigação é identificar por meio de fotografias como as crianças se apropriam dos espaços da cidade, expressando uma complexa rede de sociabilidades e (des)pertencimento nos cenários urbanos compartilhados entre as diferentes categorias geracionais. A metodologia está dividida em estudo bibliográfico e pesquisa documental, em especial análise de fotografias. As considerações finais apontam que, por meio das diferentes formas de sociabilidades identificadas, as crianças vivem para além da convivência existente na escola e no ambiente doméstico e que sua presença na cidade também representa formas de resistências aos enquadramentos normatizadores da cidade disciplinar republicana.

Palavras-chave: Infância. Cidade. Fotografia. Primeira República. Brasil.

ABSTRACT

The scenario of this study has as reference the First Republic in Brazil (1889-1930), a period in which legislation reveals, in its content, the concern around a social and political reordering with the emergence of republican ideals that dominated the country from that moment. The insertion of the school assumes a prominent role through action strategies on the inhabited space, including in the sense of an education with a disciplining character of children's bodies to adapt to the project of modernity through some strategies such as the new school disciplines. Moreover, there was a medical-hygienist discourse by the authorities of the time that the streets are considered the place of idleness, immorality, and crime, being thus considered inappropriate to the presence of children. However, through available images it is possible to identify that the plane where the children are located allows other possibilities of reflection little evidenced in the studies about the children in the events of the city. Therefore, the aim of this investigation is to identify through photographs how children appropriate the spaces of the city, expressing a complex network of sociabilities and (dis)belonging in urban scenarios shared among different generational categories. The methodology is divided into bibliographic study and documentary research, especially analysis of photographs. The final considerations indicate that, through the different forms of sociabilities identified, the children live beyond the existing coexistence in school and in the domestic environment and that their presence in the city also represents forms of resistance to the normative frameworks of the republican disciplinary city.

Keywords: Childhood. City. Photography. First Republic. Brazil.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Oficina de Alfaiataria, Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, Vitória, ES, 1910	43
Figura 2 - Augusto Malta. Pavilhão Egípcio, o pavilhão da música, Urca, Rio de Janeiro, RJ, 1908	52
Figura 3 - Ginástica sueca das alunas da Escola Normal Dom Pedro II, Vitória, ES, 1912	57
Figura 4 - Otávio Paes. Comemoração no Parque Moscoso, Vitória, ES, 1930	58
Figura 5 - Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro em evolução no Cais do Imperador, Vitória, ES, 1911	61
Figura 6 - Visita do Presidente Hermes da Fonseca à Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, Vitória, ES, 1911.....	62
Figura 7 - Divisão territorial do Brasil em 1900	65
Figura 8 - Divisão territorial do Brasil em 1933	66
Figura 9 - Demolição de cortiços para início das obras da Avenida Central, Rio de Janeiro, RJ, 1900 c.	69
Figura 10 - Marc Ferrez. Avenida Central na altura da rua do Ouvidor com rua Miguel Couto, Rio de Janeiro, RJ, 1916	70
Figura 11 - Uma estalagem na Rua Caminho Pequeno no Morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro, RJ, 1916.....	73
Figura 12 - Augusto Malta. Demolição do morro do Castelo, no alto do morro, as ruínas da Igreja de São Sebastião. Centro, Rio de Janeiro, RJ, 1922	74
Figura 13 - Marc Ferrez. Quitandeiras, Rio de Janeiro, RJ, 1875 c.	75
Figura 14 - Guilherme Gaensly. Jardim da Luz, Kiosque da Bavaria, São Paulo, SP, 1911	79
Figura 15 - Afonso Pena visita Floresta dos Leões e a Companhia Industrial Pernambucana em Camarajibe, PE, 1906.....	84
Figura 16 - Construção da Praça da República, Belém, PA, 1910 c.	85
Figura 17 - Augusto Malta. Carnaval na Avenida Central, Rio de Janeiro, RJ, 1906 c.	89
Figura 18 - Augusto Malta. Ruínas do Portão do Forte de São Januário, Morro do Castelo, Rio de Janeiro, RJ, 1910 c.	90
Figura 19 - Augusto Malta. Carnaval na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, Centro, RJ, 1908 c.....	99
Figura 20 - Carnaval. Manaus, AM, 1913.....	100
Figura 21 - Augusto Malta. Desfile de curso durante o carnaval, Rio de Janeiro, RJ, 1919	101
Figura 22 - Carnaval em Salvador, Salvador, BA, 1910 c.	102
Figura 23 - Augusto Malta. Exposição Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1908	103

Figura 24 - Augusto Malta. Pavilhão da Nestlé na Exposição Internacional, Rio de Janeiro, RJ, 1922.....	104
Figura 25 - Augusto Malta. Avenida Passos: solenidade de inauguração das obras de prolongamento da antiga rua do Sacramento, Rio de Janeiro, RJ, 1903	105
Figura 26 - Guilherme Santos. Visita do Rei da Bélgica, Alberto I, Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro, RJ, 1920	107
Figura 27 - Inauguração do Cemitério de Santo Antônio, Vitória, ES, 1912.....	108
Figura 28 - Festa Popular, Recife, PE, 1911	110
Figura 29 - L. Lavenère. Festa da Chegança, Maceió, AL, 1905.....	111
Figura 30 - Augusto Malta. Festividade no Dia de São Sebastião; ao fundo, a Igreja de São Sebastião, Morro do Castelo, Rio de Janeiro, RJ, 20/01/1922	112
Figura 31 - Augusto Malta. Batalha das Flores, Rio de Janeiro, RJ, 1909.....	113
Figura 32 - Polícia em formação para uma homenagem póstuma ao Barão do Rio Branco, Vitória, ES, em 15/03/1912	115
Figura 33 - Avenida Jerônimo Monteiro, Vitória, ES, 1908	116
Figura 34 - Chegada do Presidente de Estado Jerônimo Monteiro na Estação de Trem, Cariacica, ES, 1912.....	117
Figura 35 - Vincenzo Pastore. Cavalo da carroça de limpeza pública caído no chão em frente ao Mercado Municipal, São Paulo, SP, 1910 c.	118
Figura 36 - Marc Ferrez. Largo de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro, RJ, 1895 c.	119
Figura 37 - Vincenzo Pastore. Mulher com crianças em terreno baldio, São Paulo, SP, 1910 c.....	120
Figura 38 - Vincenzo Pastore. Duas mulheres, uma de costas, descansando em banco de praça, São Paulo, SP, 1910 c.	121
Figura 39 - Homenagem ao presidente de estado Jerônimo Monteiro, no Parque Moscoso, Vitória, ES, 1912	122
Figura 40 - Augusto Malta. Rua Conde de Baependi: vistas parciais durante as obras de canalização do Rio Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 1905	123
Figura 41 - Augusto Malta. Rua dos Arcos, Lapa, Rio de Janeiro, RJ, 1905 c.	124
Figura 42 - Alargamento da Avenida Jerônimo Monteiro, Vitória, ES, 1910 c.....	125
Figura 43 - Augusto Malta. Pescadores na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, 1922	127
Figura 44 - Augusto Malta. Fachada do Hotel Copacabana Palace, Rio de Janeiro, RJ, 1925	128
Figura 45 - Vincenzo Pastore. Grupo de pessoas ao redor de realejo na Praça da República, São Paulo, SP, 1910 c.....	129
Figura 46 - Augusto Malta. Hospital São Zacharias no Morro do Castelo, ao lado da igreja dos jesuítas, Rio de Janeiro, RJ, 1920 c.....	131
Figura 47 - Augusto Malta. Rua Ipiranga, vista parcial em direção à Rua das Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, 1903	133

Figura 48 - Augusto Malta. Rua do Sacramento: aspectos da rua durante as demolições para seu prolongamento, Rio de Janeiro, RJ, 1903.....	133
Figura 49 - Vincenzo Pastore. Pequenos prestadores de serviço jogando bola de gude, em frente à Estação da Luz, São Paulo, SP, 1910 c.	136
Figura 50 - Augusto Malta. Esquina da rua da Alfândega com rua José Maurício, atual Thomé de Souza, Rio de Janeiro, RJ, 1910 c.	137
Figura 51 - Marc Ferrez. Aqueduto da Carioca também conhecido como Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, RJ, 1905	139
Figura 52 - George Huebner. Álbum Vistas de Manaus, Igarapé de Manaus, Manaus, AM, 1890 c.....	141
Figura 53 - Manoel Tondella. Canoa no Mangue, Recife, PE, 1905.....	142
Figura 54 - Lunara Riachinho, Porto Alegre, RS, 1900 c.	143
Figura 55 - Augusto Malta. Barracão de madeira (“cortiço”) componente da estalagem existente nos fundos dos prédios n. 12 a 44 da rua da Sé. Rio de Janeiro, 1906	145
Figura 56 - Quiosque na Rua Frei Caneca, Rio de Janeiro, RJ, 1906	146
Figura 57 - Teatro Santa Isabel, Recife, PE, 1905	147
Figura 58 - Guilherme Gaensly. Rua 15 de Novembro, São Paulo, SP, 1905 c.....	148
Figura 59 - Fábrica de cerveja e águas gasosas Gustavo Schmidt, Vitória, ES, 1912	149
Figura 60 - Manoel Tondella. Mercado Público de São José, Recife, PE, 1905.....	150
Figura 61 - Vincenzo Pastore. Encontro de mulheres, próximo ao mercado dos caipiras, São Paulo, SP, 1910 c.	152
Figura 62 - Augusto Malta. Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, RJ, 1922	153
Figura 63 - Edifício principal da fábrica dos Irmãos Reichert, São Paulo, SP, 1889.....	155
Figura 64 - Largo da Sé, São Paulo, SP, 1912 c.....	156

LISTA DE SIGLAS

APPES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMS - Instituto Moreira Salles

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. INVESTIGANDO A TEMÁTICA.....	27
3. COMO A INFÂNCIA ERA PERCEBIDA?	45
3.1 A REPÚBLICA E A POLÍTICA PARA A INFÂNCIA.....	45
3.2 A CIDADE, A ESCOLA E O FUTURO DA NAÇÃO	50
4. A CIDADE REPUBLICANA E O IDEALISMO MODERNISTA	64
5. AS CRIANÇAS EM PERSPECTIVA NA/PELA CIDADE.....	87
5.1 FESTAS.....	98
5.2 LAZER E CIRCULAÇÃO	114
5.3 BRINCADEIRAS.....	130
5.4 TRABALHO	144
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	162

1. INTRODUÇÃO

A nossa investigação tem como objetivo geral identificar, por meio de imagens de cidades no período da Primeira República no Brasil (1889-1930), como as crianças se apropriaram das ruas da cidade, fazendo delas um *locus* de produção de sociabilidades e de (des)pertencimento nos cenários urbanos compartilhados entre as diferentes categorias geracionais. O cenário geral da investigação tem como referência uma legislação que revelava em sua forma e conteúdo a preocupação em torno de um reordenamento político e social que dominou o país nesse período com a entrada de um novo regime político: a República.

Para as autoridades da época, as ruas eram consideradas o local do ócio, da imoralidade e do crime, onde se reproduziam formas de sobrevivência marginais em permanente e contundente exposição, sendo assim consideradas inapropriadas para as crianças que deveriam estar na escola. Na década de 1920, a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, foi cenário de intervenções reformistas tanto de cunho educacional, como urbanístico que se associava a um projeto de reforma social no sentido de controle e disciplina das camadas populares.

No caso brasileiro se destacava, por um lado, a transposição de discursos estrangeiros e políticas sociais de restrição da circulação de crianças nos espaços públicos, e por outro, a presença de uma tradição cultural diferenciada na relação que certos sujeitos sociais estabeleciam com os espaços públicos e privados da cidade, principalmente por questões de classe em uma país que foi se constituindo através de um projeto urbano de intensa segregação socioespacial (GOMES; GOUVEA, 2008).

Os discursos médicos e jurídicos desse período eram ligados à preocupação com o problema das crianças e adolescentes abandonados e delinquentes presentes nas ruas, denominados de “menores”¹. Em decorrência disso, foi criado um forte aparato governamental com as funções de prevenção (acautelar a criança); educação (moldar a criança pobre ao hábito do trabalho); recuperação (reabilitar o menor vicioso) e repressão (conter o menor delinquente) (RIZZINI, 1997).

¹ Por vezes, por força do recorte da pesquisa utilizamos a expressão “menor(es)” referente à categoria jurídica utilizada à época, Código de Menores de 1927, para designar tanto crianças como adolescentes considerados em situação de abandono e delinquência. Todavia, salientamos que adotamos a categoria social “criança(s)” enquanto sujeito produtor de cultura, a partir da perspectiva da Sociologia da Infância com a qual nos filiamos.

Todavia, a afirmação de que as ruas são consideradas como um espaço avesso às crianças parece contradizer a sua histórica presença nos espaços urbanos. Por meio de imagens foi possível identificar que o plano onde a criança está situada permite outras possibilidades de reflexão pouco evidenciadas nos estudos acerca da presença das crianças nos acontecimentos da cidade. A partir dessa problemática, nossa investigação pretende avançar nas discussões, tendo como fio condutor a interface entre a cidade, a criança e a educação. Até que chegamos ao nosso problema de pesquisa. Para além do pouco do que já conhecemos a respeito das culturas infantis nas cidades por meio da historiografia, como as fotografias complementam e compõem esse quadro investigativo?

Fica evidenciado, por meio de algumas pesquisas acadêmicas, que a escola ocupou um lugar central no projeto civilizador que chegava nas cidades brasileiras através da instrução pública, a começar pela Capital Federal. Conforme nos traz Monarcha (1989), o escolanovismo mobilizou diferentes setores da sociedade com a finalidade de superar o atraso nacional e permitir a entrada do país na modernidade, cabendo à pedagogia gerar uma nova forma de sociabilidade que tinha na escola sua instância principal.

Dessa maneira, a escola pública foi tomada, por meio dos discursos das autoridades educacionais, como sendo um tipo de síntese de reforma social organizada pelas oligarquias mandatárias no controle das populações urbanas, e, sendo assim, a inserção da escola assumiu um papel de destaque através de estratégias de ação sobre o espaço habitado. Os programas escolares foram se constituindo de forma a produzir representações positivas da cidade e da vida urbana, como também serviram como um eixo de articulação da escola com o moderno (PAULILO, 2011).

Para Nunes (2011, p. 374), “[...] o que estava em jogo era uma reforma do espírito público, que exigiu o alargamento da concepção da linguagem escolar e que, superando o tradicional domínio oral e escrito das palavras, buscou a construção de todo um sistema de produção de significados e interação comunicativa”. O reformismo fez parte constante da vida cultural e política do período republicano através da revisão das instituições sociais, inclusive da instrução pública. Dentro desse processo, a escola foi ganhando cada vez mais relevância e passando a ditar uma determinada presença das crianças na cidade por meio do ideário da modernidade.

Por meio das experiências ocorridas na cidade, principalmente dos acontecimentos públicos, pretendemos identificar aquelas que possibilitaram (ou não) o

aparecimento dessas infâncias. Dentro dessa ideia, questionamos: quais as relações que as crianças estabeleciam com a cidade nessa época? Como se relacionavam com os adultos e com outras crianças? Como era a política urbana nesse período e como ela influenciava nessa apropriação ou não da cidade pelas crianças? Quem eram essas crianças? Como eram (re)tratadas?

Quanto aos objetivos específicos lançados nessa investigação, nos propomos: a) problematizar como a escola, no contexto da cidade republicana, foi capturada pelos governos como forma de fomentar as práticas das chamadas “modernidades”; b) analisar como as cidades brasileiras foram se desenvolvendo no período republicano (des)acolhendo as suas infâncias; e, por fim c) identificar quem foi o sujeito criança (e sua relação com a cidade) através da imagem, para além do que já conhecemos por meio de investigações produzidas na área.

Para isso, contaremos com as contribuições de Benjamin (2017) sobre a cidade e a infância como uma experiência que se debruça em uma interpretação que procura o momento histórico vivido, refletindo sobre as contradições e paradoxos do homem e da cultura moderna. Concomitantemente, como consequência e causa, a apropriação da cidade e as relações sociais foram se remodelando e ganhando contornos nem sempre apreciados, sobretudo pelas elites modernizantes.

Segundo Lefebvre (2001), o remanejamento da cidade ocorre sempre por uma estratégia de classe que não tem relação direta com a realidade da cidade, com sua própria vida. Para ele, a vida urbana é permeada por encontros, confrontos, diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver que coabitam na cidade. É esse cenário conturbado que nos defrontamos com o início da República no Brasil.

A infância (re)tratada nas diferentes imagens e contextos como apresenta nossa investigação é a possibilidade de fazermos uma problematização de um passado recente buscando novos enunciados nas relações da criança com a cidade. Consideramos o processo de ocultação da infância por conta das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem quanto ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais das crianças, na complexidade de sua existência social (SARMENTO, 2007).

Sobre o conhecimento da fotografia, como qualquer resíduo do passado, trata-se também de um testemunho visual, assim como ocorre com os documentos escritos, não somente em relação aos elementos constitutivos que lhe dão materialidade, mas também

a uma série de dados reveladores sem precedentes na linguagem escrita da história. Além disso, o fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento de um determinado momento, ou seja, da memória (KOSSOY, 2014b).

A fim de conferir a maior tangibilidade possível às fotografias encontradas, recorreremos à literatura brasileira da época, especificamente às crônicas de João do Rio² que foram escritas em dezenas de periódicos cariocas no início do século XX. Em suas crônicas ele foi desvelando as várias feições do urbano, inclusive dos diferentes grupos sociais na cidade. Para Benjamin (1987a, p. 223), “[...] o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.

O diálogo entre as fontes imagéticas e textuais se apresenta na análise como um componente importante na compreensão do contexto, já que “[...] os textos culturais se fundamentam uns aos outros, compondo uma espécie de trama cultural. Neste sentido, só se pode compreender determinadas escolhas visuais no marco da sua historicidade e por meio da relação que as fotografias estabelecem com outros textos culturais” (MAUAD, 2008, p. 32-33).

Iniciamos nossa investigação através da busca de Teses e Dissertações no Banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), onde tivemos acesso aos estudos produzidos que tratam a relação da criança com a cidade na Primeira República. Em diálogo com as pesquisas, realizamos um estudo bibliográfico, no qual analisamos algumas categorias, assim como estabelecemos aproximações e distanciamentos em relação a nossa investigação.

Posteriormente, delineamos algumas percepções relacionadas à infância brasileira nas cidades, como forma de conhecermos as ideias em relação à criança durante o período republicano. Aqui, identificamos algumas estratégias atreladas às ideias higienistas e eugenistas, através da criação dos programas escolares direcionadas ao

² “João Paulo Alberto Coelho Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1881. Desde muito jovem, antes de completar 18 anos, iniciou sua carreira no jornalismo, sendo sua estreia realizada em *A Tribuna*, no dia 10 de junho de 1899. Em 26 de novembro de 1903, aos 22 anos, passou a fazer uso do pseudônimo João do Rio, como assinatura da reportagem ‘O Brasil lê’ na *Gazeta de Notícias*, jornal onde permaneceu até 1913. Segundo Brito Broca, o cronista carioca recorreu a Jean Lorrain, pseudônimo de Paul Duval, por quem tinha grande admiração, como leitor que especialmente recolhia a predileção do escritor francês pelos temas do *bas-fond*, as inflexões dos apelos noturnos da rua, o *frisson* de escandalizar pelo exótico. Mediante aprofundada pesquisa, Gentil de Faria aponta certos ingredientes de escrita a partir dos quais João do Rio teria encontrado modelo em Jean de Paris, pseudônimo de Napoléon-Adrien Marx, escritor cujas principais modalidades de produção tinham a cidade como matéria-prima, inscrevendo, no tom de inúmeras crônicas, as mutações urbanas da Paris do final do século XIX” (DO RIO, 2009b, p. 316).

surgimento do fenômeno urbano, das práticas assistencialistas e da repressão da ociosidade através da pedagogia do trabalho.

Em seguida, realizamos um relato dos processos envolvidos na modernização da cidade do Rio de Janeiro, então considerada Distrito Federal, tomada como expressão maior das mudanças ocorridas no plano das relações sociais cotidianas na Primeira República. Aqui, privilegiamos uma discussão que transita entre os temas da urbanização, da modernização e da exclusão social em conexão com outras cidades brasileiras. É necessário lembrar que a divisão político-administrativa do Brasil era diferente dos dias atuais. Com a Proclamação da República, em 1889, o Império do Brasil foi renomeado como Estados Unidos do Brasil, formado por vinte estados além do Distrito Federal.

Destacamos ainda o grande número de leituras, principalmente no campo da História Cultural, em destaque a História da Educação, realizadas durante a pesquisa como forma de compor o cenário social, político e cultural de um determinado recorte histórico, qual seja, a Primeira República no Brasil (1889-1930), por vezes, difícil de ser acessado pelo leitor. Por isso, fazemos uso de alguns excertos, de modo a manter em destaque alguns acontecimentos e ideias predominantes desse importante período da história do país.

As oligarquias dominantes durante a última década da Primeira República, abertas a novos arranjos econômicos e políticos, controlavam não apenas as atividades agroexportadoras, mas o próprio avanço da urbanização no país. Dito isso, e, em complementação, as reformas de instrução pública em várias capitais foram programadas como instrumento de intervenção nas cidades brasileiras por meio da ideia de escolarização. Cada vez mais, os edifícios escolares integravam o cenário das cidades, mesmo que grande parte da população estivesse fora delas.

Em linhas gerais, predominou nesse período a política conhecida como “Café com Leite” e a inexistência do voto secreto, o que favorecia o poder das oligarquias locais através do “voto de cabresto”, afastando da participação política os demais segmentos da sociedade.³ Era baixa a participação eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, sendo o eleitorado em sua maioria formado por funcionários públicos. Esse período também foi marcado por conflitos armados, revoltas populares, greves operárias, descontentamento

³ Em alusão ao predomínio da influência de São Paulo e Minas Gerais na política nacional, que eram grandes produtores de café e leite, respectivamente.

dos militares e crise financeira chamada de “encilhamento”⁴. Dois eventos importantes marcaram o contexto histórico, político e cultural de nosso recorte de pesquisa e tiveram importantes aniversários comemorados no ano de 2022: o Centenário da Semana de Arte Moderna (1922-2022) e o Bicentenário da República (1822-2022).

Nas palavras de Sarmiento (2014, p. 202), a essência das metodologias visuais é “[...] falar por imagens o que as palavras não chegam a conseguir dizer”. Por isso, a importância desta investigação é revelar a presença das infâncias na cidade, não as deixando relegadas ao esquecimento. Ao mesmo tempo, buscamos compreender a dinâmica da escola no enquadramento das crianças na cidade, dentro de uma dada normatividade, e, de qual forma as crianças conseguiram extrapolar esses ditames concebidos para/pela cidade moderna.

A escolha das fotografias obedeceu ao critério de seleção definido pelo período de recorte temporal da pesquisa, ou seja, de 1889 a 1930, na chamada Primeira República no Brasil. A busca pretendeu identificar a presença de crianças nos cenários registrados, sobretudo em áreas urbanas das cidades, nas imagens constantes em acervos *on-line*. A coleta de dados ocorreu em diálogo com as fontes textuais que trouxessem informações sobre esse período da história brasileira. Neste quesito, consideramos a tarefa de “escovar a história a contrapelo”, no sentido de analisar as fontes encontradas com a devida criticidade (BENJAMIN, 1987a, p. 225).

Ao que podemos constatar, as imagens dependem das variáveis técnicas e estéticas do contexto histórico que as produziram e das diferentes visões de mundo que concorreram no jogo das relações sociais. Sobre o papel do fotógrafo oficial e a produção da imagem, “[...] é importante levar em conta também que o controle dos meios técnicos de produção cultural envolve tanto aquele que detém o meio quanto o grupo ao qual ele serve, caso seja um fotógrafo profissional” (MAUAD, 1996, p. 08-09).

Para melhor análise do conteúdo da mensagem fotográfica e dos textos encontrados, recorreremos a uma abordagem interdisciplinar, de forma a termos uma análise mais complexa dos dados levantados. Dito isso, dialogamos com Sarmiento (2005, 2007, 2014, 2018), Benjamin (1987a, 1987b, 1991, 2017), Martins (2017), Kossoy (2014a, 2014b), Ciavatta (2008), Mauad (1990, 1996, 2005, 2008), Schwarcz (2014, 2023), Sontag (2004) e Barthes (2017), etc.

⁴ O então Ministro da Fazenda Rui Barbosa deu ordem de aumento da emissão de papel-moeda que fomentaria o crescimento econômico. Ao contrário, o país experimentou grande inflação com aumentos consideráveis dos preços (CARVALHO, 2019).

Também criamos quatro temáticas conforme a maior recorrência de achados nas fotografias, quais sejam: a) festas, b) circulação e lazer, c) brincadeiras e d) trabalho. Neste momento, ao buscarmos compreender a experiência das crianças na cidade, realizamos mais profundamente reflexões sobre a condição infantil a partir de marcadores sociais, econômicos, raciais e de gênero. Cabe destacar que o espaço urbano brasileiro foi marcado desde o seu início por uma segregação socioespacial, o que identificamos patentemente nas imagens.

Quanto aos resultados encontrados, identificamos que as fotografias apontam a presença de crianças em vários contextos da cidade. Compreendemos a cidade como possibilidade de construção de sociabilidades, mesmo diante de um cenário em que se identificava progressivamente a perda da sua dimensão pública com o atravessamento da esfera privada em suas várias dimensões, com o predomínio do caráter disciplinador que limitava potencialmente as possibilidades das crianças se afirmarem de fato como crianças. Por isso, transitamos entre impressões de pertencimento (ou não) das crianças nos espaços da cidade.

É assim que seguimos em busca das fotografias das crianças em cenários das cidades brasileiras por meio de uma abordagem através da qual entramos em diálogo com cada uma das imagens encontradas. Consideramos a fotografia como resultado de um momento histórico, mas, como todo testemunho, inacabado, deste modo sujeito à crítica. Nossa premissa ao estudar essas fotografias é revelar aquilo que não está aparente ao primeiro olhar, que permite trazer à tona as tensões sociais envolvidas nas imagens em estudo. Outro parêntesis é que lidamos com a produção da imagem com a devida desconfiança e sem naturalidade, pois bem nos ensina Sontag (2004, p. 14) “[...] imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir”.

Concluimos que existiram diferentes formas de experiências entre as crianças e seus pares, assim como nas relações entre crianças e adultos (inclusive com o próprio fotógrafo) nos espaços das cidades brasileiras, o que demonstra que as crianças viviam para além das convivências existentes no ambiente doméstico e das instituições escolares. Além disso, constatamos que sua existência nos espaços das cidades demarcava práticas e formas de resistências aos enquadramentos normatizadores da cidade republicana. Por fim, notamos que mesmo diante de uma cidade repleta de contradições, as crianças desenvolviam conhecimento na/da cidade, por meio das sensibilidades e de suas próprias formas de dar sentido à cidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2. INVESTIGANDO A TEMÁTICA

Nossa investigação tem como temática geral a análise das relações das crianças com os espaços das cidades no período da Primeira República no Brasil. A partir disso, decidimos realizar um estudo bibliográfico por meio do qual levantamos dados referentes à produção acadêmica desenvolvida nesse âmbito até julho de 2022, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nele, foram lançados no filtro de busca os descritores “infância” AND “cidade” AND “República”, de forma conjugada, como forma de filtrar um resultado que mais se aproximasse com a nossa temática de investigação.

Assim, obtivemos como resultado inicial vinte e um trabalhos, sendo que identificamos oito pesquisas mais próximas com a nossa investigação (Quadro 01).

Quadro 01 - Resultado da busca de teses e dissertações

Autor(a)	Título	Ano	Tipo	Instituição	Área de Conhecimento
Wesley Silva	Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-1941)	2007	Tese	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
Judite Maria Barboza Trindade	Metamorfose: de criança para menor Curitiba: início do século XX	1998	Tese	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	História
Vera Monteiro Larica Cabral	Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)	2008	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	História
Ivonete Pereira	Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis-1900/1940	2006	Tese	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	História
Maria Izabel de Azevedo Marques Birolli	Os Filhos da República: A Criança Pobre na Cidade de São Paulo. 1900-1927	2000	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP)	História

Autor(a)	Título	Ano	Tipo	Instituição	Área de Conhecimento
Sonia de Oliveira Camara Rangel	Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920	2006	Tese	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
Keila da Silva Santos Rodrigues	O infiltrado: Benedicto Galvão - a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)	2019	Dissertação	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Educação
Yuma Ferreira	O grau de educação se mede pelo uso do sabão: a criança e o projeto médico social da Primeira República em Natal/RN (1892-1922)	2019	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Educação

Fonte: Capes (2022).

Optamos por uma busca mais ampla com produção de pesquisas na área das Ciências Humanas. Como resultado, obtivemos pesquisas nos campos da Educação e da História produzidas entre os anos de 1998 e 2019. A partir dos objetivos de nossa investigação, selecionamos as pesquisas a partir da leitura na íntegra das mesmas, conforme apresentado no Quadro 02. Três pesquisas não foram encontradas no repositório da Capes: a tese de Camara (2006) que não foi encontrada na USP, mas tivemos acesso ao livro baseado na pesquisa lançado em 2010; a tese de Ferreira (2019) que foi encontrada na UFRN; e, por fim, a dissertação de Birolli (2000) desenvolvida na PUC-SP, que não foi encontrada em nenhum repositório digital.

Quadro 02 - Resultado de busca teses e dissertações

Título	Palavras-chave	Período	Contexto
Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-1941)	História da Educação; abandonados e delinquentes; minoridade; legislação de menores; Código de Menores; assistência e proteção; preservação e reforma; trabalho de menores	1921-1941	Belo Horizonte, MG

Título	Palavras-chave	Período	Contexto
Metamorfose: de criança para menor Curitiba: início do século XX	não disponível	início do século XX	Curitiba, PR
Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)	infância, menor abandonado, delinquência, Espírito Santo	1889-1927	Vitória, ES
Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinqüência e da desvalia: Florianópolis (1900-1940)	história; crianças e adolescentes; políticas públicas	1900-1940	Florianópolis, SC
Os filhos da República: A Criança Pobre na Cidade de São Paulo. 1900-1927	não disponível	1900-1927	São Paulo, SP
Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920	História da Educação; minoridade; crianças abandonadas; legislação; marginalidade social	década de 1920	Rio de Janeiro, RJ
O infiltrado: Benedicto Galvão - a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)	trajetória escolar e profissional; educação de negros, Primeira República; Benedicto Galvão	1881-1943	São Paulo, SP
O grau de educação se mede pelo uso do sabão: a criança e o projeto médico social da Primeira República em Natal/RN (1892-1922)	representações e prática; processo civilizador; saber médico; higiene; infância escolarizada	1892-1922	Natal, RN

Fonte: Capes (2022).

As pesquisas selecionadas têm como pano de fundo sete capitais republicanas: Belo Horizonte, Curitiba, Vitória, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro e Natal. Essas cidades compartilham de algumas similaridades, mas também apresentam algumas diferenças regionais. Certo é que as duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por acontecimentos significativos no Brasil que impactaram todas as cidades desses estudos, assim como as demais, tais como a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

E em meio a essas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que ocorreram no Brasil, se instalava um modo de vida diferente nas sociedades modernas, direcionadas pelas perspectivas de progresso e desenvolvimento urbano. Surgiam temores em relação ao aumento populacional e sua concentração nos centros urbanos, o que fugia das formas de controle sobre as pessoas, além das ameaças de insurgência e movimento de pessoas contra a ordem estabelecida.

Alguns estudiosos sobre o tema revelam que as crianças eram figuras presentes no cenário de abandono e pobreza das cidades. Foi nesse contexto que surgiram debates

políticos sugerindo que o país assumisse que estava diante de um problema social grave a demandar intervenção, com o objetivo civilizatório, culminando na elaboração de uma legislação específica de assistência e proteção à infância que foi o Código de Menores, em 1927. Antes disso, porém, no ano de 1923, ocorreu a criação do Juízo de Menores, que possibilitava ao juiz determinar o tipo de tratamento para cada situação apresentada pelos “menores abandonados ou infratores”.

A pesquisa de Silva (2007), intitulada *Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte: 1921-1941*, teve como objetivo abordar a produção sócio-histórica de representações sobre o abandono e a delinquência de menores em Belo Horizonte, entre os anos de 1921 e 1941. O autor expôs o problema do trabalho de menores na cidade através da abordagem de uma categoria de trabalhadores que marcava o cenário urbano da capital: os jornaleiros. Apresenta vários aspectos relacionados ao caráter marginal da profissão, da forma como é representado por determinados segmentos sociais.

Já a pesquisa de Cabral (2008), intitulada *Política de estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)*, se propôs a estudar a problemática da infância, através dos discursos dos Presidentes do Estado e da legislação criada na capital do Estado do Espírito Santo, entre 1889 e 1927, frente aos problemas dos menores ditos “abandonados” nas ruas da cidade. A concepção predominante era de que a rua era o lugar da indisciplina e da desordem, então, mesmo aquelas crianças e adolescentes que realizavam pequenos serviços ou trabalhos eram vistas como delinquentes em potencial.

A Primeira República marca a entrada em cena do conceito de menoridade e o aumento das relações entre o Estado e a sociedade para disciplinar o menor. O problema da criança toma uma forma política com base no ideal republicano da época. De acordo com Cabral (2008, p. 22), “[...] eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de ‘menores criminosos’”.

Em termos metodológicos, predomina nas investigações encontradas a pesquisa documental, por meio da análise de jornais, textos legislativos, processos judiciais, boletins médicos, atestados de óbitos, dentre outros (Quadro 03). Segundo Trindade (1998), por meio da análise do processo judicial foi possível perceber alguns aspectos do discurso que as classes dominantes dirigiam às camadas populares, e, juntamente com a

análise dos relatórios policiais, foi possível a recomposição do cenário onde se representavam as figuras de menores e abandonados com dados sobre o cotidiano da cidade de Curitiba.

Quadro 03 - Resultado de busca teses e dissertações

Título	Objetivo	Metodologia	Aporte teórico-metodológico
Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-1941)	Abordar a produção sócio-histórica de representações sobre o abandono e a delinquência de menores em Belo Horizonte entre os anos de 1921 e 1941	Pesquisa documental: legislação jornais revistas	Viveiros de Castro Noé Azevedo
Metamorfose: de criança para menor Curitiba: início do século XX	Reconstituir parte da história de Curitiba focalizando a dinâmica do urbano, examinando as formas de interação do menor nas ruas e procurando entender os motivos pelos quais sua presença provocou tanto constrangimento e repulsa na população	Pesquisa documental: processos judiciais legislação jornais	Michel Foucault Erving Goffman Mary del Priore Elizabeth Bartinder Philippe Ariès
Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)	Estudar a problemática da infância a partir da atuação do Estado do Espírito Santo, através dos discursos dos Presidentes do Estado e da legislação criada na capital do Estado entre 1889 e 1927, frente ao problema dos menores ditos “abandonados” nas ruas da cidade	Pesquisa documental: literatura legislação Mensagens de Governo	Irene Rizzini Laurence Bardin Fernando Torres Lodoño
Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis (1900-1940)	Analisar a história da construção das imagens que foram atribuídas às crianças e adolescentes pobres da cidade de Florianópolis, nas primeiras quatro décadas do século XX	Pesquisa documental: jornais boletins médicos registros de óbito legislação Mensagens de Governo processos judiciais legislação	Michel Foucault, Norbert Elias Michel Maffesoli Gilberto Velho

Título	Objetivo	Metodologia	Aporte teórico-metodológico
Os filhos da República: a criança pobre na cidade de São Paulo. 1900-1927	não disponível	não disponível	não disponível
Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920	Problematizar as representações acerca da infância abandonada e delinquente no Distrito Federal da década de 1920, tendo como foco central de análise os discursos produzidos pelo saber jurídico	Pesquisa documental: jornais revistas periódicos livros relatórios teses boletins anais de congressos legislação livros e registros institucionais relatórios	Michel Foucault Erving Goffman Michel de Certeau Roger Chartier
O infiltrado: Benedicto Galvão - a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)	Investigar quais as estratégias e táticas utilizadas por Benedicto Galvão que possam tê-lo auxiliado no acesso e na permanência em instituições de ensino perfazendo sua trajetória, tendo em vista as dificuldades do regime escravista que legou ao negro o acesso à escolarização	Pesquisa historiográfica: documentos escolares e registros escolar e profissional de Benedicto Galvão	Erving Goffman Michel de Certeau Pierre Bourdieu Carlo Ginzburg Sidney Chalhoub Florestan Fernandes Lilia Moritz Schwarcz
O grau de educação se mede pelo uso do sabão: a criança e o projeto médico social da Primeira República em Natal/RN (1892-1922)	Analisar o processo de conformação do saber médico higienista como um saber capaz de educar a criança, estando o mesmo no cerne da elaboração do projeto de educação das primeiras décadas do regime republicano	Pesquisa documental: legislação, escritos memorialísticos, conferências, imagens e jornais	Roger Chartier Norbert Elias Michel Foucault Anthony Giddens Irene Rizzini

Fonte: Capes (2022).

Em sua pesquisa, Camara (2010, p. 63) trabalha com jornais, e consegue traçar um paralelo entre o que se considerava ser as duas concepções de infância em discussão:

As menções de que os jornais lançaram mão, a fim de enunciar as características que a infância assumira, expressavam concepções e ideias que organizaram as formas como olharam e arquitetaram interpretações do mundo. A infância a que os jornais se referiam emergiu, foi atravessada e entrecortada por múltiplos imaginários sociais, repletos de significados próprios ao sistema cultura que partilhavam. As representações que essa infância avocava compuseram-se a partir das relações de similaridade e de diferença quanto a uma outra infância, identificada como asseada, protegida, pura, educada e integrada à sociedade. À visão imaculada da infância contrapôs-se outra infância perspectivada como pervertida, desamparada, viciosa, imoral e abandonada. Uma infância descrita pelos jornais como aparência maltrapilha, suja, descabelada, portadora de comportamento agressivos, dissonantes em relação aos valores instituidores de uma cidade que ao sagrar a imagem de ordem e progresso, negava, compulsivamente, o seu contrário.

Silva (2007) utiliza em suas pesquisas recortes de jornais como forma de atestar a presença de crianças de diferentes idades em diversas atividades produtivas na cidade: no comércio ambulante, nas casas comerciais, nas oficinas, em casas de famílias, inclusive dos meninos jornaleiros. Cabral (2008) empregou a técnica de análise de conteúdo nas Mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo, na qual foi demonstrada como os juízes de órfãos passaram a exercer papel fundamental na condução de questões envolvendo a criança e o mundo infantil no início do século XX.

Pereira (2006), identifica que os documentos utilizados na investigação auxiliaram na apreensão das mudanças ocorridas no traçado urbano de Florianópolis, levando em consideração as contradições de um discurso homogeneizante que, na tentativa de controlar e disciplinar a vida dos habitantes da cidade, encontrou barreiras devido à inexistência e/ou ineficiência de políticas públicas na saúde, educação e oferta de serviços para as camadas populares.

Ao analisar os jornais da década de 1920, Camara (2006) identifica a atenção dada à vida privada das famílias pobres. Sobre as fontes documentais, a pesquisadora destaca a utilização de imagens fotográficas como forma de ampliar a perspectiva em relação a outras formas de discursos produzidos acerca das políticas organizadas no campo da proteção e assistência à infância.

Na pesquisa de Silva (2007), identificamos que esses menores estavam inseridos em um espaço geográfico e político que era a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897 para a ser a nova capital de Minas Gerais⁵. Traz a cidade enquanto cenário econômico-produtivo na sua relação com dois componentes: o pertencimento de classe

⁵ Construída, numa primeira fase, entre 1894 e 1897, a cidade de Belo Horizonte figura como uma das obras simbólicas de maior envergadura da República brasileira.

e o pertencimento geracional. A pesquisa identificou como o abandono e a delinquência estavam expressos no plano discursivo revelados em documento oficiais, textos jornalísticos dentre outros registros. Ainda considerou a circulação de ideias reguladoras da vida social que envolveram a crescente industrialização e urbanização da cidade.

Para além de afirmar que Belo Horizonte foi uma cidade planejada, é pertinente ressaltar que foi uma cidade idealizada. “O povo não se reconhece na cidade e por isso mesmo tem necessidade de representar o que vivencia através de usos quase nunca autorizados e por tantas vezes estigmatizados e rejeitados pelas classes hegemônicas” (SILVA, 2007, p. 38-39). É essencial considerar que a configuração da cidade como espaço geográfico, com seus múltiplos lugares, nas formas como é apropriado, revela igualmente aspectos importantes na própria sociedade. O pesquisador ainda identifica que a população não se permitia subjugar pelos princípios prescritos pelas classes dirigentes, produzindo táticas de resistência em face das estratégias do poder dirigente.

Na pesquisa de Pereira (2006), intitulada *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis (1900/1940)*, entremeando as relações de forças existentes na cidade, existiam formas de preservação de si, que iam desde à teatralização ao cinismo. Tais categorias sugeridas por Michel Maffesoli permitiram analisar as muitas estratégias criadas por crianças e adolescentes pobres, para sobreviverem em um espaço que passava por transformações fundamentadas em uma série de discursos que, sob a influência de novos saberes, conclamavam a constituição de sujeitos que se adequassem ao projeto de civilidade e modernização pensado para a cidade pela elite florianopolitana.

Esse projeto vai se repetir em outras cidades brasileiras, como aponta a pesquisa de Ferreira (2019), que analisa o processo de conformação do saber médico higienista como um saber capaz de educar a criança na cidade de Natal. A partir do ideário da modernidade, a elite local traçava na cena urbana as direções para alcançar o mesmo grau de civilidade dos países considerados modernos, por meio de intervenções desde o espaço público da rua até a vida doméstica, tendo como foco a infância.

Nas práticas discursivas de um modo geral, as ruas eram consideradas locais inadequados para as crianças e adolescentes pobres, principalmente em contato com os infratores da lei, como verificado na cidade de Vitória:

As ruas eram ambientes nocivos para essas crianças que, em contato com os contraventores e criminosos de todos os tipos, passavam a se constituir em delinquentes. Assim, retirá-las das ruas seria um passo importante na tarefa

de regeneração da cidade de Vitória. Mas, não bastava afastar os ‘menores viciosos’ de seu habitat nocivo. Era preciso interná-los em estabelecimentos destinados à preparação para o trabalho (CABRAL, 2008, p. 132).

Mas, sobretudo, eram locais de produção de sociabilidades de crianças e adolescentes que se dividiam nas relações de proximidade existentes entre a casa e a rua, o que também vamos identificar nas investigações de Pereira (2006, p. 72):

Possivelmente, era com a mesma intenção, isto é, tentando escapar das sombras e garantir um lugar sob a luz da cidade iluminada, que os habitantes pobres e, em especial, os muitos meninos e meninas pobres da cidade de Florianópolis, nas primeiras quatro décadas do século XX, fizeram das ruas seu espaço por excelência. Nas ruas, criavam e mantinham relações que iriam redimensionar suas vidas. Ultrapassar as fronteiras que delimitavam a vivência desses sujeitos em suas casas de cômodo e a rua tornar-se-ia uma ‘missão’ quase impossível, devido à sua condição, já que, no cotidiano por eles vivenciado, o público e privado se confundiam, devido às características das redes sociais que teciam.

Nem sempre essas relações eram produzidas de forma livre, haja vista o controle social e a criminalização da pobreza existentes no processo de desenvolvimento das cidades brasileiras. Trindade (1998), em sua tese *Metamorfose: de criança para menor. Curitiba: início do século XX*, identificou a vigilância como reflexo de posturas e preocupações das classes dirigentes na tentativa de inserir a cidade no projeto maior de progresso e civilização. As preocupações maiores eram com a organização do espaço físico e com o reajustamento das condutas buscando, dessa forma, enquadrar os indivíduos.

A disciplinaridade do urbano que se abate sobre o contingente de despossuídos vai resultar em normas de enfrentamento para as questões centrais da nova ordem urbana. Ao aparelho policial se impõe uma tarefa urgente: identificar a parcela da população a ser controlada. Segundo Cabral (2008), a rua era vista pelas autoridades da época como um espaço onde se reproduziram formas de sobrevivência marginais, através de códigos e modelos de comportamento diversos, tornando-se ameaçador para o projeto civilizador em voga.

Silva (2007) identificou a hegemonia dos grupos que exerceram o poder político e econômico na cidade revelando as desigualdades sociais. A construção e a apropriação da cidade foram determinando, então, novas formas de relação e hierarquização sociais. Segundo Trindade (1998), a cidade com sua multiplicidade de novos tipos e comportamentos sociais foi escolhida como o *locus* da modernidade e, portanto, objeto da imposição das ações normalizadoras, com as quais se buscava a preservação da ordem.

Ainda que consideremos as diferentes formas de apropriação do espaço urbano, apropriação esta pautada no pertencimento de classe ou grupo social, mas igualmente implicada com relação de propriedade, há na cidade um lugar onde as diferenças inevitavelmente se cruzam. A rua é o lugar por excelência dessa vivência coletiva e do encontro entre essas classes heterogêneas. Para algumas crianças, entretanto, a rua representava algo a mais, pois, para além das práticas infantis, desenvolviam atividades ligadas à própria sobrevivência, por vezes precocemente “adulteradas”.

Todavia, havia a ideia da rua como principal agente de contaminação da população pobre, sobretudo da infância desamparada que convivia em meio ao processo dos problemas de urbanização da cidade em intensa aceleração. A condição de desamparo material e moral diferenciava, e fazia das crianças que viviam em ditas circunstâncias, pessoas que deviam ser tratadas e protegidas pelo poder público. A atuação do Estado foi sendo definida no marco da sua própria reformulação o que se estenderá por toda a Primeira República.

Camara (2010, p. 50) ressalta os problemas relacionados à rua enfatizando uma pretensa justificativa para as reformas urbanas que estavam se processando nas cidades brasileiras:

Dessa forma, a rua aparecia como principal agente de contaminação da população pobre, particularmente da infância desamparada, numa cidade que convivia com os problemas advindos do seu processo de urbanização acelerado. Insalubridade, alta taxa de mortalidade infantil, epidemias diversas e dizimadoras, empobrecimento crescente de um quantitativo significativo da população que não conseguia inserir-se no mercado formal de trabalho, apareciam como aspectos justificadores da implementação compulsiva dos projetos de reforma da cidade e de intervenção sobre sua população. A essa população cabia, muitas vezes, as vias públicas, os peribolos das igrejas, dos teatros, as pontes, as calçadas e as praças como habitações, mas também como espaço de sobrevivência.

Silva (2007) relaciona a chegada dos automóveis e o acondicionamento dos corpos para atender ao novo reordenamento urbano em Belo Horizonte. A primeira preocupação do recém-lançado Código de Trânsito era com os veículos, negligenciando os pedestres e, na maior parte das vezes, atribuindo-lhes a culpa pelos desastres. Também eram comuns os acidentes relatados em jornais que citavam fraturas, mutilações e até mortes causadas pela queda de crianças sob as rodas de bondes e automóveis.

A normatização da cidade acabou criando os chamados sujeitos desviantes que, por desconhecerem a legislação ou optarem por suas práticas antigas, desafiavam as autoridades e esbarravam nos projetos de mudança pensados para a cidade no que se

refere à erradicação de hábitos e costumes. Por exemplo, em festas religiosas que ocorriam em Florianópolis, algumas brincadeiras infantis não eram compreendidas, mas toleradas pelas classes dominantes:

O costume de crianças e adolescentes lançarem no chão das ruas os ‘buscapés’⁶ para assustarem os transeuntes, costume incluído no rol das proibições municipais, persistiu entre as formas de diversões das camadas populares durante as festas religiosas das quais a elite também participava, mas desempenhando outro papel. Assim, esse costume atravessou os tempos, marcando sua permanência nas práticas lúdicas e culturais dessa gente considerada ‘rude’ e possuidora de uma ‘subcultura’ (PEREIRA, 2006, p. 93).

Também, a brincadeira de soltar pipa, chamada de papagaio ou pandorga, ficou proibida no perímetro urbano da cidade sob pena de multa. Ações como estas eram constantemente denunciadas através da imprensa que cobrava atitudes enérgicas por parte das autoridades policiais.

Segundo Pereira (2006), para além do desconhecimento do ato infracional em si, pode-se supor que essas contravenções aconteciam como uma das poucas formas de desafio às autoridades. As agressões físicas e psicológicas contra as crianças ampliavam o número de denúncias nas delegacias da cidade. Estas geralmente envolviam adultos quando ocorriam entre relações familiares e intrafamiliares, de vizinhança, de amizade e patronais. Também poderiam envolver apenas crianças e adolescentes, as quais geralmente eram ocasionadas por rixas ou disputas entre grupos rivais.

Arriscamos, contudo, que quer seja como inocentes brincadeiras, quer seja como afronta às normas e as autoridades, seus instrumentos - pipa, funda, bola, peteca, entre outros - e suas atitudes, isoladas ou em conjunto, eram os símbolos e a linguagem subjetivamente utilizados por meninos e meninas pobres como única possibilidade que aquele tempo e lugar oferecia para resistirem à tentativa de normatização e padronização. Essa resistência garantiria a sobrevivência do ‘eu’, de sujeitos considerados desviantes, estranhos a uma sociedade excludente e uniformizadora (PEREIRA, 2006, p. 158).

Porém, era aceitável que as crianças e adolescentes estivessem nas fábricas e oficinas, como trabalhadores na economia informal, no comércio de bens e produtos de consumo ou prestando pequenos serviços, em todos os casos sub-remunerados. Em Belo Horizonte, foi possível encontrar inúmeros meninos engraxates, vendedores de jornais,

⁶ Taboca de bambu (ou um canudo de flandres), com urna polegada de diâmetro e uns trinta centímetros de comprimento, na qual se põe pólvora e se lacra com barro visguento chamado massapé possui um pequeno pavio para acender a pólvora (PEREIRA, 2006).

de bilhetes de loteria e de objetos diversos. Outros estavam na prática da mendicância, ou simplesmente na vagabundagem, sem contar aqueles entregues à prostituição e à pederastia. Para as camadas populares, a rua tem, sobretudo, sentido de sobrevivência (SILVA, 2007).

Cada vez mais, as ruas se tornavam lugares de passagem e, no ir e vir de uma à outra, de um bairro ao outro, cada uma dessas crianças se tornava figura fugidia, difícil de ser classificada e enquadrada no projeto de organização da cidade. Criminalizava-se a presença de crianças em espaços não-autorizados da cidade. Pereira (2006, p. 93) cita que “[...] todos os aspectos culturais da cidade passaram a ser policiados”, por exemplo, a prática do entrudo⁷. Ficou proibida a fabricação de “limões de cera”, os quais eram utilizados durante essa brincadeira. Sem contar que a música improvisada no botequim ou na esquina era tomada como sinônimo de vadiagem.

Segundo Trindade (1998, p. 13), com o fenômeno da urbanização que se processou na cidade “[...] os vários atores que já estavam presentes, entre eles crianças e menores, se colocam agora de forma diferenciada. Eles adquirem visibilidade como, por exemplo, as crianças nas ruas”. Foi o que identificou com sua investigação sobre a cidade de Curitiba, examinando as formas de interação da criança nas ruas e procurando entender os motivos pelos quais sua presença provocou tanto constrangimento e repulsa na população.

É também no sentido de revelação, da conquista do espaço público, da rua, por uma dada população que se deseja esconder, posto que sua presença incomoda. Assim são pensados dados sujeitos sociais, entre eles crianças e menores, nas tentativas de excluí-los de um espaço-tempo em que o urbano era fundamental nas estratégias de sobrevivência das camadas populares, que por isso lutavam tenazmente pelo direito de conquistar e preservar o espaço público (TRINDADE, 1998, p. 114).

Arthur Moncorvo Filho publicou a obra denominada *Histórico da Proteção à Infância no Brasil*, em 1926. Nela, reproduz a fala do senador Lopes Trovão que já, em 1896, denunciava a rua como um lugar pernicioso para a formação das crianças (SILVA, 2007). A realidade da rua, vista como grande problema, foi, por isso, ricamente retratada na tentativa de soluções. “O discurso jurídico, ao lado das teses médico-higienistas,

⁷ O entrudo era considerado uma prática incivilizada que não cabia mais dentro do processo civilizatório pelo qual passavam as cidades brasileiras. De um modo geral as festividades populares apareciam na contramão desse processo que implicava, entre outros, desafrikanizar costumes e coibir manifestações de rua (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

avolumava seus trabalhos, era o processo de reconstrução social e a formação de um novo cidadão-trabalhador padrão, que deveria emergir do povo, apresentava-se como seu objetivo último” (CABRAL, 2008, p. 42).

Pereira (2006, p. 89) analisa a influência das teorias darwinistas, principalmente do discurso eugenista, nas propostas de políticas públicas educacionais destinadas às crianças e adolescentes, de maneira geral, e, em específico, na cidade de Florianópolis:

Sem saberem ler e escrever, o que diminuía as possibilidades de acesso a atividades que poderiam romper com o ciclo de informalidade e ‘ilegalidade’ criado entre eles, pais e filhos davam continuidade à engendração e à construção de novas alternativas, não apenas de trabalho, mas de estratégias que garantissem também a manutenção de suas práticas culturais, lúdicas e de lazer, as quais também foram alvo constante da intervenção da filantropia, que, por meio de uma política de racionalização das posturas e costumes, condenava antigas formas de lazer e manifestações culturais que faziam parte da identificação cultural da cidade, mas que, naquele momento, passavam a ser rejeitadas pela elite local, já que não estavam de acordo com os paradigmas da ordem e progresso que uma sociedade civilizada deveria resguardar.

Mesmo que apoiado em ideias médico-higienistas do momento, o jurista Evaristo de Moraes denunciava em seus discursos as possíveis causas da criminalidade infantil e apontava a educação como solução dos problemas. É ainda a partir dele que o ensino profissional passou a desempenhar importante papel, da mesma forma que as escolas correcionais:

Como parte da vigilância urbana desenvolve-se um programa policial que inclui desde a repressão à prostituição, à vagabundagem e às desordens promovidas por indivíduos ébrios até o recolhimento e proteção de crianças abandonadas. Ainda integrando as medidas de vigilância, constata-se um estranho intercâmbio, que consistia na prática de *deportar* para centros menores os indivíduos indesejáveis (TRINDADE, 1998, p. 129).

Os menores, abandonados e delinquentes, eram vistos como necessitados de serem submetidos a medidas de preservação e reforma. A preocupação das autoridades e da sociedade organizada vai desencadear uma série de iniciativas que incluíam a fundação de instituições de abrigo, proteção e reforma para as crianças encontradas em situações diversas e adversas pelas ruas em várias partes do país.

A criança fora da família, abandonada ou na rua, ganhou no início do século XX na sociedade brasileira um grande destaque. É evidente que ela já existia, mas o vigor da urbanização e do capitalismo industrial jogou sobre ela um olhar de preocupação. Na passagem do século a preocupação com a infância vai tomando um outro rumo, firmando-se a convicção da necessidade de ‘salvar o menor’. Fica cada vez mais evidente nos discursos - sobretudo

jurídico e filantrópico - a dicotomia entre infância moralmente abandonada e menores delinquentes (TRINDADE, 1998, p. 92-93).

Médicos, juristas, educadores, filantropos e políticos, além de membros da sociedade civil, empreenderam uma cruzada, sobretudo em prol da higienização e da moralização das famílias carentes. A educação será um dos expedientes mais acionados por esses setores da sociedade. Apesar da matrícula obrigatória, a escola não era o lugar mais desejado pelas crianças diante das novidades trazidas pela cidade:

As cidades e as ruas viviam repletas de atrações e atrativos que se mostravam bem mais interessantes do que as tarefas escolares. Vagar pelas ruas, praticar o recém trazido *foot-ball* ou qualquer que fosse o passatempo, poderia ser bem mais divertido que suportar as muitas horas assentado em sala de aula (SILVA, 2007, p. 92).

A venda de objetos, serviços, bilhetes de loteria, comestíveis, e, principalmente jornais, era uma tentativa comum na busca de sustento e em muitos casos dividia a preferência dos menores com o engraxamento de calçados. Esse mundo de trabalho no espaço da rua muitas vezes levava a uma vida de pequenos furtos, alcoolismo, sexualidade precoce e outras formas de envolvimento com a criminalidade e a justiça tendo como desfecho a internação em alguma instituição de abrigo, preservação ou reforma (SILVA, 2007).

O trabalho de menores, observado na cidade, alocava a mão de obra pobre em atividades mal remuneradas sob a condição de risco físico e moral. O cenário do mundo produtivo e do trabalho provocará o aproveitamento dessa mão de obra. Cabral (2008) concluiu que a ideia central do governo era disciplinar as crianças pobres para o trabalho e afastá-las da ociosidade, recuperando socialmente aquelas que perambulavam pelas ruas e evitando que se inserissem na marginalidade. Assim, além da preparação de trabalhadores, a educação também funcionava para a manutenção da ordem.

Conforme Trindade (1998, p. 04), “[...] o menor, em uma palavra, é a criança abandonada, sem família”. A criança pobre no momento da implantação do projeto republicano adquire a conotação de menor abandonado e passa a ser vista como sujeito social preocupante para o projeto higienizador e modernizador da sociedade.

Durante a Primeira República, sobretudo nos momentos em que os conflitos latentes eclodiam, essa conjugação será percebida em seus aspectos contraditórios. Na zona urbana a polícia usou seu método clássico de ocupação dos espaços públicos, como logradouros e ruas e mesmo espaços privados, como as habitações e pensões das camadas mais pobres onde se

supunha estariam os suspeitos, os desordeiros, os contraventores e os marginais (TRINDADE, 1998, p. 123).

A representações que foram atribuídas às crianças e adolescentes pobres da cidade de Florianópolis, perpassavam a questão social daquele momento, entre muitas, está a noção de pobreza. Pereira (2006) ressalta que ao adentrar nesse mundo de “coitados” e “perigosos”, ocorre uma entrada em uma rede de intrigas, na qual não apenas as crianças eram alvo de um projeto de exclusão promovida sob a forma de inclusão diferenciada, mas todos os que representavam ser o “outro”, o “desviante”, que não se enquadravam no sistema de normas que se queria “universal e absoluto”.

A pesquisa de Camara (2006), intitulada *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*, tencionou compreender as concepções que se configuraram como parâmetros na elaboração de políticas públicas de assistência e proteção à infância. É importante destacar que na década de 1920, a cidade do Rio de Janeiro era cenário de intervenções reformistas tanto de cunho educacional, como urbanístico, e que segundo a pesquisadora se associava a um projeto de reforma social no sentido de controle e disciplina das camadas populares.

Segundo Cabral (2008), era preciso proteger a infância como forma de defesa da própria sociedade. O discurso se apresentava ambíguo com frequência, ao mesmo tempo que a criança deveria ser protegida, deveria ser contida a fim de que não causasse danos à sociedade. Essa ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época - ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados níveis sociais, sendo a noção de periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares.

As ações voltadas para a infância, quer fossem governamentais ou privadas, passaram a se basear em interferências muito mais profundas do que a caridade de outros tempos. Não é à toa que se percebeu uma mudança no pensamento e nas práticas naquele período, quando se tratou da infância. “Foi uma época em que se criaram formalidades, interesses e instituições, uma vez que havia empenho para diminuir os problemas que causariam quando adultos, corrigindo-os e educando-os quando crianças” (CABRAL, 2008, p. 130).

No espaço da rua, qualquer um podia ser confundido, tomado pelo que não era. A vagabundagem era o principal fator de perseguição policial, inclusive perambular era indício de ser vagabundo. Foi nesse período que surgiu o termo pejorativo “negro

degenerado”, aquele indivíduo abandonado à sua própria sorte, pós-abolição e que sem ser aceito pelos antigos senhores, perambulavam pelas ruas das cidades à procura de sobrevivência. A hereditariedade viciosa era vista como um peso determinista na condição adulta, o que colocava em risco todo o projeto republicano (FERREIRA, 2019).

Nessas circunstâncias, o negro era desqualificado e a mestiçagem valorizada através da ideologia do branqueamento. Na contramão desse cenário desfavorável, a pesquisa de Rodrigues (2019) apresenta a trajetória de Benedicto Galvão, uma criança negra, nascida no interior paulista, em 1881, que frequentou a Escola Normal de São Paulo e a Faculdade de Direito de São Paulo. Avançando na proposta de demonstrar a forma recorrente de narrativas que excluía ou tornavam invisíveis a presença dos negros nos processos formais de educação, apresenta através da abordagem da História Cultural, como esse personagem que teve uma trajetória escolar e profissional diferenciada dos demais do seu pertencimento étnico-racial.

Cabral (2008) identificou que, no período entre 1889 e 1927, foram construídas no Espírito Santo três escolas-modelo de agricultura, uma escola de aprendizes artífices e três asilos. Além disso, foram concedidas várias subvenções aos asilos particulares existentes. Sobre o ensino profissional, ganhava corpo com a criação da Escola de Aprendizes Artífices em 1910, que recebia crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos de idade, considerada como importante asilo de preparo moral, oferecendo oficinas de carpintaria, alfaiataria, sapataria, eletricidade, dentre outras (Figura 1).

Figura 1 - Oficina de Alfaiataria, Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, Vitória, ES, 1910



Fonte: Arquivo Nacional (2022).

Destacamos os limites investigativos por conta das dificuldades de se encontrar produções diretamente ligadas ao tema de estudo. Contudo, a nossa investigação mais se aproxima do que se distancia das pesquisas levantadas. Quanto à opção teórico-metodológica, optamos por uma abordagem entre a História, a Sociologia e a Educação de forma a enriquecer as análises dos dados. Devemos destacar a pesquisa documental como forte componente investigativo o que também surge nessas pesquisas, sobretudo na busca de fotografias de crianças nas ruas das cidades na Primeira República (1889-1930). As pesquisas encontradas auxiliaram na compreensão do contexto histórico de recorte, já concebendo um pano de fundo para o desenrolar da investigação.

Também foram enriquecedoras para compreender um pouco da população infantil, a partir de algumas cidades brasileiras. É importante destacar as tensões existentes entre a cidade e a presença das crianças em seus espaços, sobretudo das crianças das classes populares. Os estudos considerados até o momento não tratam da presença das crianças nas ruas das cidades exatamente no sentido pretendido pela pesquisa, mas de uma determinada forma de presença cercada por práticas moralizantes

e policialescas que limitavam ou dificultavam a produção e o aparecimento de suas sociabilidades de forma livre e espontânea no contexto urbano. Contudo, esse estudo bibliográfico nos trouxe um importante repositório para compreensão da condição da criança dentro desse quadro de recorte pretendido na Primeira República no Brasil em termos de produção acadêmica.

3. COMO A INFÂNCIA ERA PERCEBIDA?

3.1 A REPÚBLICA E A POLÍTICA PARA A INFÂNCIA

Segundo Carvalho (2017), existia no período da Primeira República no Brasil a tentativa de elaboração de um imaginário social com o objetivo de legitimar o regime político republicano recém-instalado como possibilidade de formar visões de mundo e modelar condutas. Dentro do movimento higienista, instalado em instituições médicas, escolares e jurídico-policiais a partir dos ideais republicanos, identificamos que as crianças foram afetadas em seus modos de viver e habitar os espaços das cidades.

As propostas e encaminhamentos para a infância no Brasil fizeram parte da forma como o país foi se constituindo, combinando clientelismo, populismo e autoritarismo, em diferentes contextos de institucionalidade política e de regulação das relações sociais. Aqui cabe um adendo sobre a trajetória das instituições de educação infantil brasileiras que foram criadas nesse momento. Segundo Kuhlmann Jr. (2000), creches, escolas maternas e jardins de infância surgidas nesse contexto fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada, propagadas a partir dos países europeus, na passagem do século XIX ao XX.

De um modo geral, foram realizados basicamente dois encaminhamentos para as crianças pobres: “[...] o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão, há emergência de novas obrigações do Estado em cuidar da infância pobre com educação, formação profissional, encaminhamento e pessoal competente” (FALEIROS, 1995, p. 63). Assim, educar tinha por meta moldar a criança para a submissão ao formar mão de obra para os mais diversos serviços urbanos e industriais, de acordo com a demanda das relações capitalistas de produção.

Araújo (2011, p. 202) evidenciou a produção de discursos e produção legislativa em torno da infância desvalida, sendo que o trabalho assume uma centralidade no processo de reordenamento social e de preservação da ordem pública:

A positividade do trabalho, a apropriação do trabalho como algo constitutivo à natureza da criança pobre, a conformação do trabalho como elemento indispensável às estratégias de assistência, prevenção e correção à infância pobre abandonada e criminalizada, o trabalho como dever social foram alguns dos trabalhos utilizados para conferir legitimidade social num contexto em que ser útil e produtivo era a máxima almejada para que se pudessem consolidar os ideais republicanos.

Ostetto (1990) identificava que, em São Paulo, com o início da industrialização, as fábricas empregaram em grande quantidade a mão de obra infantil com salários menores que o de trabalhadores homens e adultos, o que vai representar exploração no processo produtivo. As crianças pobres foram iniciadas precocemente nas atividades produtivas, como fábricas e oficinas, assim como em atividades ilegais, como forma de sobrevivência.

Inúmeros são os relatos da ação destes meninos e meninas pelas ruas da cidade, em bandos ou sozinhos, compondo o quadro e as estatísticas da criminalidade e da delinquência. O moleque travesso que alegremente saltitava pelas ruas, era também o esperto batedor de carteiras, que com sua malícia e agilidade assustava os transeuntes. Frequentemente também era a presença de garotas, ora mendigando pelas calçadas ou furtando pequenos estabelecimentos, ora prostituindo-se para obter o difícil sustento (SANTOS, 2016, p. 218).

As crianças que matam de João do Rio (2009b, p. 103), apresenta de forma dramática a entrada da criança no mundo do crime em um episódio de assassinato num bairro operário da cidade, tomada como certa banalidade, em meio aos fatos cotidianos. E a fatal reprodutibilidade da conduta criminoso, transmitida de geração em geração, como algo inevitável.

Mas, é assombrosa a proporção do crime nesta cidade, e principalmente do crime praticado por crianças! Estamos a precisar de uma liga para a proteção das crianças, como a imaginava o velho Júlio Vallés...

– Que houve demais? – indagou Sertório de Azambuja, estirando-se no largo divã forrado de brocado cor de ouro velho.

– Vê o jornal. Na Saúde, um bandido de 13 anos acabar de assinar um garotinho de 9. É horrível!

O meu amigo teve um gesto displicente.

– Crime sem interesse... A menos que não se dê um caso de genialidade, um homem só pode cometer um belo crime, um assassinato digno, depois dos 16 anos. Uma criança está sempre sujeita aos desatinos da idade.

[...]

– A vulgaridade da população! Há por aqui, entre esses marçanos fortes, gente boa. Há também ruim. Estão fatalmente destinados ou a apanhar ou a dar, desde crianças. É a vida. Alguns são perversos: provocam, matam. Vais ver. Nascer aqui, de pais trabalhadores...

Por isso, fatores de ordem genética, social, moral, psicológica e econômica passaram a ser localizados como causas que contribuíam para o surgimento de uma patologia do desvio que caracterizava os menores que perambulavam pelas ruas da cidade. Excluída e postergada do cenário escolar, esta infância criminalizada, analfabeta

e perigosa constituiu o contraponto para a produção da dita infância-civilizada a ser preventivamente conduzida, protegida e encaminhada pela escola (CAMARA, 2004).

Ao classificar os indivíduos, foram utilizados conceitos da antropologia criminal e da psiquiatria, em voga à época. Nesse aspecto, os chamados “menores” foram incluídos nas categorias de vadios e desordeiros. Segundo Rizzini (2011, p. 123-124), esse fato ocorreu devido a dois aspectos: “a) o potencial de perigo para o futuro da nação, pois entendia-se que, entregues ao ócio, certamente engrossariam as fileiras dos vadios, vagabundos e criminosos que vagavam pelas ruas das cidades; b) a noção de que a infância constituía a fase ideal para moldar o indivíduo, educando-o ou reabilitando-o”.

Camara (2004, p. 06-07) qualifica o termo “menor”, a partir do discurso higienista que produziu um estereótipo por meio do qual as crianças em situação de vulnerabilidade social passaram a ser definidas:

Menor passou a significar uma situação social da criança localizada como delinquente ou abandonada e sobre a qual deveria pairar, além da ‘mão protetora do Estado’, a mão fiscalizadora e vigilante da justiça que demarcou o reconhecimento do poder interventor que se exerceria sobre ela a partir de então.

Nas primeiras décadas do século XX, os poderes públicos desenvolveram uma política de criação de instituições para atender aos chamados menores. Acreditava-se que o afastamento da criança da família em instituições de atendimento era a solução para moralizar os hábitos das classes populares para futura condição operária. “Além do aprendizado de uma profissão, o trabalho era valorizado como um instrumento disciplinador do corpo e da mente” (RIZZINI, 1995, p. 251).

Com a Proclamação da República, em 1889, manteve-se um modelo caritativo-assistencial de atenção à infância a partir da criação de instituições do tipo internato: os institutos, os reformatórios e as escolas premunitórias e correcionais. Essas novas denominações do antigo asilo indicaram mudanças na concepção da assistência, destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes. Em 1891, o médico Moncorvo Filho criou o Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro, sendo um grande expoente na defesa da causa da infância no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O recolhimento de crianças nas colônias correcionais, misturadas a criminosos adultos adquiriu grande repercussão, a partir de uma visita do jurista Evaristo de Moraes à Casa de Detenção do Rio Janeiro, em 1898. A partir disso, foram emitidas várias

publicações acerca da temática, entre 1898 e 1899, nos principais jornais da cidade, colocando em debate a realidade da infância pobre e desassistida (“moralmente abandonada”) e a delinquente (RIZZINI, 2011).

Com a entrada do regime republicano, logo foi promulgado o Código Penal em 1890, que em pouco inovou em relação à menoridade e sua imputabilidade:

[...] os instrumentos de regulação no âmbito da Justiça também se mostravam inadequados e insuficientes. Durante muitos anos, conviveu-se com acirradas críticas ao primeiro Código Penal da República, promulgado em outubro de 1890, o qual teria sido elaborado às pressas, sem que fossem debatidas as questões de maior relevância para o país. No que se refere aos dispositivos relativos à infância, considerou-se um retrocesso ao compará-lo ao Código Criminal de 1830, pelo fato de ter rebaixado a idade penal de 14 para 9 anos, numa época em que se debatia a importância de evitar a punição aplicada a menores (RIZZINI, 1997, p. 188).

De acordo com Rizzini (1997, p. 29), “[...] esta visão ambivalente em relação à criança - em perigo *versus* perigosa - torna-se dominante no contexto das sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas”. As crianças pobres eram consideradas “delinquentes em potencial”, ideia esta que, dos compêndios jurídicos, adquiriu destaque na imprensa e dali para diversos setores da sociedade. Essa ambivalência em relação a uma dada percepção de infância estava associada a determinados estratos sociais, sendo a periculosidade quase sempre atrelada à infância das classes populares⁸.

As políticas para a infância não desenvolveram uma universalização de direitos, como poderia se esperar. Ao invés disso, ocorreu um processo de categorização e exclusão das infâncias pobres, sem alterar, por exemplo, a condição da criança no trabalho. A estratégia estatal se tornou cada vez mais policialesca por meio das instituições médicas e jurídicas que pretendiam cada vez mais a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Para Faleiros (1995, p. 49),

[...] dentre os atores ou agentes que articulam as forças em torno das políticas para a infância considerada pobre, desvalida, abandonada, pervertida, perigosa, delinquente destacam-se higienistas e juristas, encaminhando

⁸ Segundo Chalhoub (2012, p. 76), a denominação “classes perigosas” no Brasil passou a ser sinônimo de “classes pobres”, a partir da República: “[...] e o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’”.

estratégias de controle da raça e da ordem, combinadas, não raro, com a interação do setor estatal e do setor privado.

Muitas prisões ocorreram de forma arbitrária e tiveram como alvo principal menores que perambulavam pelas ruas, tendo como punição as instituições públicas de recolhimento que pretendiam a correção e a recuperação por meio da pedagogia do trabalho. É nesse contexto que surge a palavra de origem francesa “pivete”, muito empregada à época, que significava “erva daninha” e designava a chamada “criança de rua”, expressão que permaneceu e ainda permanece no senso comum (DEL PRIORE, 2017, p. 20).

Aos poucos observamos uma mudança a favor da causa da criança. Em 1922, no Rio de Janeiro, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância coincidindo com a realização do III Congresso Americano da Criança durante a Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1927, foi promulgado o Código de Menores com grande atuação do jurista Mello Mattos, em que se prezou uma abordagem médico-jurídica na organização da assistência e proteção à infância abandonada e delincente.

É importante compreender o significado da aliança firmada entre Justiça e Assistência – uma associação, cujos reflexos são claramente detectáveis no processo desenvolvido nas duas primeiras décadas do século XX e que deu origem à ação tutelar do Estado, legitimada pela criação de uma instância regulatória da infância - o Juízo de Menores e por uma legislação especial - o Código de Menores (ambos na década de 1920). Veremos que justiça e assistência buscam na aliança a autossustentação pela complementação de suas ações. Ambas se inserem na lógica do modelo filantrópico, que visava o saneamento moral da sociedade a incidir sobre o pobre. Tornam-se politicamente viáveis ao servir a função regulatória de enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho (RIZZINI, 1997, p. 207).

Diante desse contexto e dos seus dilemas, refletimos sobre os espaços ocupados pelas crianças na cidade, sobretudo diante dessa normatização que se apresentava cada vez mais incisiva sobre as diferentes infâncias, como nos apresenta Araújo (1996, p. 26):

[...] os espaços ocupados pela criança correspondiam àqueles pensados pelo determinismo social, político, religioso e econômico. A criança era vista como alvo de subordinação às regras da burguesia e, neste sentido, sua vida transcorria numa liberdade relativa. Uma liberdade que expressava uma passividade conduzida e imposta pelo modelo social vigente. A criança, por este contexto, via-se constantemente ameaçada por uma multiplicidade de conceitos que pouco representavam suas condições objetivas e subjetivas de vida. Qualificada por uma série de atributos negadores do caráter histórico, a

infância era tratada como um período preparatório à idade adulta e levada a perpetuar as forças legitimadoras da sociedade burguesa.

Acabamos de sinalizar algumas ideias circulantes relativas à infância, levando em consideração as transformações ocasionadas pelas ideias republicanas que impactaram o cotidiano das crianças. Nas próximas linhas, vamos identificar como foi sendo reforçada a ideia de que a rua é um local avesso à criança, na medida em que a escola pública foi usada como “instrumento estratégico”, nas palavras de Nunes (2011, p. 388), dentro de um projeto civilizador implantado através de uma nova pedagogia emergente no Brasil: o escolanovismo.

3.2 A CIDADE, A ESCOLA E O FUTURO DA NAÇÃO

A partir de agora, apontaremos as percepções sociais ligadas à infância, tendo a escola como principal dispositivo de controle para incutir na população uma cultura da urbanidade. É neste instante que se iniciava a discussão sobre a materialização da ideia de infância como “futuro da nação”, ou seja, nos termos em que se concebiam os problemas e visualizavam as soluções para salvar a infância pobre e enquadrá-la socialmente como elemento importante para o projeto civilizatório do país.

Contudo, a preocupação existente (ainda que nem sempre resultasse em medidas práticas) era com as crianças pobres, dentro do trinômio: assistência, paternalismo e controle como estratégias de dominação do modo de produção capitalista. D’Angelo (2006, p. 246) aborda como as exposições universais passaram a ser consideradas locais de formação voltadas às classes populares:

O objetivo visado era o desenvolvimento de valores morais e estéticos capazes de estimular o amor pelo trabalho. O medo de que a democratização das ciências e das artes viesse a tornar os operários ‘pretensiosos e intoleráveis’ era comum à aristocracia e aos segmentos burgueses mais conservadores, mas a grande burguesia procurava destacar o papel estratégico da educação no amortecimento dos conflitos sociais. Patrões e empregados dissolveriam suas contradições visando ao progresso e às possibilidades de melhorar suas condições físicas por meio da ciência. O operário valorizaria os padrões de desenvolvimento industrial introduzidos pela burguesia. O contato com grandes obras por meio das Exposições Universais impediria a criação de ilusões no operário quanto às suas possibilidades individuais e mostraria a ele as conveniências de sua integração à nova ordem social pelo abandono dos costumes ‘atrasados’.

Para atender essa nova cultura urbana moderna, Araújo (2019a, p. 05) chama atenção para “[...] a nova função social da cidade como propagandeadora de novos valores da modernidade [que] se utiliza da escola com o propósito de consolidar argumentos de uma nova cultura que pudesse redefinir as relações dos indivíduos com a cidade”. Essa produção cultural se deu por meio da pedagogia escolanovista:

[...] que procurou mobilizar política e ideologicamente as classes sociais em torno de uma mesma questão: a superação do atraso nacional e o ingresso no moderno. À pedagogia cabia gerar uma nova forma de sociabilidade, compatível com os ideais de racionalidade e produtividade. [...] A produção cultural é outro ponto importante na estratégia de superação do atraso brasileiro. O movimento da Escola Nova expressa um amplo programa cultural de largo alcance pedagógico, com a finalidade de *construir a identidade nacional*. Vista desse ângulo, a cultura assume caráter instrumental, voltada para a reforma da realidade imediata. No ideário contrarrevolucionário, a luta de classes é substituída pelo tema da cooperação e solidariedade social, e o motor das transformações sócio-históricas passou a repousar na antinomia Tradição *versus* Modernidade (MONARCHA, 1989, p. 19).

Segundo Schueler (1999), desde a passagem do Império para a República, as principais capitais brasileiras já discutiam o processo de escolarização tendo como objetivo educar as crianças interferindo no cotidiano das famílias populares, sob o pretexto de um ideal nacional. Lembramos que esse quadro de transformações tinha como cenário o processo de abolição da escravidão, o movimento republicano e os embates relacionados aos projetos de reconstrução da nação⁹.

Diante de tal cenário, destacamos a Exposição Nacional de 1908, ocorrida na Urca, no Rio de Janeiro¹⁰. É possível identificar, na Figura 2, uma longa fila formada por meninas protegidas por guarda-sóis, ao que parece ser a visita de uma escola a um pavilhão em formato de um coreto musical, onde eram exibidas bandas marciais civis e militares, o que demonstrava como era propagandeado, através das ideias de progresso e

⁹ “O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes” (CARVALHO, 2002, p. 45).

¹⁰ “Essa era a primeira grande exposição organizada em solo nacional. Seguiu a tendência iniciada na Inglaterra e que na França ocupava um espaço especial nas festividades comemorativas do Estado. Mas todas com um objetivo comum: divulgar os avanços alcançados em um determinado intervalo de tempo. A Exposição Nacional de 1908 tinha como objetivo comemorar o centenário da abertura dos portos e, por consequência, aquilo que o promoveu: a transferência da sede do governo lusitano, logo após a vinda da Corte portuguesa para a então Colônia. Via-se necessário divulgar para o país e para o mundo os desdobramentos da contraditória decisão política de quebra do pacto colonial. Era, pois, adequado que a nação brasileira constatasse de forma ‘inventariada’ tudo aquilo que se pôde construir ao longo dos cem anos, e também que reconhecesse os avanços que só se tornaram possíveis por conta da atitude do príncipe regente D. João ao chegar ao Brasil” (RAMOS, 2011, p. 200).

civilização trazidas por esses eventos, um modo de viver civilizado aos moldes europeus. Ramos (2011) destaca a influência das tendências orientalistas, voltados ao gosto pelo exótico dentro dos moldes arquitetônicos da época, tal como era concebido na Europa.

Figura 2 - Augusto Malta. Pavilhão Egípcio, o pavilhão da música, Urca, Rio de Janeiro, RJ, 1908



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

A cidade apresenta a escola não somente pelas festas, sejam cívicas, comemorativas de datas ou para homenagear autoridades visitantes, mas também pelas exposições pedagógicas de forte cunho didático:

As festas escolares, cívicas ou não, foram pensadas dentro da relação cultura nacional e educação estética, como um momento de manifestação máxima de emoções. É a cidade comemorando com a escola a possibilidade da existência de uma identidade nacional única. Nessa comunhão, buscou-se associar pais, alunos, professores e população em geral na produção da vontade de ser nação, além de assinalar a função da escola como espaço privilegiado e legítimo de educação para uma nova inserção social (VEIGA, 2011, p. 414).

“O positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatizava, de um lado, a ideia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária” (CARVALHO, 2019, p. 34). Dentro dessa tendência, as exposições que aconteciam pelo mundo demonstravam de forma instrutiva os inventos que resolveriam os impasses do presente com vistas ao próximo século que estava por vir.

A primeira exposição universal realizada após a Primeira Guerra Mundial e a primeira e única realizada no Brasil ocorreu em 1922. Foi erguido para a ocasião o luxuoso Hotel Glória, sendo o primeiro prédio em concreto armado da América do Sul. Segundo Pesavento (1997, p. 43) que chama as exposições universais de “palcos de exibição do mundo burguês”,

Tais exposições estariam associadas, basicamente, ao desenvolvimento industrial, exibindo máquinas e produtos resultantes desta atividade. Mesmo que reunissem entre os itens expostos elementos que nada tinham a ver com esta atividade produtiva, sem dúvida alguma as grandes *vedettes* das exposições universais foram sempre as máquinas, os novos inventos e os produtos recém-saídos das fábricas, cujo consumo se buscava difundir e ampliar mundialmente.

Nunes (1996, p. 02), em seus estudos sobre política educacional na cidade do Rio de Janeiro entre 1910 e 1935, identificou a presença da escola como instrumento de intervenção em uma cidade que objetivava a modernidade: “[...] inauguraram e planejaram formas de reeducação dos seus habitantes ao mesmo tempo em que [os professores] se moldavam enquanto profissionais, traçando uma área própria de atuação”. Dessa forma, a cultura cidadina teria empregado uma marca nas instituições escolares do Rio de Janeiro devido a sua condição de ser a capital política, a ambição ao cosmopolitismo e a convicção de que o discurso da cidade era um discurso metonímico para todo o país.

Esse projeto liderado pelas elites pretendia a expansão da escola, colocando a razão moderna como parte integrante da formação humana através de formas de organização do ensino, hierarquização dos saberes na escola, difusão do conhecimento voltados para a redefinição do espaço e do tempo escolar, ênfase para determinados conteúdos, materiais e métodos e formação de professores. Veiga (2011, p. 400) trata da educação estética¹¹ como uma das formas de dar visibilidade à modernidade, por meio de novas atitudes e valores de cunho pedagógico, ligados ao patriotismo e a civilidade:

Dentre as várias estratégias constituídas para isso esteve a difusão da educação estética das populações presente nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos promovedores de

¹¹ “Referia-se às mais variadas formas de expressão artística como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos manuais, mas, principalmente às formas de educar para produzir uma emoção estética. A concretização dessa educação se faria no desenvolvimento da capacidade de contemplar a beleza urbana, seus jardins e edificações, a nova estética dos prédios escolares e das salas de aula; pensou-se também nas festas cívicas e escolares, auge de uma comunhão nacional e da homogeneidade cultural, em que todos são um só canto e uma só imagem” (VEIGA, 2011, p. 406).

emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas.

Não podemos ignorar a importância do modelo escolar paulista que serviu de exemplo para outras capitais do país. Sobre o Grupo Escolar, dentro dessa estratégia republicana paulista, trata-se da instituição que vai sintetizar a modernidade escolar pretendida pelo projeto republicano baseada em ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos e monumentalidade dos edifícios que simbolizavam o progresso (CARVALHO, 2011).

Segundo Veiga (2011, p. 411), “[...] a construção de edifícios escolares foi um investimento que obviamente atendia aos mesmos princípios das reformas urbanas na perspectiva da concepção do espaço e do meio como agentes educadores e formadores de um novo cidadão”. A autora cita o exemplo da Escola Normal de São Paulo, construído na Praça da República em 1894, constituindo um exemplo de comunhão cívica entre a escola e a praça, o que já por si só cumpre uma função na educação estética na cidade republicana.

“Os prédios escolares foram gestos intencionais que pretenderam criar novos comportamentos e sentimentos diante da escola, expandindo-a para fora e além dela” (NUNES, 2011, p. 387). Até então, as escolas isoladas, geralmente com apenas uma sala, foram as principais responsáveis pelo atendimento da maior parte da demanda por educação primária no país, pelo menos nas três primeiras décadas do século XX.

Paulilo (2011, p. 228) analisa como a escola se tornou um acontecimento urbano ao organizar demonstrações públicas de exercícios físicos e de celebrações cívicas, passeios, visitas e excursões. Em uma perspectiva de estudo da relação escola e cidade, entre as décadas de 1920 e 1930 no Rio de Janeiro, apresenta como os programas escolares produziram representações positivas da cidade, colocando a educação como eixo do progresso. Dentro dessa concepção, “[...] a escola pública fica sendo nos pronunciamentos das autoridades educacionais uma espécie de síntese da reforma social”.

Segundo Vidal (2011, p. 498), o escolanovismo¹² da década de 1920 pretendia um discurso renovador da escola brasileira:

¹² “O escolanovismo, é conforme bibliografia a respeito do tema e período, a expressão, no âmbito educacional, da retomada dos princípios liberais que marcaram a fisionomia da década de 20. As ideias reformadoras assumidas pela intelectualidade brasileira visavam construir uma nação moderna e, nos seus termos, justa e fraterna. Para tanto, a instrução pública deveria superar os limites estreitos dos padrões cívico-nacionalistas e tornar-se estratégia de reconstrução social e regeneração social e moral. De certa

A escola renovada pretendia a **incorporação de toda a população infantil**. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão ‘científica’ do humano, tomado na dimensão individual (grifo nosso).

Nesse momento, como meio de construir por meio da escola primária um “estado de espírito moderno”, Nunes (2011) identificou um aumento dos espaços de aprendizagens não se limitando apenas às salas de aula, mas também nas bibliotecas, nos laboratórios, nas rádios-educativas, nos teatros, nos cinemas, nos salões de festa, nos pátios, nas quadras de esporte, nos refeitórios, nas ruas, nas praças e nos estádios desportivos da cidade.

Em síntese, Monarcha (1989, p. 25) nos expõe de forma clara que o escolanovismo se empenhou em subtrair a discussão política sobre os rumos da República, dos espaços públicos e da sociedade, utilizando o discurso científico como argumento. Aqui, pretendemos retomar a ideia de como a escola no contexto da cidade republicana foi capturada pelos governos como forma de fomentar as práticas das chamadas “modernidades”, sobretudo a partir da década de 1920.

Segundo Sarmiento (2007, p. 40), “[...] ao mesmo tempo que a modernidade introduziu a escola como condição de acesso à cidadania, realizou um trabalho de separação das crianças do espaço público”. De um modo geral, os novos padrões impostos pelas políticas de repressão entraram em choque com as formas habituais de ocupação das ruas, resultando em uma constante vigilância. A centralidade assumida pela escola como *locus* privilegiado de socialização e de educação invisibilizou a complexidade da existência social das crianças nas cidades.

maneira, a década de 20 foi palco de difusão do ideário liberal-escolanovista e de sua institucionalização. Entretanto, paira sobre as realizações escolanovista uma discussão infundável a respeito do grau de ortodoxia dos empreendimentos levados a efeito, ou seja, em que medida os princípios da Escola Nova foram efetivamente realizados no contexto brasileiro, e em que medida superaram a mera importação imitativa das ideias produzidas na Europa e Estados Unidos. O balanço tende a ser desfavorável, constatando-se uma larga distância entre o grau de aspirações e realizações. Afirma-se que a intelectualidade brasileira elevou o Brasil à altura das novas ideias e práticas pedagógicas, mas, há uma distância significativa entre as aspirações e o grau de realização das novas propostas. Assim, o debate é dominado pela conclusão de que a Escola Nova no Brasil não passou de ‘ideias fora do lugar’. Conclui-se, também, que foi uma tentativa de adequar os padrões de cultura, a inevitável marcha do capitalismo brasileiro” (MONARCHA, 1989, p. 15-16).

As instituições escolares então passaram a adquirir destaque no sentido de uma educação com caráter disciplinador dos corpos infantis para se adequarem ao projeto de modernidade através de novas disciplinas escolares ligadas aos exercícios físicos: o desenho, os trabalhos manuais, os jogos, o escotismo e a ginástica sueca, como acrescenta Carvalho (2011), ao tratar do poder civilizador da escola.

De acordo com Nunes (1994, p. 180), “[...] coube aos educadores brasileiros grande responsabilidade pela discussão do tema da modernidade e dos projetos políticos que lhe diziam respeito, a partir de uma certa visão de sociedade e de povo brasileiros”. Através da análise das fotografias, vamos identificar várias dessas experiências relacionadas à interferência da escola na ordenação simbólica das cidades e as novas representações do urbano que surgem dentro desse contexto da história.

Segundo Campos e Simões (2019, p. 198), “[...] na medida em que o espraiamento e a materialização do discurso favorável a essa valorização se expandem, constroem-se prescrições e interdições aos corpos, agregando referências alinhadas à civilidade e ao progresso”. Na Figura 3, identificamos como era propagandeado por meio das fotografias determinados códigos de comportamento prescritos às crianças, no caso dos exercícios físicos, a serem reproduzidos nas e pelas escolas em todo o país.

Figura 3 - Ginástica sueca das alunas da Escola Normal Dom Pedro II, Vitória, ES, 1912



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

Campos (2016) ainda destaca como o ensino da ginástica nas escolas e das práticas corporais esportivas em clubes e agremiações objetivaram produzir a educabilidade dos corpos na cena urbana dentro de um processo de espetacularização e encenação dos princípios republicanos vinculados à noção de modernidade. Na Figura 4, avistamos muitas crianças e adolescentes escoteiros reunidos em um dia de comemoração em um parque da cidade¹³. É possível notar a organização dos grupos divididos por sexo e vigiados pela presença de adultos ladeando as filas, algo que é bem característico ao escotismo.

¹³ Como cópia de modelos europeus, o Parque Moscoso foi inaugurado em 1912 na cidade de Vitória/ES, a pretexto da higienização e embelezamento durante período de modernização da cidade.

Figura 4 - Otávio Paes. Comemoração no Parque Moscoso, Vitória, ES, 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória (2022).

No período republicano, há que se notar uma preocupação com a questão dos corpos, dos movimentos e dos exercícios, uma recomendação médica incluída dentro dos aspectos da educação escolar, “[...] de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados” (GONDRA, 2011, p. 534). A razão médica é incluída na agenda das escolas, e além dela:

O advento de uma biologia, de uma psicologia e de uma estatística aplicadas à educação confundiu-se com a necessidade que a ciência, no século XIX, exprimiu de controlar pela seleção e orientação escolar (embora não apenas escolar) as massas urbanas em plena emergência de novas condições de trabalho geradas pela sociedade industrial (NUNES, 1994, p. 187).

Diferentemente das proporções que aconteceram na Europa, as técnicas disciplinares implantadas no Brasil por meio de medidas sanitárias, médicas, jurídico-policiais e educacionais tiveram mais estratégias que o simples ajustamento da força de trabalho às exigências da produção industrial. Segundo Moura (2016), apesar do comportamento rígido no interior das fábricas e oficinas, a desobediência, a malcriação, as brincadeiras faziam parte da rotina de trabalho por parte das crianças e demarcariam

uma forma peculiar de resistência que vai acontecer não somente no chão da fábrica, nas escolas, mas também nas ruas das cidades.

De qualquer modo, frisamos que os projetos pedagógicos eram orientados pela ideia de “[...] constituir na infância o adulto desejado, ordeiro, trabalhador, civilizado, integrado na ordem moderna” (ARROYO, 1999, p. 15). Assim, a política para a infância se realizava dentro de uma visão liberal e da hegemonia oligárquica-exportadora, como colocado anteriormente.

Nesse sentido, a escola do século XIX assume um significado diferenciado para as distintas classes sociais. Enquanto nas camadas dominantes é associada à preparação intelectual e aquisição do conhecimento para o exercício de um trabalho qualificado, nas camadas populares toma sentido diverso. Relaciona-se ao desenvolvimento de um projeto civilizatório que transmita conhecimentos básicos, mas especialmente garanta uma formação moral supostamente ausente no seu meio de origem (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 53).

De acordo com Gomes e Gouvea (2008), a história das sociedades modernas ocidentais, de um modo geral, se caracterizou pela emergência de novos modelos de organização da dimensão sociocultural, reconstruindo os espaços sociais na demarcação entre as esferas pública e privada, ou seja, a constituição da diferenciação entre o domínio da rua, espaço público de circulação e anonimato, e a casa, *locus* de realização de uma sociabilidade privada, centrada na família. Daí, um maior enfoque na infância, que também é uma construção social da modernidade como estudado por Ariès (2019), ao invés de um simples fato biológico.

“Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental” (RIZZINI, 1997, p. 24). Sarmiento (2005, p. 367) coloca que “[...] a construção moderna da infância correspondeu a um trabalho de separação do mundo dos adultos e de institucionalização das crianças”, o que corresponderia à emergência de uma categoria geracional específica¹⁴.

¹⁴ “A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações económicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos” (SARMENTO, 2005, p. 365-366).

A partir desse momento, a criança passou a ser protegida das ameaças do espaço público expresso espacialmente na rua, tida como *locus* de perigo e desvio, reduzida a local de trânsito de pessoas e de mercadorias. Todavia, isso se aplicava às camadas médias e abastadas, afirmando-se como ideal de ordenação da vida coletiva, contraposto aos modos de organização do cotidiano das camadas populares, como veremos adiante:

Cabe retirar a criança das ruas, protegê-la dos perigos de convivência com os estranhos, o anônimo. Ou cabe proteger o cidadão que se desloca pelos espaços públicos da criança vagabunda, desordeira, representação das classes perigosas que tanto habita o imaginário europeu do final do século XIX e início do XX. [...] Nesse cenário, a escolarização da infância pobre assume destaque como antídoto à criminalidade. [...] Especialmente, com o processo de urbanização nos grandes centros, a extensão da instrução escolar elementar ao grosso da população é entendida como estratégia de afastamento das crianças das camadas populares das ruas da cidade, **garantido-lhe uma nova função social: a de aluno, circunscrito aos espaços da instituição escolar** (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 53-54, grifo nosso).

Na Figura 5, avistamos um batalhão infantil em evolução em frente ao Palácio Anchieta, na cidade de Vitória, onde destacamos muitas crianças participantes no evento. Outras crianças assistem à evolução, inclusive uma delas está fazendo continência. Era comum a aglomeração de crianças em formato de desfiles pelas ruas da cidade. Daí, presenciamos a força republicana na cidade através de seus rituais cívicos. Além disso, nos chama a atenção que se trata de um desfile de um determinado grupo de crianças, onde algumas ficam de fora do espetáculo.

Figura 5 - Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro em evolução no Cais do Imperador, Vitória, ES, 1911



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2022).

Esse tema é problematizado por Veiga e Gouveia (2000) em pesquisa sobre os festejos comemorativos da criança em Belo Horizonte, entre 1920 e 1940. Nos desdobramentos dos eventos comemorativos, houve o estabelecimento de lugares sociais bem demarcados das crianças na cidade, ocorrendo toda uma performance da educação estético-cívica, com objetivo de combinar o despertar das sensibilidades através da educação dos sentidos. As diferentes adjetivações atribuídas às crianças são reveladoras de um movimento de estabelecimento de práticas de distinção social.

Na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a pesquisa de Viana (2019) chama atenção para a grande presença de crianças nas cerimônias cívicas, o que assinala a importância que esse grupo passou a ter nos eventos republicanos. O estudo também nota que algumas atividades como as esportivas tiveram uma forte conotação recreativa. Além disso, é dada a importância da educação cívica na escola republicana, de que tais acontecimentos deixavam de ser rituais exclusivamente masculinos e de pessoas adultas, ou seja, de iniciados, para se tornarem cada vez mais abertas e marcadas pela participação de mulheres, jovens e crianças.

Para Nagle (1974), apesar do jogo de forças sociais e de estrutura do poder, o coronelismo continuava o mesmo dos momentos históricos antecedentes, a década de

1920 se diferenciava pelo conjunto de condições que provocaram um processo marcante de inquietação política e social, reflexo da existência de um desajuste entre as forças sociais dominantes e as novas forças sociais emergentes. Diante desse cenário efervescente, a escolarização foi percebida como uma força propulsora do progresso da sociedade brasileira. Tornou-se mais forte a ideia da reconstrução social, o que vem se desdobrar nas reformas educacionais introduzidas durante a Primeira República em todo o país¹⁵.

Figura 6 - Visita do Presidente Hermes da Fonseca à Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, Vitória, ES, 1911



Fonte: Arquivo Nacional (2022).

A Figura 6 apresenta outra formação militar de crianças nas mediações da cidade de Vitória, provavelmente o mesmo batalhão de crianças da fotografia anterior, por conta dos mesmos uniformes brancos e faixa etária, recepcionando a chegada de autoridade pública à cidade. Segundo Gomes e Gouveia (2008), a criação e ampliação de colégios

¹⁵ “Segundo o autor, o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico* que caracterizam a década dos anos vinte, resultaram do fato de que, no decênio anterior, houve a inclusão sistemática dos assuntos educacionais e, fundamentalmente, da luta contra o analfabetismo, nos programas das diferentes correntes de ideias, movimentos políticos e sociais. São retomados, então, os ideais republicanos e democráticos ligados aos anseios de ampliação das oportunidades educacionais para todos, ou seja, de universalização do ensino elementar à massa da população inculta e analfabeta” (AMARAL, 2002, p. 245).

artífices e colônias agrícolas estabeleciam uma restrição mais radical à sua presença nos espaços urbanos, o que também é presenciado nas fotografias da cidade, onde a criança é reduzida ao papel de estudante.

No geral, o que cabe destacar é que as reformas vieram como forma de “[...] ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar os habitantes para utilizá-lo, regular a circulação foram questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades” (VEIGA, 2011, p. 401). Assim, elas vieram carregadas de pressupostos pedagógicos dentro de discursos e práticas, cujo objetivo era reformar o povo, por meio do modernizar e do civilizar. Com essa investigação pretendemos buscar nas entrelinhas e no não-escrito, outras possibilidades de experiências das crianças na cidade para além de uma presença previsível dadas pela ação de saberes disciplinares e normalizadores na produção da ordem urbano-industrial, como exposto nessas imagens iniciais.

4. A CIDADE REPUBLICANA E O IDEALISMO MODERNISTA

Segundo Moraes (2001) as cidades urbano-industriais que começaram a surgir nas últimas décadas do século XIX no Brasil, já eram centros urbanos com certa influência desde os tempos coloniais. Com exceção de Ouro Preto, todas se localizavam no litoral e suas funções eram predominantemente comerciais (exportação da produção regional e importação através dos portos) e administrativas (centros políticos metropolitanos). Destacam-se cidades como Salvador (capital colonial), Recife (centro da economia açucareira nordestina) e Rio de Janeiro (capital da colônia, do império e da república).

Ao tratarmos das cidades brasileiras, é necessário termos uma ideia de como estava conformado o mapa político-administrativo do país nesse período. Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo as fronteiras. Diferentemente da atual configuração, a então federação brasileira se originou com vinte estados e um Distrito Federal. As maiores e mais importantes cidades estavam mais restritas aos portos, sendo gradual o processo de interiorização do território brasileiro, não mencionando os processos de litigância de fronteiras estaduais e municipais, conforme apresenta as Figuras 7 e 8.

Figura 7 - Divisão territorial do Brasil em 1900



Fonte: Brasil (2010).

Apresentamos dois mapas que mostram a evolução da divisão territorial no Brasil dentro do recorte da pesquisa, levando em consideração algumas alterações no território nacional, com os seguintes destaques. Em 1900, a capital do estado de Minas Geraes foi para Belo Horizonte e a do Rio de Janeiro para Petrópolis. Em 1911, o Acre foi incorporado ao Brasil passando a compor o primeiro território federal e não teve capital até 1920. Não houve censo em 1910, assim a malha municipal de 1911 foi obtida na Divisão Administrativa do Brasil desse ano. Em 1920, o estado de Santa Catharina tomou sua forma atual (BRASIL, 2010).

Figura 8 - Divisão territorial do Brasil em 1933



Fonte: Brasil (2010).

A cidade do Rio de Janeiro, dada sua importância no cenário nacional, marca o início da nossa investigação e é a partir dela que começamos nossa discussão sobre a construção da cidade republicana no Brasil. Além de ser Capital Federal, era considerado o principal centro cultural e intelectual do país. Teve como referência a cidade de Paris que, de acordo com Pesavento (2002, p. 24), constituiu-se como um “paradigma da cidade moderna” que serviria de inspiração para várias cidades em todo o mundo.

Contudo, a reforma conduzida em Paris nos poemas de Baudelaire nos traz um convite à reflexão de uma cidade em processo de apagamento de seu aspecto secular: “uma cidade minada, uma cidade enfraquecida e frágil”. Ainda Benjamin (2017a, p. 195): “[...] é preciso não esquecer que a obra de Haussmann, o traçado amplo das suas avenidas que não se detinha perante nenhum argumento histórico, foi feita para constituir um terrível *memento mori* por intenção e no coração da cidade de Paris”.

Sobre as modificações ocorridas em Paris, Benjamin (1987a, p. 100) reconhece o trabalho original de Eugène Atget (1857-1927), que revela a verdadeira face da cidade por meio de suas fotografias, desmascarando a realidade de seu tempo:

As fotos parisienses de Atget são as precursoras da fotografia surrealista, a vanguarda do único destacamento verdadeiramente expressivo que o surrealismo conseguiu pôr em marcha. Foi o primeiro a desinfetar a atmosfera sufocante difundida pela fotografia convencional, especializada em retratos, durante a época da decadência. Ele saneia essa atmosfera, purifica-a: começa a libertar o objeto da sua aura, nisso consistindo o mérito mais incontestável da moderna escola fotográfica.

Segundo Löwy (2015, p. 75), a haussmannização de Paris “[...] foi apresentada como uma operação de embelezamento, renovação e modernização da cidade, mas, aos olhos de Benjamin, um exemplo paradigmático do caráter perfeitamente mistificador da ideologia burguesa do progresso”.

Para as elites brasileiras, entretanto, “[...] a sedução por Paris obedece à captação de uma coerência de sentido, no qual a adoção do ‘modelo parisiense’ é ‘sintoma’ da modernidade desejada e representa a possibilidade de assumir um padrão identitário que metonimicamente, passa da cidade para o país” (PESAVENTO, 2002, p. 24). Trata-se do “vir-a-ser” identitário desejado pelas elites brasileiras na recém-inaugurada República em processo de construção.

“Se reformar o Rio deveria significar reformar o país, falar o Rio era falar a nação” (RESENDE, 1994, p. 132). Foi assim que sob a gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu uma transformação urbana com fins de marcar não somente um estilo de vida e padrão estético, como também trazer uma reformulação do país como uma nova nação republicana. É a partir desse recorte que iniciamos nossa discussão sobre o processo de modernização das cidades brasileiras.

Os reformistas brasileiros à época¹⁶, em suas mais diversas áreas de atuação, inclusive educacional, pretendiam criar condições necessárias para a construção de uma nação formada por premissas baseadas em ideias modernistas, ao iniciar seu processo de modernização pela capital da República, a cidade do Rio de Janeiro:

¹⁶ “Conforme linguagem sociológica, o reformismo foi uma constante na vida cultural e política desse período. Surgindo um culto ao Estado administrador: perante uma realidade fragmentada e insubordinada, os homens cultos refugiaram-se na ideia de que o Estado era a única entidade capaz de redimensionar a sociedade” (MONARCHA, 1989, p. 43).

A cidade reformada torna-se símbolo do Brasil regenerado, pronto para reconstruir a sua imagem na Europa. Materializado através dos focos luminosos, o progresso se fez palpável e passível de admiração. Enquanto uns puderam fazer a Avenida, outros limitaram-se simplesmente a assistir a ela. A Avenida Central, cartão postal do Rio regenerado, significa muito mais do que a vitória de uma demanda política. Apresenta-se, poucos anos depois da sua inauguração, com lojas funcionando e a maioria dos prédios construídos, como signo por excelência de um novo código de representação social. É o espaço incorporando funções sígnicas, através de sua amplitude e das fachadas elegantes. O espaço da Avenida é palco, local de ostentação e exibição (MAUAD, 1990, p. 28).

A exemplo da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), as novas avenidas construídas deram lugar ao tráfego de carros e calçadas largas para os pedestres, o que significava símbolos do progresso e das necessidades da vida moderna. Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro era governada pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que fez dessa obra seu principal projeto¹⁷. Além disso, ocorreram várias mudanças no plano simbólico das cidades, como a alteração dos nomes de ruas e de estabelecimentos como forma de redefinir a imagem de nação (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

As obras na Avenida Central e adjacências foram iniciadas em 1903, sob a responsabilidade técnica de Paulo Frontim. Ao longo de cinco meses foram demolidas cerca de 1600 construções residenciais (na maioria habitações coletivas). Os 1800m de comprimento e os 33m de largura (cortados por um passeio público ao meio e bordados por calçadas de 7m, nos moldes da *Champs Elisées*) substituíram inúmeras ruas, imprimindo ao centro da cidade o modelo do novo elitismo e elegância metropolitanos (O'DONNELL, 2008) (Figura 9).

¹⁷ Pereira Passos era engenheiro e esteve na cidade de Paris no período da reforma urbana realizada por Georges-Eugène Haussmann, quando foram construídos edifícios públicos e a abertura de doze avenidas em torno do Arco do Triunfo (O'DONNELL, 2008).

Figura 9 - Demolição de cortiços para início das obras da Avenida Central, Rio de Janeiro, RJ, 1900 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

“Modernizavam-se as ruas e criavam-se os espaços públicos destinados ao lazer e ao consumo” (RIZZINI, 1997, p. 40). Conforme nos descreve O’Donnel (2008, p. 46): “[...] estrategicamente posicionada de modo a ligar as avenidas do cais e beira-mar, o novo logradouro atraía para si toda a megalomania do movimento de produção do espaço como mote civilizador”. Devido a sua importância nas reformas urbanísticas desenvolvidas nessa época, o registro dessa grande obra em toda sua expressão não pode ser deixado de lado, pois, em grande medida ela vai ser reproduzida em menor escala em outras cidades brasileiras (Figura 10).

Figura 10 - Marc Ferrez. Avenida Central na altura da rua do Ouvidor com rua Miguel Couto, Rio de Janeiro, RJ, 1916



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Em um processo iniciado pelas bordas, e, em especial através da área portuária, foi dado início às reformas que se expandia em direção à Zona Sul com a abertura da Avenida Beira-Mar, inaugurada em 1906. Existia uma preocupação com os chamados “miasmas”, o que levou ao alargamento de ruas de modo a favorecer a circulação de ar e a melhor iluminação das casas. Era a mesma justificativa dada em Paris para a construção dos *boulevards* em torno do Arco do Triunfo, que na verdade, pretendia dificultar a insurgência das classes populares por meio das barricadas (LÖWY, 2015).

Lefebvre (2001) identificou que a manutenção desses vazios na cidade, como nos *boulevards* em Paris, se tratava de uma estratégia de controle de um determinado espaço¹⁸, e não, mera preferência estética ou uma dada funcionalidade. Além disso, para alargar e construir esses novos logradouros, foram derrubados centenas de velhos casarões convertidos em cortiços e habitações coletivas:

¹⁸ Nesse caso, o projeto de Haussmann não obteve sucesso porque a Comuna de Paris em 1871 demonstrou ao contrário ao possibilitar o retorno dos operários à cidade de onde foram expulsos para os subúrbios.

As reformas tiveram como um dos efeitos a redução da promiscuidade social em que vivia a população da cidade, especialmente no centro. A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela avenida Beira-Mar (CARVALHO, 2019, p. 38-39).

Segundo Rizzini (1997, p. 41), “[...] o ‘estilo metropolitano de vida’, que tão rapidamente modificou a vida mental do homem moderno, no dizer de Simmel não se instalou sem que causasse espanto e apreensão”. Como se identificava no Rio de Janeiro, as novas formas de apropriação estabeleceram limites no território da cidade, simbolizando existência de lugares demarcados socialmente em um rápido e intenso processo de segregação socioespacial.

Na crônica *O Velho Mercado*, João do Rio (2009b, p. 134) afirma que foi realizada uma cirurgia urbana que sem dúvida partiria mais de um plano abstrato do que à materialização em si desse projeto¹⁹. O fato é que ocorreram alterações na cidade que alteraram o cotidiano dos seus moradores ordinários:

O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até o mar se pôs barreiras. Desse descombros surgiu a *urbs* conforme a civilização, como ao carioca bem carioca, surgia da cabeça aos pés do reflexo cinematográfico do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas, quando há mutação para a apoteose. Vamos tomar café? Oh! filho, não é civilizado! Vamos antes ao chá! E tal qual o homem, a cidade desdobrou avenidas, adaptou nomes estrangeiros, comeu à francesa, viveu à francesa.

Lefebvre (2001) expõe o processo de haussmannização em Paris dentro dessa tendência de expulsar do centro urbano e da própria cidade o proletariado que lá existia para os subúrbios. No Brasil, processo semelhante se configurou com a formação de uma periferia desurbanizada. Enquanto isso, o urbanismo tecnocrático e sistematizado acabaria com o que resta da cidade para dar vez ao trânsito livre de pessoas e de

¹⁹ O cronista não se absteve em mostrar a outra face da cidade: dos morros, da criminalidade e da mendicância, principalmente do subúrbio. “[...] nas noites, longe dos brilhos dos salões, esgueirava-se pelas ruas e falava aos seus leitores sobre fumadores de ópio, tatuadores, crianças criminosas, prostitutas e trabalhadores da estiva (O’DONNEL, 2008, p. 52).

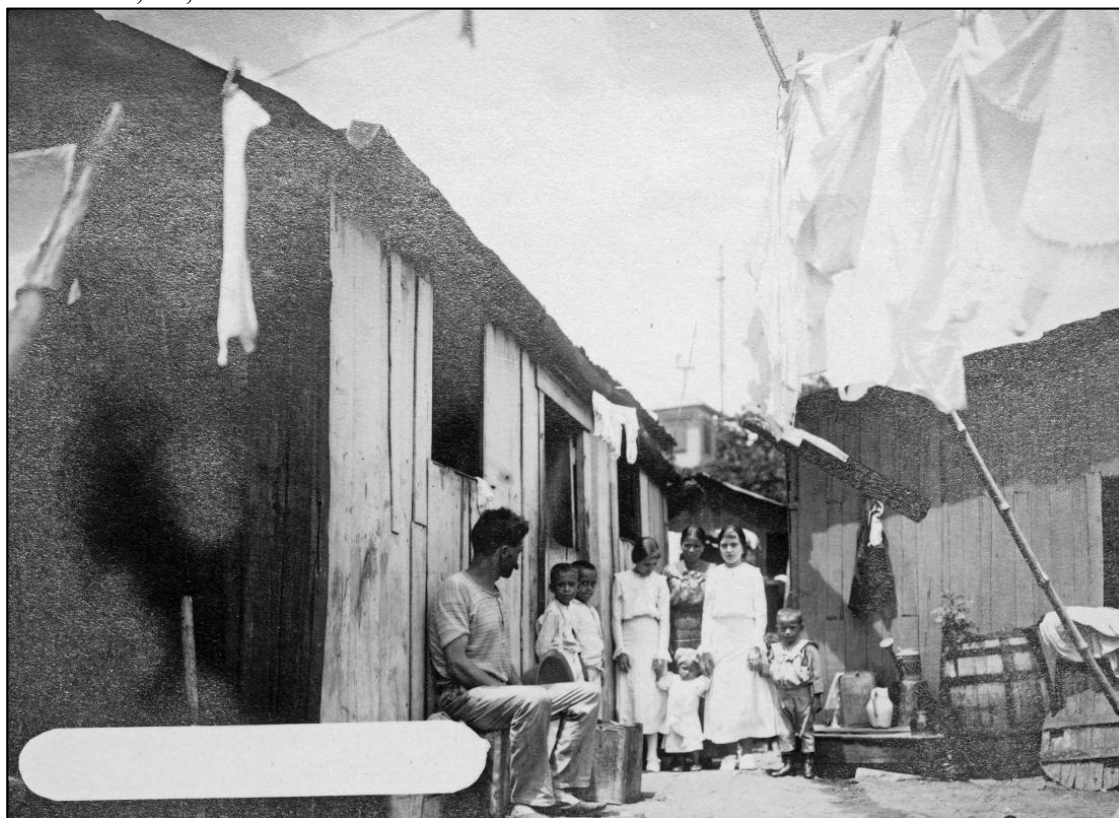
informações dentro de uma determinada filosofia, uma concepção de mundo e de uma estratégia política demarcada.

É importante destacar que a moradia popular foi notada durante todo o transcorrer do século XIX como fonte de perturbação da ordem, de instabilidade políticas e problemas sanitários. Após uma epidemia de cólera ocorrida em Paris, em 1832, um relatório indicava as taxas mais altas de mortalidade entre os moradores situados em regiões mais sujas e miseráveis da cidade. Nesse período em destaque, “[...] os modelos de vida privada no século XIX são inseparáveis das circunstâncias econômicas e sociais criadas pela indústria. Industrialização, urbanização e multidão também são fenômenos interligados (D’ANGELO, 2006, p. 241).

Bresciani (2014) relata que, no século XIX, ocorreram denúncias e investigações relacionadas às más condições das habitações da população operária estabelecendo o tripé pobreza-doenças-perigo social como um dos eixos das intervenções na cidade, sobretudo, nas cidades da Europa. Essa ideia também chegou ao Brasil que, sob o pretexto do higienismo (físico e social), iniciou-se um processo de segregação socioespacial nas cidades apoiado no conhecimento técnico-científico com recorrentes ataques aos territórios pobres e principalmente negros, sobretudo nos cortiços.

Segundo Carvalho (2019, p. 37), “[...] o governo da República destruiu as repúblicas [os cortiços] sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade”. Ao invés de projetos universais ditados por interesses nacionais, as oligarquias realizavam seus projetos particulares, contradizendo as ideias democráticas de igualdade e liberdade nesse processo de urbanização das cidades. A produção dessa invisibilidade se deu por conta de uma política de racialização na produção do espaço urbano, tendo destaque a Figura 11, que apresenta o modo de vida precário de uma família em uma habitação coletiva de um morro carioca.

Figura 11 - Uma estalagem na Rua Caminho Pequeno no Morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro, RJ, 1916



Fonte: Fiocruz (2022).

No Rio de Janeiro, em 1892, foi destruído o mais famoso cortiço conhecido como “Cabeça de Porco”, com cerca de duas mil pessoas. Mais tarde ocorreu a Revolta da Vacina, em 1904, cujo motim não foi especificamente contra a vacina, mas, contra o abuso, o autoritarismo e a truculência das autoridades:

Esse processo de reurbanização trouxe consigo fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social, voltadas contra os grupos destituídos da sociedade. E foi na intersecção sufocante dessa malha densa e perversa que a população humilde da cidade viu se reduzir a sua condição humana e sua capacidade de sobrevivência ao mais baixo nível. A soma dessas injunções, vistas pelo seu ângulo, traduzia-se em opressão, privação, aviltamento e indignidade ilimitados. Sua reação, portanto, não foi contra a vacina, mas contra a história. Uma história em que o papel que lhes reservaram pareceu-lhes intolerável e eles lutaram por cuja mudança (SEVCENKO, 2018, p. 114).

Em 1922, ocorreu o arrasamento do morro do Castelo (Figura 12)²⁰ acompanhada de forte reação debelada por forças policiais. Boa parte da população que habitava a

²⁰ “Uma colina que foi o berço do Rio de Janeiro e que, por quase 200 anos, deteve o seu centro de poder. Talvez essa seja a descrição mais sucinta da importância do morro do Castelo, a elevação cercada de várzeas, à beira da baía, para onde foram transferidos os primeiros habitantes portugueses do que é hoje o

região central da cidade se viu subitamente desabrigada, precisando improvisar novos alojamentos em morros e subúrbios, uma vez que não houve uma política pública de planejamento da remoção populacional. Segundo D'Angelo (2006, p. 241), “[...] a separação entre a residência e o local de trabalho tornou necessária a criação de uma rede de transportes capaz de garantir a circulação regular entre uma zona da cidade e outra”.

Figura 12 - Augusto Malta. Demolição do morro do Castelo, no alto do morro, as ruínas da Igreja de São Sebastião. Centro, Rio de Janeiro, RJ, 1922



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Com o fim da escravidão, há uma migração maciça de ex-escravizados do campo para as cidades, onde vão disputar com os recém-chegados imigrantes as precárias

Rio de Janeiro. Após derrotar os franceses, em 1567, Mem de Sá decidiu refundar a cidade, mudando o pequeno núcleo que habitava o morro Cara de Cão, na Urca, para o lugar que, antes de se consolidar como morro do Castelo, era conhecido também como morro do Descanso, morro de São Januário, Alto da Sé ou Alto de São Sebastião. De lá, no alto da colina que se estendia pelo que é hoje parte do Centro do Rio, era possível ficar de olho na Ilha de Villegagnon, onde os franceses poderiam se organizar para novo ataque. E então, o morro do Castelo foi ganhando uma fortaleza, prédios que serviriam à administração da cidade, igrejas, armazéns e moradias. A trama urbana que deu origem à capital fluminense foi se desdobrando a partir desse núcleo. Essa primeira etapa do Bota-Abaixo foi feita para dar passagem à avenida Central, atual Rio Branco. Mas o morro desapareceu mesmo em 1920, para supostamente ceder espaço à grande exposição internacional comemorativa dos cem anos da independência do Brasil, em 1922” (RIO MEMÓRIAS, 2023).

condições de emprego e moradia. As mulheres negras vão se ocupar do serviço doméstico, da venda de doces e quitutes, como lavadeiras e até na prostituição, tendo dificuldades de se integrar ao trabalho formalizado (Figura 13). De acordo com Carvalho (2017, p. 25), “[...] o problema social da escravidão, o problema da incorporação dos escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado”²¹.

Figura 13 - Marc Ferrez. Quitadeiras, Rio de Janeiro, RJ, 1875 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

O Brasil foi o último país a extinguir a escravidão mercantil no mundo. Não houve nenhuma política de reparação ou auxílio à população negra após a abolição, e esta foi submetida a muitas privações e precariedades em processo de marginalização como “[...] alocação em favelas, assentamentos e outros tipos de habitações precárias; condições de pobreza; subempregos; educação irregular; e de um modo geral em circunstâncias de segregação e exclusão simultaneamente” (LIMA, 2014, p. 135).

²¹ Ainda Carvalho (2017, p. 24-25) expõe que “[...] a Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e uma necessidade econômica de atrair mão de obra livre para as regiões cafeeiras”.

Ao argumentar sobre as mudanças na sociedade brasileira, Telles (1999, p. 107) trata das contradições sociais identificadas nesse processo:

De fato, nesse Brasil urbano que se iniciava na vida política independente, chama a atenção o quanto a pobreza fazia parte da experiência de uma sociedade em mudança, que se queria moderna e civilizada, na direção de um progresso sintonizado com o padrão europeu. O tema do progresso, verdadeira obsessão da época, montava um horizonte simbólico que construía as figuras de um presente dilacerado entre os símbolos nos quais as elites se reconheciam satisfeitas de sua própria modernidade e os sinais de um atraso associado à incivilidade popular e que gerava o desconforto, horror e temor diante de uma realidade que encenava o avesso da sociedade que se queria construir.

De fato, ocorreu uma racionalidade segregadora com a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores para as periferias desurbarnizadas, em uma permanente perseguição à população negra. Sobre o aumento demográfico e a formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro²²:

Aos poucos crescia, na cidade, a população pobre. A migração atraída pelo crescimento da indústria, estimulada pela supressão temporária do fornecimento externo devido à Primeira Guerra Mundial, levava para o centro urbano um contingente de pessoas que, tendo necessidade de morar próximo aos locais de trabalho, iniciou um processo de favelização irreversível. [...] A topografia da cidade invadida e ocupada pela pobreza tornava-se assustadora. Comprimidos nas zonas portuárias, na Gamboa, na Saúde, nas freguesias centrais e na cidade nova uma legião de operários, carroceiros, homens de ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia e prostitutas, sobreviviam como podia (NUNES, 1996, p. 02).

A economia tipicamente urbana não teve condições concretas de receber esse enorme contingente de pessoas em atividades que assegurassem emprego, o que fez com que dilatasse o setor de serviços e aumentasse o número de pessoas desocupadas ou com vínculos precários de emprego. Telles (1999, p. 107) identifica como a temática da pobreza foi explorada nesse período, como algo a ser combatido:

²² “O substantivo favela é considerado originário do topônimo Alto da Favela, elevação localizada ao sul da vila de Belo Monte, cenário da Guerra de Canudos. Favela é o nome popular de uma planta, comum no sertão baiano, local dos combates. A espécie descrita por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, deve ser a *Cnidoscolus quercifolius*. Das interpretações para a substituição do nome do morro carioca, de Providência para Favela, realizada pelos ex-combatentes, a mais plausível é a que resgata aspectos estratégicos e topográficos. No morro da Favela, em Canudos, as tropas republicanas sofreram uma emboscada e sua ocupação foi muito importante para derrotar os seguidores de Antonio Conselheiro. A topografia está associada a uma metáfora entre as privações da tropa durante e após os combates. As dificuldades naturais da batalha, agravadas pelas características físicas do sertão, foram relacionadas à luta pelo recebimento dos soldos atrasados, após o término da guerra” (QUEIROZ FILHO, 2011, p. 1).

O modo de ser das populações pobres das cidades foram radiografados, encenados e dramatizados pela literatura e pela crônica jornalística, que faziam o retrato de uma humanidade degradada pela miséria e ignorância; suas condições de vida, seus hábitos, seus costumes, suas práticas amorosas, suas relações familiares foram objetos das atenções de juristas preocupados em tipificar patologias sociais, crimes e comportamentos delinquentes; foram observados e analisados por médicos e sanitaristas preocupados em descobrir as causas sociais e sanitaristas preocupados em descobrir as causas sociais e morais da doença, da mortalidade infantil e da loucura; foram alvo das preocupações de militantes liberais que denunciavam a anomia em que viviam os pobres da cidade e que defendiam cruzadas moralizantes como condição para a formação de indivíduos autônomos e responsáveis, à altura da Nação que se queria construir; seus hábitos itinerantes nas cidades e os usos populares de seus espaços foram objeto de preocupações de jornalistas, cronistas e reformadores urbanos, mas também de delegados de polícia que em seus inquéritos e relatórios individualizavam tipos sociais e discriminavam instrumentos de controle diferenciados para o vadio, o desempregado, o criminoso, o mendigo, o inválido, o louco, a criança abandonada.

Segundo Costa e Schwarcz (2000), enquanto o projeto republicano tentava passar a imagem de modernidade, apresentava uma recente memória do sistema escravocrata que formou uma sociedade patriarcal caracterizada por relações de ordem pessoal, violenta e na qual vigorava um profundo preconceito em relação ao trabalho braçal.

Os descendentes de africanos, num primeiro momento, e as classes trabalhadoras, maciçamente integradas por imigrantes, num segundo momento, ao lado de todos os que não tinham meios de subsistência e desempenhavam as tarefas menos qualificadas, sobrevivendo em empregos temporários ou na execução de biscates, constituíam presença incômoda nos centros urbanos (NUNES, 2011, p. 373).

A especulação imobiliária encontrou uma nova forma de acumulação capitalista na cidade. Tal fenômeno não ocorre somente no Rio de Janeiro, mas em outras cidades do Brasil. Em Porto Alegre, por exemplo, identificamos a reprodução da mesma assimetria social por meio de mecanismos de segregação, discriminação e confinamento no plano habitacional:

Se, para o pobre, ele se configurava em termos de encontrar um lugar onde morar a baixo preço, para elite e o governo a questão apresentava outras conotações. Habitação para as classes menos afortunadas podia se converter numa fonte de renda para aqueles proprietários de casarões no centro da cidade assim, como também lotear zonas periféricas da cidade, afastadas do centro mas próximas às fábricas, se apresentava como um negócio lucrativo para a burguesia emergente que passava a investir na especulação imobiliária. Para a opinião pública em geral, de tendência conservadora, a existência de cortiços, porões, casebres e barracos sem ar e sem luz, infectados e superlotados, era um problema a ser atacado. Pobres no centro da cidade, à vista de todos, em antros de promiscuidade e sujeira, implicavam sobretudo uma questão moral que devia ser solucionada. Mais do que a todos, entretanto, era ao poder público que cabia apresentar soluções. A República fora

proclamada sob os auspícios do progresso e do trabalho livre, mas dentro de ordem, e populações pobres sem teto convertiam-se em focos de tensão social, que era preciso evitar (PESAVENTO, 1995, p. 37).

A prática de discriminação racial, apoiada em ideias eugenistas, tinha como objetivo o branqueamento dos espaços da cidade, através de perseguição aos costumes e práticas que remontavam tempos coloniais que já não eram compatíveis com a metrópole moderna a qual se pretendia. Também de ataques diretos aos territórios negros como os cortiços, os terreiros e os mercados, considerados centros de resistência da população negra como retratada na modernização do Centro Velho de São Paulo, no século XIX (SILVA, 2006).

A cidade de São Paulo passou por uma intensa especulação imobiliária com investimentos em infraestrutura e embelezamento acompanhados de transformações nos padrões de moradia dos segmentos sociais mais abastados da sociedade. São criados loteamentos como Campos Elíseos, onde foram construídos palacetes em suas principais vias e casas de porte médio em seu entorno. Foi construído um eixo de residências luxuosas que se iniciava no centro, nas proximidades da Estação da Luz, passando pelos bairros recém-loteados até a Avenida Paulista (CARVALHO, 2008) (Figura 14).

Figura 14 - Guilherme Gaensly. Jardim da Luz, Kiosque da Bavaria, São Paulo, SP, 1911



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (2022).

Até as últimas décadas do século XIX, a cidade de São Paulo ainda era um centro urbano muito pequeno, provinciano, com algumas características rurais e figurando entre uma das menores capitais do país. Até que seu vertiginoso crescimento começou a concretizar-se a partir de 1880, com a produção do café que se deslocou do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista. Com isso, a cidade de São Paulo foi configurando espaços para atender o desenvolvimento industrial e urbano, e ao mesmo tempo estabelecendo quem deveria ocupar esses espaços:

No período pós-abolição, o negro foi expulso das regiões centrais da cidade, privado do mercado de trabalho que se expandia com o impulso do desenvolvimento industrial, e foi perseguido, pois era considerado símbolo do não-desenvolvimento e da não-civilização. E é nesse turbilhão de modificações estruturais da cidade que ocorrem as modificações espaciais graças às quais ela vai-se definindo também territorialmente; e aí que as classes sociais vão-se posicionando ou sendo posicionadas pela força do poder hegemônico daqueles que conduziam as transformações urbanas. Na cidade de São Paulo, durante a escravidão, o negro morava próximo aos senhores, para servi-los. Com a abolição e as transformações urbanas da cidade, os negros tornaram-se indesejados e, aos poucos, foram sendo expulsos da região

central da cidade, que passa a ser ocupada pelos detentores do poder econômico, social e cultural (SILVA, 2006, p. 32).

Como já comentado anteriormente, as cidades brasileiras foram se constituindo dentro do ideário da modernidade. A ideia era remodelar, higienizar e embelezar as cidades, inclusive em vistas do prenúncio de mudança da economia do país, do setor agrícola para o industrial. Segundo Pinto Junior (2012, p. 108), “[...] o objetivo era contornar todos os empecilhos que pudessem impedir a concretização do progresso e, para se alcançar o estágio idealizado pelos preceitos civilizatórios”.

Ainda sobre o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, Florestan Fernandes (2008, p. 188-189) identificou “[...] a desintegração final da ordem social herdada do passado, em que os componentes rurais prevaleciam em muitas esferas sobre os componentes urbanos da cidade”. Esse cenário não aconteceu somente em São Paulo, mas também em outras cidades brasileiras onde se via a forte presença de elementos rurais nas áreas urbanas.

A cidade surge dentro desse contexto como palco de acontecimentos marcados por conflitos e tensões, na medida em que passou a ser alvo do projeto civilizatório, dentro de uma lógica que se pretendia tanto o saneamento do espaço físico, quanto da população, sobretudo das classes populares, o que significava um corte com o passado colonial, lusitano, monárquico e patriarcal. Voltando ao Rio de Janeiro, O’Donnel (2008, p. 50) cita que “[...] ficou proibida a ordenha de vacas nas ruas, mendigos foram recolhidos, as lojas deveriam apresentar seus próprios produtos em vitrines, e seria punido quem urinasse ou cuspsse nas ruas”.

Mauad (1990, p. 31) cita outras mudanças nos costumes populares que foram alterados pelos processos de modernização da cidade, revelando uma cidade mais em função do trânsito do que da permanência organizada pelos novos Códigos Municipais de Posturas²³, que restringiam cada vez mais os usos e as ocupações dentro da cidade:

As tentativas de excluir, polir, organizar o espaço da rua, foram várias: a introdução de novos meios de transporte mais rápidos, como o bonde elétrico e o automóvel, tirando de circulação os tradicionais meios de transportes populares, como os ‘burros sem rabo’, que transportam mercadorias e faziam o trabalho de carga; a perseguição aos quiosques e ‘freges’, locais reservados à alimentação e recreio popular; as reclamações contra os pregões dos comerciantes ambulantes e a preocupação em introduzir novas formas

²³ O Código de Postura era uma medida política de estabelecimento de uma ordem, a partir de um conjunto de normas, com o objetivo de estabelecer uma regulamentação coletiva de convívio social nas cidades brasileiras.

publicitárias que sintetizassem, só numa olhada, o modo de vida correto a seguir. No entanto, a mais evidente foi a postura municipal que obrigava o uso de sapatos e colarinhos nas ruas. Tamanho exagero não poderia escapar da crítica da época.

As medidas eram bastante restritivas e até mesmo consideradas irrealistas para a época, sendo na realidade uma forma de controle social, principalmente de negros e pobres. Em uma crônica intitulada *A Polícia de Costumes*, João do Rio (2009b, p. 229) caracteriza de forma irônica e tom debochado como essas normas vão cerceando cada vez mais a vida dos moradores da cidade, como no caso do toque de recolher às dez da noite:

Há ainda dois pontos graves. Por mais cedo que se fechem os estabelecimentos, só por teimosia nós teremos a mania de ficar na rua até tarde. Os batalhões da moral sairão à rua a convencer.

– Que faz você, cidadão?

– Nada!

– Pois então vá dormir. Está perdendo o repouso, talvez assustando a família, dando um triste espetáculo da moralidade da cidade. Vá, ande...

Como essas senhoras companheiras ocasionais estão todas com a porta fechada e ordem de não sair, o homem recolhe a penates muito correto. Também, se não quiser ir por bem vai por mal como as crianças renitentes, e em breve, às dez, toca-se o sino nos quartéis regionais, nas centrais, nas sedes dos distritos, e a essa hora a cidade inteira apaga a luz.

Que linda coisa! A vida pura do campo em plena capital! E o estrangeiro, pasmado, vendo de dia homens fortes e calmos a trabalhar e à noite todos dormindo, sem beber, sem pandegar, sem licenças de espécie alguma, desde andar armado a andar na rua a horas mortas, indagará:

– Como esse prodígio?

– Graças à polícia de costumes, cidadão!

Oh! suprema delícia, gozo pastoral de inocência e pureza!

A sonhar a cidade assim, dentro de dois anos, eu fugira, entretanto, da parte central para evitar outros cabos e outros distritos intrrometidos... Deuses! Seria o meu outro eu negando-se a colaborar na grande obra regeneradora da polícia de costumes? Seria a revolta do meu organismo contra a autoridade? Nunca! A autoridade não pode ser excessiva.

De várias formas se defrontavam com a desmontagem da antiga cidade e de uma cultura vinculada às referências rurais, ao mesmo tempo que presenciavam o surgimento de uma metrópole urbana moderna. São essas questões que Berman (1982, p. 15) denomina de “paradoxo da experiência moderna”, onde: “[...] ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Então, sobre isso, nos referimos também às tentativas de apagamento não somente de lugares físicos, como os já citados cortiços, mas também se estendendo a

certos costumes e práticas populares que foram suprimidos a partir dessas mudanças impostas com a nova conformação das cidades:

Foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade. Assim, como o marechal Floriano comandou a extinção das escolas de capoeira e a perseguição sem limites a seus mestres e praticantes. Mas o cerceamento e o rígido controle das crenças, rituais e práticas da comunidade negra, seus descendentes e seus convivas, que os havia de todos os matizes sociais e raciais, não bastavam às autoridades. Eram consideradas igualmente graves do ponto de vista dos governantes as ameaças postas à saúde pública pela sua convivência adensada, em precárias condições sanitárias, nas áreas centrais da cidade (SEVCENKO, 1998, p. 21).

Para Carvalho (2019, p. 39), mesmo que a urbanização tivesse causado o distanciamento social entre os segmentos da população, as “repúblicas dos cortiços”, fazendo alusão à obra de Aluísio Azevedo²⁴ “[...] continuariam a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas”. Em um movimento advindo dos subúrbios, foram surgindo os elementos que formariam uma primeira identidade coletiva da cidade, através sobretudo do carnaval, do samba e do futebol.

Pesavento (1995, p. 12-13) destaca que o processo histórico inclui formas de resistências aos processos modernizadores que resultam em uma perspectiva relacional entre dominantes e dominados, o que aparenta ser o caso brasileiro:

Doutores, proprietários de terra, políticos de casaca, capitães de indústria, imigrantes, operários e Zé Povinho são todos atores sociais que se movimentam e vivenciam de forma diferente o processo de instalação da República. Com esta ideia, não se quer também dizer que eles pensem e ajam de forma completamente isolada e sem influências recíprocas. Pelo contrário, se o processo de dominação/subordinação engloba também a dimensão da resistência, ocorre uma circularidade entre as formas de agir e de pensar. Se a burguesia toma decisões e impõe seus valores, é por sua vez também pressionada e influenciada pelo comportamento dos subalternos. Estes, por sua vez, metabolizam as normas e padrões de conduta que lhes são impostos e reagem em manifestações já aculturadas.

Segundo Nunes (1996, p. 56), os discursos dos intelectuais brasileiros sobre a cidade nos anos de 1920 e 1930 revelavam que, ao lado do movimento intelectual,

²⁴ O cortiço descrito pelo autor possuía mais de quatrocentos casas e constituía uma pequena república com leis próprias. “Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo. Esse inimigo era outro cortiço e, principalmente, a polícia. Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estava em jogo a soberania e a honra da pequena república” (CARVALHO, 2019, p. 37).

ocorrera um deslocamento do centro da vida nacional. Entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, este centro deslocava-se do Nordeste (simbolicamente Recife), para o Centro-sul (simbolicamente São Paulo). A cidade de Recife foi referência urbana no Brasil colonial, sobretudo no período de comercialização e produção açucareira e depois do algodão²⁵.

Esse local de destaque continuou, durante o século XIX, recebendo melhorias urbanas até o seu declínio no início do século XX. Segundo Moraes (2001), havia na cidade de Recife uma grande circulação de estrangeiros que trabalhavam em companhias de navegação, cargos diplomáticos, bancos e firmas que colaboravam para dar característica cosmopolita à cidade. Os estrangeiros mantinham clubes sociais e esportivos, com destaque para os ingleses que realizaram os primeiros serviços de água e esgoto, a instalação da companhia telegráfica, o sistema de transporte coletivo puxado por animais e a construção da linha ferroviária (Figura 15).

²⁵ No período da Guerra de Secessão (1870), o algodão era exportado para os Estados Unidos da América.

Figura 15 - Afonso Pena visita Floresta dos Leões e a Companhia Industrial Pernambucana em Camarajibe, PE, 1906



Fonte: Arquivo Nacional (2022).

Com a instalação da República, as reformas urbanas também aconteceram em outras cidades do Nordeste, como em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Segundo Viana (2019, p. 9), “as obras de calçamento, iluminação pública, praças e jardins possibilitavam a exploração do espaço público como antes nunca visto. [...] Todas essas ações reforçavam ainda mais a sensação de que se estava vivendo uma nova época”. Além da nomeação de ruas e logradouros, identificou-se a edificação de monumentos e a realização de cerimônias cívicas contribuindo para a construção de uma memória republicana no território da cidade.

Já na região Norte do país, a exploração da borracha no rio Amazonas fez crescer cidades como Belém e Manaus (Figura 16). A produção acabou por não resistir à concorrência do produto oriental que em pouco tempo a substituiu quase inteiramente nos mercados mundiais. Segundo Caio Prado Junior (1998, p. 240), “[...] é claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda esta prosperidade fictícia e

superficial, nada sobraria dela. Em poucos anos, menos ainda que se levava para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas”.

Figura 16 - Construção da Praça da República, Belém, PA, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Como vimos anteriormente, a cidade moderna foi se constituindo de modo a atender os interesses das elites, apropriando-se da cidade a partir de uma perspectiva econômico-utilitarista fora do alcance das camadas menos privilegiadas. A partir dessa ideia, podemos dizer que a experiência pública de cidade moderna que se construía era restrita a alguns. Nessa remodelação da cidade, Monarcha (1989, p. 40) nos ensina que “[...] os espaços públicos passaram a ser subjugados por poderes privados que transformaram o público em mera extensão do privado”.

Conti (2011, p. 51), ao tratar da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, aponta para o “[...] o papel da elite realçado na concepção e transformação dos espaços públicos como forma de estabelecimento de uma nova ordem social”, em que se identificava uma política de desenvolvimento urbano de feições modernas que beneficiava o capital comercial, revelados por meio das ordens e serviços dando um novo perfil à cidade. Mais uma vez, tratou-se de uma política instrumental de ordenamento do

espaço, conforme as exigências do modo de produção capitalista acompanhada de uma degradação da arquitetura e do quadro urbanístico existente anteriormente.

Uma outra capital do Sudeste, Belo Horizonte, como foi uma cidade planejada iniciada em 1894 por Aarão Reis e terminada em 1897 por Francisco Bicalho, não passou pelos mesmos problemas das outras cidades brasileiras em termos de reformas. Nas palavras de Veiga (2011, p. 402), “[...] substituir a ‘velha e decadente’ Ouro Preto por Belo Horizonte significava inserir Minas Gerais no tempo da modernidade, possibilitando novos meios de circulação e trajeto de pessoas e negócios”.

De todo modo, vê-se que a modernização pretendida estava totalmente descolada da realidade brasileira ainda muito dominada pelas oligarquias locais, conforme expõe Monarcha (1989, p. 42):

Confirmava-se o retrato do Brasil: atrasado, inculto, conservador, oligárquico. Um retrato feio no qual a percepção cultivada não podia se reconhecer, provocando repulsa e indignação e um estado perene de mal-estar na cultura brasileira. Havia uma dissonância entre os padrões cultos burgueses e o atraso nacional. Marcada pelo patriarcalismo e atraso das cidades, a realidade local revelava-se mesquinha e provinciana, contrastando abertamente com os ideais de cosmopolitismo e cultura das sociedades europeia e norte-americana.

Em uma das interpretações sobre o regime republicano no Brasil, Florestan Fernandes (1987) o compreende como sendo uma das facetas de um processo mais amplo da realização do capitalismo no país, em que se identificava transformações econômicas e sociais, além de construção de estruturas político-administrativas e concepções ideológicas consolidadoras das elites modernizantes. Contudo, frisamos que a produção do espaço urbano foi se constituindo de diferentes formas, consubstanciada nas cidades situadas nas diferentes regiões do país, sendo cada uma delas marcada por características peculiares em face dos processos sociais envolvidos.

É importante frisar que as configurações do Brasil da Primeira República não são iguais dos tempos atuais, estando em processo de expansão da malha urbana ainda em grande parte dominado pelo rural em grandes extensões territoriais com baixa densidade populacional ou até mesmo vazias. Essa constituição do urbano nas cidades do país se deu a partir de diferentes formas, conforme suas próprias condições de materialidade, a depender da cidade, mas de um modo geral, em se tratando das capitais, obedeceram a um plano de modernização e embelezamento semelhantes. Enquanto isso, as práticas sociais sofriam tentativas de conversão em ações homogeneizadoras como se pretendia o ideário da modernidade.

5. AS CRIANÇAS EM PERSPECTIVA NA/PELA CIDADE

Iniciamos retomando a nossa hipótese. Podemos confirmar que, por meio de imagens disponíveis referentes ao período da Primeira República (1889-1930), foi possível identificar que o plano onde a criança está situada, permite outras possibilidades de reflexão pouco evidenciadas nos estudos acerca da presença das crianças nos acontecimentos da cidade. Para além do que já era conhecido, pretendemos confirmar a existência de outras maneiras de se viver a(s) infância(s) na cidade, ou seja, a descoberta de um mundo de possibilidades vivenciadas pelas crianças na cidade.

Ao tentar extrapolar esse enquadramento, a investigação buscou novas perspectivas sobre a presença das crianças na cidade considerando seu processo histórico de ocultação, como expõe Sarmiento (2007, p. 26):

Esse processo decorre das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem sobre os seus produtores (o conjunto de sistemas estruturados de crenças, teorias e ideias, em diversas épocas históricas) quanto ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais das crianças, na complexidade da sua existência social

A invisibilidade da criança é um assunto que atravessa nossas discussões. Nesta investigação, pretendemos colocar em evidência a presença ou a ausência das crianças nas ruas das cidades e de que maneira essas se apresentavam. Segundo Benjamin (1987a, p. 223), “[...] o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”. É nessa perspectiva que buscamos estabelecer conexões com o passado atrás das fotografias das crianças na cidade.

A pesquisa nos permitiu encontrar, por meio das relações sociais expressas nas imagens, diferentes maneiras de ver o mundo, de nele viver e de compreendê-lo, inclusive das relações adultos e crianças, assim como entre as crianças e seus pares, na configuração do urbano brasileiro. Com base nesse resultado podemos montar um panorama das maneiras das crianças estarem nas cidades nesse período de investigação por meio de um (re)trato: nos protestos, nas reformas, nas inaugurações, nas procissões, nas brincadeiras, nos festejos, no comércio, enfim, em vários lugares da cidade.

Ao tratar da história da fotografia no país, Kossoy (2014a, p. 159-160) estabeleceu as bases para a compreensão da gradativa irradiação que teve a atividade fotográfica a partir da conexão deste fenômeno com a estrutura urbana:

Nesta linha, ficou demonstrado em que medida uma estrutura socioeconômica de características coloniais, calcada na força do trabalho escravo e num território de dimensões continentais, condicionou um tipo também peculiar de expansão da atividade fotográfica. Tiveram esta expansão como principal cenário justamente as maiores cidades da costa, Recife, Salvador e prioritariamente o Rio de Janeiro, tradicionais portos de exportação de matérias-primas tropicais para o mercado internacional e de importação de manufaturados.

À época do recorte da investigação, contávamos com vinte capitais brasileiras, segundo divisão territorial brasileira. Sobre as cidades registradas aqui na investigação, foram identificadas Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Belém e Manaus. Schwarcz (2014) adverte sobre a necessidade de incluir dados como autoria, data, dimensão, acervo, título e toda uma série de dados que fazem parte da própria descrição desses documentos visuais.

Fomos nos mobilizando, segundo os achados da pesquisa, em um permanente diálogo e aproximação, confirmando o que Mauad (1996, p. 10) nos trouxe a respeito da pesquisa com as fotografias “[...] a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas”. As fotografias foram coletadas em sua grande maioria no acervo disponibilizado pela Brasiliana Fotográfica, uma parceria entre o Instituto Moreira Salles e a Biblioteca Nacional. Também consultamos o banco de imagens do Instituto Itaú Cultural e outros acervos, nos quais obtivemos acesso *on-line*.

No período de recorte da pesquisa, predomina a presença de fotógrafos profissionais cujas fotografias foram extraídas de acervos, quais sejam: Chichico Alkmim (1886-1978); Militão Augusto de Azevedo (1837-1905); Marc Ferrez (1843-1923); Guilherme Gaesnly (1843-1928); Revert Henrique Klumb (c. 1826-c. 1886); Lunara (1864-1937); Augusto Malta (1864-1957); Vincenzo Pastore (1865-1918); Manoel Tondella (1861-1921) e Luiz Lavenère Wanderley (1868-1966).

Sobre o conjunto de imagens encontradas, destacamos as fotografias: instantâneas e posadas. A diferença de uma para a outra está em relação à presença ou não de uma encenação ou a disponibilidade técnica para o emprego da foto instantânea, como podemos identificar nas fotografias abaixo. Segundo Mauad (2008), as condições

técnicas para o surgimento de fotos instantâneas já teriam ocorrido no final do século XIX, por isso, superamos a ideia de fotografias em pose na maioria dos casos.

A seguir, vemos a diferença entre uma fotografia instantânea e uma fotografia posada, ambas de autoria de Augusto Malta, no Rio de Janeiro, em 1906 e 1910, respectivamente. Na Figura 17, vê-se uma multidão sem direção, subindo e descendo a Avenida Central em um dia de carnaval, o que dificultaria a tomada fotográfica se essa fosse posada. Já a Figura 18 trata de uma reunião intencional de muitas crianças para o registro fotográfico, provenientes de classes populares e de diferentes faixas etárias, em frente ao Forte de São Januário.

Figura 17 - Augusto Malta. Carnaval na Avenida Central, Rio de Janeiro, RJ, 1906 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Figura 18 - Augusto Malta. Ruínas do Portão do Forte de São Januário, Morro do Castelo, Rio de Janeiro, RJ, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Benjamin (1987a) critica o processo de industrialização da fotografia através do que ele denomina de “perda da aura”. Para ele, o auge da fotografia dentro da sua dimensão aurática está delimitado ao período de sua descoberta no ano de 1839 até o início da sua industrialização, por volta de 1850. A partir disso, a arte fotográfica passou a entrar em declínio. Havia uma singularidade no daguerreótipo que possibilitava uma maior imersão na experiência fotográfica em função da técnica da câmera escura que demandava uma longa exposição do modelo em contato direto com o fotógrafo. Além disso, o círculo de vapor em torno do rosto fotografado e a luz que emergia da sombra prestava essa dimensão aurática²⁶.

Sontag (2004, p. 141) relaciona a aura a um período “mais puro e mais artesanal” da atividade fotográfica, em que se situam os daguerreótipo, os cartões estereográficos, *cartes de visite*, instantâneos de família, fotografias de esquecidos fotógrafos provincianos e comerciais do século XIX e início do XX.

²⁶ De acordo com Dauthendey, “[...] as pessoas não ousavam a princípio olhar por muito tempo as primeiras imagens por ele produzidas. A nitidez dessas fisionomias assustava, e tinha-se a impressão de que os pequenos rostos humanos que apareciam na imagem eram capazes de ver-nos, tão surpreendente era para todos a nitidez insólita dos primeiros daguerreótipos” (BENJAMIN, 1987a, p. 95). Sontag (2004, p. 174) acrescenta que nas memórias de Nadar publicadas em 1900, Balzac apresentava ‘pavor vago’ de ser fotografado.

Sobre a técnica utilizada à época, João do Rio (2009b, p. 299) na crônica *Clic! Clac! O fotógrafo*, escrita em *Pall-Mall* (1917), já trata do processo de “kodackização”, que está diretamente ligada à possibilidade de tomada de fotografias instantâneas por qualquer pessoa e em qualquer lugar, o que antes ficava restrito aos fotógrafos profissionais, principalmente nos seus estúdios com cenários montados²⁷:

Já não há propriamente mais fotógrafos profissionais, porque toda a cidade é fotógrafa. Já não há propriamente pessoas notáveis cuja fisionomia se faça necessidade informativa nos jornais, porque não há cara que não seja publicada. Não só as caras. As caras não bastam. As ruas, as casas, os aspectos dos céus, os combustores da iluminação, os carros, as carroças, as montanhas, as árvores. Há cinco anos, em visita a qualquer família de mediania burguesa, o visitante contava com quatro ou cinco desastres fatais: ouvir os progressos da filha mais velha ao piano, admirar as aquarelas da petiza do meio, aplaudir o caçula que recitava de cor os versinhos estropiados. Agora não. Agora é só fotografia.

A nossa perspectiva ao analisar o *corpus* fotográfico é identificar, por meio do olhar de uma lógica adultocêntrica, ou seja, por meio da lente do fotógrafo, os rastros da lógica infantil na participação cotidiana dos espaços das cidades brasileiras, onde a rua acaba adquirindo um outro significado através das culturas infantis. Por meio das experiências ocorridas na cidade, principalmente dos acontecimentos públicos, pretendemos identificar quais aquelas que possibilitaram (ou não) o aparecimento dessas infâncias.

Segundo Martins (2017, p. 20), “[...] a imagem produzida pelo homem, segundo diferente concepções e estilos, diz ao homem, em cada época, quem o homem é”. Tratamos como cenário de investigação a realidade brasileira no período compreendido na Primeira República. Um Brasil de dimensões continentais em processo crescente de urbanização em suas diferentes formas de apropriação do espaço urbano. As cidades maiores são mais registradas do que as menores, dentro de um circuito econômico e cultural que atraía a presença dos fotógrafos, adquirindo mais destaque no conjunto das fotografias.

De acordo com Schwarcz (2023), as imagens são formas estéticas, mas também contextos. Dessa forma, a fotografia é um processo de construção de sentido que, às

²⁷ “A simplificação e o barateamento dos recursos e dos equipamentos fotográficos, o aparecimento dos instantâneos e a comercialização de produtos para o processamento das imagens, em todas as províncias brasileiras, além da elaboração de manuais pelos fabricantes, capazes de revelar o passo a passo todas as etapas para obtenção de imagens, permitem a qualquer pessoa torna-se profissional ou amador, em especial a partir dos últimos anos do século XIX” (LOPES, 2002, p. 63).

vezes, não é perceptível ao primeiro olhar, mas que está relacionada a determinadas formas de ser e de agir resultado do momento histórico em que foram produzidas. Mesma ideia nos traz Martins (2017, p. 37):

A fotografia não congela nem retrata ‘o que está lá’. Portanto, a fotografia nutre a sua interpretação por uma contínua remessa ao real, que não se deixa congelar, que não interrompe o seu fluxo e que, por sua vez, agrega e redefine significações ao que só aparentemente é um ‘congelamento’ de imagem e, nesse sentido, um ‘retrato’ da sociedade em certo momento.

Nossa intenção é considerar a fotografia a partir de uma interpretação histórica, ou seja, tomar a fotografia dentro de um significado político contextual. “A legibilidade das fotografias é dependente da história latente em sua superfície, da percepção do *index* histórico que a marca” (STIEGLER, 2015, p. 35). Novamente, nossa abordagem em relação à fotografia é buscar a possibilidade de uso na composição de um certo conhecimento sobre o passado que ainda se faz presente por meio do registro que possibilita várias interpretações.

Desse modo, as imagens se encontram e devem ser compreendidas dentro e alinhadas aos seus contextos de produção, de forma a não fazermos uma leitura errônea delas, como apontado por Schwarcz (2014, p. 394):

Se assim for, há uma relação muito mais ativa do que passiva entre imagens e contexto. Menos do que só registros imediatos de seu momento, elas ajudam a formar percepções coletivas, criar conceitos difundidos, selecionar registros de realidade. É certo que não há maneira (e muito menos razão) de evitar entender as imagens inseridas em seus contextos.

Nesse aspecto, dado o caráter subjetivo da tomada fotográfica, Sontag (2004, p. 138) coloca que nisso “o fotógrafo é tudo”. Desse modo, devemos estar atentos com a presença de fotógrafos profissionais, que podem fazer uso de montagem ou trucagem para a produção de suas imagens. Para completar, Kossoy (2014b, p. 106) pontua que “as imagens são concebidas e materializadas conforme as intenções de seus autores, segundo um filtro cultural e uma determinada visão de mundo”.

Para Sarmiento (2014, p. 205), ainda sobre o caráter socialmente construído da produção da fotografia, destaca que a imagem é ao mesmo tempo um artifício e um artefato com a seguinte explicação:

[...] Artifício porque ela resulta de um processo de seleção, recorte e fixação de uma parcela do real; artefacto porque atualiza uma capacidade de

configuração técnica desse ato de fixar impressões visuais. Ela é, geralmente, o produto de um indivíduo, inserido num grupo, multiplamente condicionado pelos diversos 'círculos sociais' de inserção social e socialização. Do mesmo modo, a imagem trabalhada (recolhida/realizada) na investigação exprime prioritariamente o ponto de vista do investigador dos quadros teóricos e epistemológicos a partir dos quais conduz a sua pesquisa, dos seus valores sociais e da sua visão de mundo.

Neste contexto, cabe ressaltar que até meados da década de 1950, o controle dos meios técnicos de produção cultural era privilégio da classe dominante ou frações desta, o que nos leva a termos uma ressalva na análise da fotografia: “[...] dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e repressões da classe que possui o controle de tais meios, e, por outro, atuar como eficiente forma de controle social, por intermédio da educação do olhar” (MAUAD, 2008, p. 27).

Como forma de organizarmos as fotografias encontradas, criamos temas por meio dos quais dispomos e agrupamos as mesmas, com as quais dialogamos e descrevemos, segundo os preceitos teóricos acessados nessa investigação, quais sejam: festas; lazer e circulação; brincadeiras e trabalho. Em alguns momentos, foi possível identificar as crianças em duas ou mais práticas cotidianas, como por exemplo, de crianças prestadoras de serviços brincando de bolinha de gude em uma calçada da cidade de São Paulo, na fotografia de Vincenzo Pastore.

A escolha das fotografias foi realizada de forma a evitar a repetição de assuntos que eram comuns nos aspectos gerais dos centros urbanos brasileiros. Concordamos com Leite (2000, p. 50) sobre esse ponto: “[...] a leitura repetida de imagens de um mesmo tipo e conteúdo termina por deixá-lo insensível à mensagem completa que elas carregam. A saciedade de percepção chega a cegar o leitor para o conteúdo da foto”.

Ainda nesse sentido, e, de acordo com Barthes (2017, p. 30), percorremos a análise geral das fotografias dentro da ideia de *studium* como “bons quadros históricos” de uma época, mas selecionando somente aquelas que nos chamaram mais atenção. No momento da análise dessas temáticas, ao buscarmos compreender a experiência das crianças na cidade, realizamos mais profundamente reflexões sobre a condição infantil a partir de marcadores sociais, econômicos, raciais e de gênero.

Estamos preocupados com os corpos, gestos e movimentos das crianças em exposição na imagem fotográfica. Assim, estamos atentos aos detalhes da fotografia, o que fica quase imperceptível ou até mesmo ausente. Como um trapeiro, um *Lumpensammler* ou um *chiffonier* a pesquisa não está atrás dos grandes feitos, mas “[...]”

deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

O conceito de rastro surge em nossa pesquisa nessa constante “[...] tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

A partir dessa concepção, tomamos nosso método de investigação dentro da ideia benjaminiana de *flânerie*, em busca desses rastros deixados nas imagens (BENJAMIN, 1987a). Esse procedimento diz muito a respeito à postura do investigador que deambula sobre e entre as fotografias das crianças nas cidades em busca de novas possibilidades investigativas.

Walter Benjamin “[...] ressalta uma dimensão da história como sendo uma narração aberta que permite não encerrar a imagem do passado numa única ‘constatação’, mas modificar essa imagem, e assim também a apreensão do passado pelo presente” (GAGNEBIN, 2015, p. 27). É o que também considera Sontag (2004, p. 183) quando escreve que “[...] as câmeras estabelecem uma relação inferencial com o presente (a realidade é conhecida por seus vestígios), proporcionam uma visão imediatamente retroativa da experiência. Fotos fornecem formas simuladas de posse, do passado, do presente e até do futuro”.

Destacamos que não utilizamos a fotografia como mera ilustração, “[...] mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam” (SCHWARCZ, 2014, p. 393).

Ainda sobre essa questão, Mauad (2005, p. 143-144) nos coloca que a análise das imagens encontradas exige um permanente diálogo entre o passado e o presente, conforme os usos e as funções das fotografias que apresentam as vivências, as culturas e as representações das crianças em um dado contexto:

No caso das fotografias, em suas diversas modalidades, elas guardam na sua superfície sensível a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, ou narrativa, próxima àqueles que as consumiam, possuíam, guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma

função diferente. Da mesma forma que seus antigos produtores ou donos, aqueles que as estudam como história entram em contato com esse presente/passado e os investem de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada. Nisso reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas.

Como propõe Martins (2017), o que nos chama atenção é o que está à mostra, mas também o que está ausente na leitura das imagens sob investigação. Usamos o recurso *zoom* todas as vezes quando a qualidade da resolução da imagem permitiu, como espécie de lupa para melhor analisar os detalhes da fotografia, sobretudo os detalhes minúsculos e/ou pouco nítidos. É o que Schwarcz (2023) denomina da técnica multifocal como forma de analisar melhor a imagem por meio de diferentes enquadramentos. Dada a impossibilidade de inserir as mais de cem fotografias encontradas, resolvemos fazer uma seleção daquelas consideradas mais adequadas para compor o quadro de análise desta investigação.

Portanto, os elementos pouco evidentes ou quase imperceptíveis foram considerados na análise, até mesmo a sua ausência ou o que não está revelado na fotografia, o que diz muito sobre a histórica invisibilidade da criança como abordado anteriormente, necessitando assim, maior atenção na análise das imagens. Dito isso, “[...] abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido, ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

Ainda sobre essa questão, dispõe Ciavatta (2008, p. 45) que ao tratarmos da imagem como fonte história, necessitamos realizar um aprofundamento dos aspectos históricos e culturais da época do registro fotográfico como forma de entendimento dela:

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas, congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram, na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas quanto objetos. É o conhecimento dessas relações ocultas, expressões complexas do mundo da cultura, que permitem aproximarmo-nos das fotografias além do prazer estético, da sua imediaticidade encantadora. É este o caminho tortuoso da fotografia como fonte histórica.

Como expõe Schwarcz (2014, p. 420), é necessário desconfiar das aparências codificadas de certas imagens, bem como dos “contextos mentais”, ou seja, das

convenções ou memórias de esquemas aprendidos, de modo a não se deixar enganar no primeiro contato com a fonte imagética:

Mas essa já é outra história, cheia de novas memórias feitas de imagens visuais que se colam como registros de verdade, de maneira que é muitas vezes difícil separar o que de fato ocorreu e o que o ato fotográfico ou outras formas de imagística imortalizaram. Conforme dizia o relato do jornalista eufórico com a chegada da fotografia na primeira metade do XIX – ‘é preciso ver a coisa com olhos vistos’. Mas ‘ver a coisa com olhos vistos’ não implica, por certo, abrir mão das condicionantes sociais de qualquer imagem, de analisar a clientela, investir na história dos artistas, ou na recepção dos objetos visuais. **Compreender os andaimes da produção social das imagens; os trabalhos de seleção, que implicam políticas de favorecimento, de esquecimento ou de proposital destaque são, com certeza, procedimentos necessários para todo aquele que queira enfrentar esse tipo de material** (grifo nosso).

Martins (2017) chama a atenção para aquilo que está à margem, como possibilidade explicativa das contradições por meio de uma leitura sociológica de fatos e fenômenos sociais, ao apontar ocultações e revelações intrínsecas às imagens, por isso, deve ser realizada uma análise mais aprofundada:

Nesse sentido, a fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente dependente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia, a fotografia como representação social e memória do fragmentário, que é o modo próprio de ser da sociedade contemporânea. Mesmo que tenha tido uma origem difusa e funções inespecíficas, a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade (MARTINS, 2017, p. 36).

Segundo Ciavatta (2008, p. 45), a dualidade entre essência e aparência surge na nossa discussão: “[...] as imagens que observamos, tem seu lado aparente, a imagem propriamente dita, e o lado oculto de sua produção, da história e da técnica com que foi feita, das relações e valores que nortearam a sua realização daquela forma, e não de outra”.

De todo modo, para superar a visão imediata das aparências, tomamos a fotografia de modo a interpretá-la no conjunto de relações presentes no local e no tempo de sua produção. Isso significa inseri-la dentro dos processos sociais complexos (econômicos, políticos, culturais, científicos etc.) da essência oculta do fenômeno que são reconstruídas no nível do conhecimento histórico, dentro de determinada totalidade social que faz parte do mundo objetivo (CIAVATTA, 2008).

Ademais, segundo Schwarcz (2023), o tratamento crítico das fotografias deve ser levado a sério devido sobretudo a possibilidade do uso político na construção de consensos por meio da representação das imagens. Por isso, há necessidade de analisar os dados revelados em textos e imagens com a devida desconfiança, pois como mesmo discute Benjamin (1987a, p. 225) “[...] nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.

Segundo Arriada (2003, p. 11), a história assim entendida “[...] é a história dos vencidos, a que eles não narraram porque careciam de voz. Ao contá-la desde o presente em nome dos que tampouco a possuem, o historiador lhes confere voz por cima do tempo”. Durante muito tempo a criança foi considerada um sujeito sem voz, como é apresentado no trecho abaixo:

A criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registra especialmente a ausência, a incompletude ou negação das características de um ser humano ‘completo’. A *infância como a idade do não* está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: *infans* - o que não fala (SARMENTO, 2007, p. 33).

No Brasil, devemos acrescentar ao debate a criança negra desse contexto histórico. Mesmo com a chamada “abolição da escravatura”, ocorrida em 1888, e de uma onda de reformas modernizantes, não ocorreu propriamente uma mudança de mentalidade em relação a condição do negro. Abdias do Nascimento (1980) discute o processo de obliteração da memória, inclusive de mecanismos para eliminar provas e documentos referentes aos maus tratos sofridos pela população negra. Nessa lacuna produzida pela destruição dessas memórias, outras são inventadas, como o mito da democracia racial que perpetua o racismo no país.

É o que expõe Schwarcz (2023) ao discutir que os arquivos não são simplesmente depósitos de um passado, mas de um campo vivo repleto de significados. Ao se referir especificamente aos arquivos coloniais, identifica que neles se encontram mais silêncios, tensões e brechas do que produção de memórias. Também que neles se escondem critérios de classificação marcadamente colonial, eurocêntrico, masculino e branco. Nesse sentido, a produção de imagens acaba resultando em um maior foco em imagens da branquitude como representações de um determinado tempo.

Na visão de Benjamin (1987a, p. 223), “[...] o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. A literatura

através das crônicas do João do Rio, por exemplo, nos oferece a possibilidade de constituirmos um panorama histórico mais completo, inclusive o lado de uma cidade marginalizada e a presença da própria da criança em meio ao cenário urbano.

A cidade é aqui compreendida como sendo “[...] um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura” (CARLOS, 2020, p. 26). A partir desse entendimento, passamos a analisar as imagens fotográficas que fazem sentido em um determinado contexto de produção.

5.1 FESTAS

A alegria é pândega, é farra, é gritaria – é a ferocidade lúgubre, é tambor sem significação. Tomamos um automóvel e trepamos logo para a tolda, com os pés no assento. O Carnaval vem longe e já andamos fantasiados e sem máscara; damos bailes e os bailes acabam no outro dia. E para que ninguém ignore que rebentamos de alegria, transforma-nos em bufarinheiros da epilepsia, tocando trombeta das sacadas noite e dia, e usando atrozmente o teu bombo. Está tudo alegre, zabumbantemente alegre, escandalosa, desesperadamente alegre. Para que falar na tua alegria, tão postiça quanto a nossa, que tem a vantagem de ser incessante? (DO RIO, 2009b, p. 246).

Segundo Lefebvre (2001), a cidade pode apoderar-se das significações políticas, religiosas e filosóficas, o que faz dela um conjunto significativo. A cidade existe e tem voz nos edifícios, nos monumentos, e se faz nas ruas e praças, pelos vazios, como também pela teatralização espontânea dos encontros que nelas acontecem através das festas. Dada a possibilidade de a fotografia permitir fazer um recorte de uma dada realidade social, e, por conseguinte de se ser capaz de (re)contar uma história, aqui privilegiamos alguns apontamentos da relação entre as crianças e as festas na/da cidade.

Na Figura 19²⁸, observamos algumas crianças em uma multidão de carnaval na recém-lançada Avenida Central no Rio de Janeiro, onde identificamos a presença massiva de homens e mulheres passeando a pé em diferentes direções do logradouro. Essa cena nos chama atenção porque apesar de apresentar uma presença majoritariamente adulta, ainda assim, identificamos algumas crianças fantasiadas,

²⁸ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2738>.

acompanhadas ou não de adultos, de forma pouco perceptível no cenário geral, mas compartilhando do mesmo festejo popular.

Figura 19 - Augusto Malta. Carnaval na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, Centro, RJ, 1908 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

De acordo com Schwarcz (2014, p. 420), são “[...] pequenas agências, estratégias de reconhecimento e pertença mediadas pela imagem e que de alguma maneira trapaceiam com as determinações do fotógrafo, do mandatário e do próprio fotografado”. Através das imagens apresentadas, percebemos que as crianças não estão invisibilizadas socialmente nem apartadas do mundo dos adultos. Também não se encontram de forma passiva, ao contrário, elas evidenciam novas interpretações sobre a cidade que são reveladas por meio das fotografias.

Em que pese as diferenças culturais de tradição e festejos, conforme a localidade, o carnaval é comemorado em várias cidades brasileiras. Também podemos identificar crianças nos carnavais de Salvador e de Manaus. “A criança não é nenhum Robinson, as crianças não constituem nenhuma comunidade separada, mas são partes de povo e da classe a que pertencem” (BENJAMIN, 1987b, p. 247). As crianças se movimentam e se

cruzam pela cidade, mesmo em situações desfavoráveis, como nas aglomerações por conta das festas criadas pelos adultos.

O fenômeno do urbano trouxe a formação das multidões na cidade nunca experienciada. Tendo a percepção dessa nova sensibilidade e do caos na cidade, a modernidade empenhou-se em decifrar a multidão anônima, sempre tendo como direção a perigosa condição do pobre, uma presença considerada ostensiva e ameaçadora do mundo urbano-industrial. Em festas nas ruas das grandes cidades, as crianças aparecem em meio à multidão, como apresentado na Figura 19.

Na Figura 20, identificamos o contraste entre um grupo de crianças fantasiadas, em sua maioria meninas, em cima de uma carroça enfeitada puxada a cavalo e acompanhadas de adultos. Na mesma fotografia, no chão, está um menino sozinho, sem fantasia, posicionado ao lado da carroça enfeitada. Essa diferença entre as posições das crianças denota as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira.

Figura 20 - Carnaval. Manaus, AM, 1913



Fonte: Casa de Oswaldo Cruz (2022).

De acordo com Eneida de Moraes (1958), o curso aconteceu pela primeira vez na recém-inaugurada Rio de Janeiro, no ano de 1908. Consistia, primeiro, no desfile de carruagens enfeitadas e, depois, de automóveis sem capotas repletos de foliões fantasiados que percorriam a Avenida Central (Figura 21). Ao se cruzarem, lançavam uns nos outros, confetes, serpentinas e esguichos de lança-perfume.

Figura 21 - Augusto Malta. Desfile de curso durante o carnaval, Rio de Janeiro, RJ, 1919



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

As sociedades ou clubes carnavalescos junto aos cursos eram manifestações das elites, com influência dos hábitos dos carnavais europeus como ideais de modernidade e civilidade. Já os cordões, os ranchos e os blocos representavam o carnaval popular, amplamente reprimidos e perseguidos em sua forma de manifestação, cujos participantes eram tachados de perigosos. Por vezes, quando cediam às expectativas das elites, não significava uma simples submissão ao gosto da cultura dominante, assim continuaram nas ruas mostrando crítica e irreverência em suas manifestações.

Esse parece ser o caso da Figura 22, em que percebemos uma forma mais desorganizada de festividade na cidade de Salvador, com alguns adultos mascarados em evidência na imagem, às vezes, poderiam compor até uma mesma agremiação ou bloco carnavalesco. De forma quase imperceptível, observamos a presença de crianças sem estarem fantasiadas, mas trajando roupas de passeio, atravessando a folia em companhia de adultos que se fazia diretamente no chão da rua em comparação com os carros alegóricos dos cursos.

Figura 22 - Carnaval em Salvador, Salvador, BA, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Entendemos o espaço público, conforme explica Abramowicz e Oliveira (2010), como sendo aquele que permite múltiplas experimentações, o espaço de criação por excelência, onde é possível exercer formas diferentes de sociabilidade, subjetividade e ação, o que não seria possível em ambientes familiares, possibilitando às crianças outros agenciamentos. Aos poucos, vamos perceber a presença cada vez maior de crianças nas reuniões públicas que antes se limitava aos festejos religiosos e ao hábito de passear nos espaços ajardinados da cidade, muito comum na Europa, que só aos poucos é assumido pelas elites nacionais.

Na Figura 23²⁹, é possível identificar que as crianças estavam presentes nesses grandiosos espaços criados como símbolo de poder com o propósito de produzir uma imagem de modernidade através da manipulação de símbolos e organização de um quadro cerimonial pouco interessado com a realidade. Mas, mesmo assim, percebemos nesse cenário com grande público, que as crianças transitavam e ocupavam à sua maneira os eventos da cidade.

Acerca da Exposição Nacional ocorrida em Paris, em 1798, Benjamin (1991, p. 35) discorreu: “ela decorreu do desejo de ‘divertir as classes trabalhadoras, tornando-se uma festa de emancipação para elas’. Aí o operariado tem o primado enquanto freguesia”. Na fotografia panorâmica abaixo, identificamos grandes edificações

²⁹ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5479>

construídas para a ocasião da Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro, onde é possível identificar claramente a ideia de monumentalidade transmitida, visto a diferença de tamanho entre os prédios apoteóticos e das pessoas circulando entre as atrações do evento.

Figura 23 - Augusto Malta. Exposição Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1908



Fonte: Museu da República (2022).

Para Resende (1994), a crônica é uma experimentação livre da realidade brasileira que se utiliza da linguagem da cidade e que tem com o Rio de Janeiro uma afinidade especial. João do Rio (2009, p. 89) aborda essa exposição na crônica intitulada *Quando o brasileiro descobrirá o Brasil?*

A Exposição vai abrir-se. É a grande amostra do Brasil. Cada estado expõe as suas riquezas naturais e os tentâmes da sua indústria. O estrangeiro admirará e aproveitará, graças ao céu. O brasileiro descobrirá. E eu estou a ver o pasmo das cariocas e dos cariocas diante do ouro, das pedras, das madeiras, dos tecidos, dos aproveitamentos da natureza assombrosa pelo homem vagaroso. Isto é do Paraná? Realmente, o mate é tão bebido e apreciado! Isto é do Amazonas? Ora, diga-me, onde fica Mato Grosso!

Disseminou-se certa cultura de exposições que, mais que exibição de produtos e de recursos naturais nacionais, apresentava um projeto de ideal burguês que chega também no Brasil. Na Figura 24, apresentamos uma típica família burguesa passeando em um desses eventos que atraía grande público. Algumas fotografias apresentam marcos de distinção social, sobretudo os meninos vestidos com chapéu e bengala ou uniforme militar como os adultos, o que Ariès (2019) apelida de “adulto em miniatura”. Os corpos das crianças eram revelados com trajés semelhantes àqueles usados pelos adultos e isso vai ser retratado em diversas imagens nesse período.

Figura 24 - Augusto Malta. Pavilhão da Nestlé na Exposição Internacional, Rio de Janeiro, RJ, 1922



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Chama-nos atenção e esse aspecto será recorrente não só nessa fotografia, mas em outras imagens, como em dados momentos se percebe uma certa etiqueta cerimonial que determina dado comportamento e mentalidade, conforme as funções da estrutura de poder presente na sociedade, o que remete à sociedade de corte de Norbert Elias (2001). É possível notar, quando se trata de integrantes das elites, uma determinada postura para a pose fotográfica como forma de apresentar um sinal de distinção, inclusive das próprias

crianças, no sentido de autocontrole das emoções, e, conseguinte autocontenção dos corpos.

Sobre a ideia de concebido para os espaços da cidade, Lefebvre (1999) se refere aos encontros artificiais produzidos nos espaços públicos, o que se identifica de forma corrente nas fotografias. A sociabilidade urbana nesse aspecto se torna uma rede organizada para o consumo, o que impõe uma ética e estética de contemplação passiva. Assim, em alguns momentos, as crianças são concebidas para se mostrarem nas fotografias no sentido de estarem fazendo parte de uma vitrine. Em grande parte, esse tipo de ideia irá se reproduzir nos álbuns de governo da época.

Figura 25 - Augusto Malta. Avenida Passos: solenidade de inauguração das obras de prolongamento da antiga rua do Sacramento, Rio de Janeiro, RJ, 1903



Fonte: Museu da República (2022).

“O Rio de Janeiro será, pois, a cidade modelo, aquela que singularizava a sociedade urbana da época”, segundo Rizzini (1997, p. 39). Na Figura 25³⁰, está ocorrendo a inauguração de uma avenida, onde se vê uma grande quantidade de

³⁰A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5084>

populares, assim como a presença de uma criança na parte inferior da fotografia. Ao que tudo parece, a única criança presente na rua ao alcance da vista é uma garota de trajés finos e de chapéu ao lado de uma figura adulta, provavelmente seu pai.

Temos o exemplo de Augusto Malta, fotógrafo oficial que registrou as obras da Reforma Pereira Passos, entre 1903 e 1937, na cidade do Rio de Janeiro, cujas fotografias primavam pela capacidade de dispor na sua composição até três planos. É um dos fotógrafos de destaque nesta investigação, por ter registrado durante meio século de ofício, cenas da vida cotidiana e acontecimentos marcantes do cenário nacional, nesse período de recorte estabelecido nesta investigação:

Vemos que ele andou em barracos, cortiços e prostíbulos que se espalhavam pelas ruelas e becos da cidade; conferiu de perto todas as demolições do ‘Bota-abaixo’ que arrasou o velho casario do Rio; compareceu a inaugurações e enterros, assim, como à abertura da Avenida Central; enquadrou os edifícios imponentes e as novas praças ajardinadas; esbarrou na multidão que ali passeava apressada. Para depois acomodar-se em um dos muitos bares e cafés do centro remodelado; flagrou os desabamentos, as ressacas e as enchentes, mas também a novidade dos banhos de mar; atravessou, em meio ao buzinaço dos automóveis, a já rebatizada Avenida Rio Branco; frequentou os quiosques (antes que estes sumissem da paisagem), as fábricas, os circos, as lojas, os cinematógrafos e também as corridas de cavalo; visitou a Exposição Internacional de 1922; compareceu às batalhas de flores, tão comportadas, e à agitação de inúmeros carnavais; subiu a ladeira da Misericórdia, embrenhando-se pelo morro do Castelo, antes de os cariocas assistirem atônitos ao desaparecimento do marco de fundação da cidade; a caminho do Corcovado, lá no alto do morro Dona Marta, diante da enseada de Botafogo, deparou-se com outro fotógrafo contemplando a mais bela baía do mundo... e então descansou (TURAZZI, 2009, p. 11).

De acordo com Mauad (2008, p. 31), “[...] o fundamental dessa fotografia era registrar a ação do poder público na modernização da cidade; quanto mais elementos informassem tal ação, tanto melhor”. De outro modo, dependia do conhecimento do profissional para a tomada fotográfica:

O grau de controle da técnica e das estéticas fotográficas variará na mesma proporção dos objetivos estabelecidos para a imagem final. Ainda assim, o controle de uma câmera fotográfica impõe uma competência mínima, por parte do autor, ligada fundamentalmente à manipulação de códigos convencionalizados social e historicamente para a produção de uma imagem possível de ser compreendida (MAUAD, 1996, p. 08).

Também percebemos a cidade como possibilidade de construção de sociabilidades públicas, mesmo diante de um cenário em que se identificava cada vez mais a perda do público pelo privado, com o predomínio do caráter disciplinador que

limitava as crianças experienciarem a cidade de outras formas. Vamos identificar, assim como assinalou Martins (2007), cada vez mais um desencontro visual, por exemplo, através dos trajes e o corpo em si, constituindo um depoimento sobre classe social e o imaginário de classe. Na Figura 26 identificamos uma criança negra em companhia de sua mãe na recepção de um monarca europeu, algo que se vê com certo estranhamento devido as formas habituais de tratamento da população negra na cidade³¹.

Figura 26 - Guilherme Santos. Visita do Rei da Bélgica, Alberto I, Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro, RJ, 1920



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Historicamente, o espaço público tratou de forma desigual a presença de homens e mulheres. Enquanto para “[...] o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998, p. 7). O que identificamos nas fotografias é o aumento da visibilidade da mulher no espaço público ao escapar da esfera privada da vida doméstica.

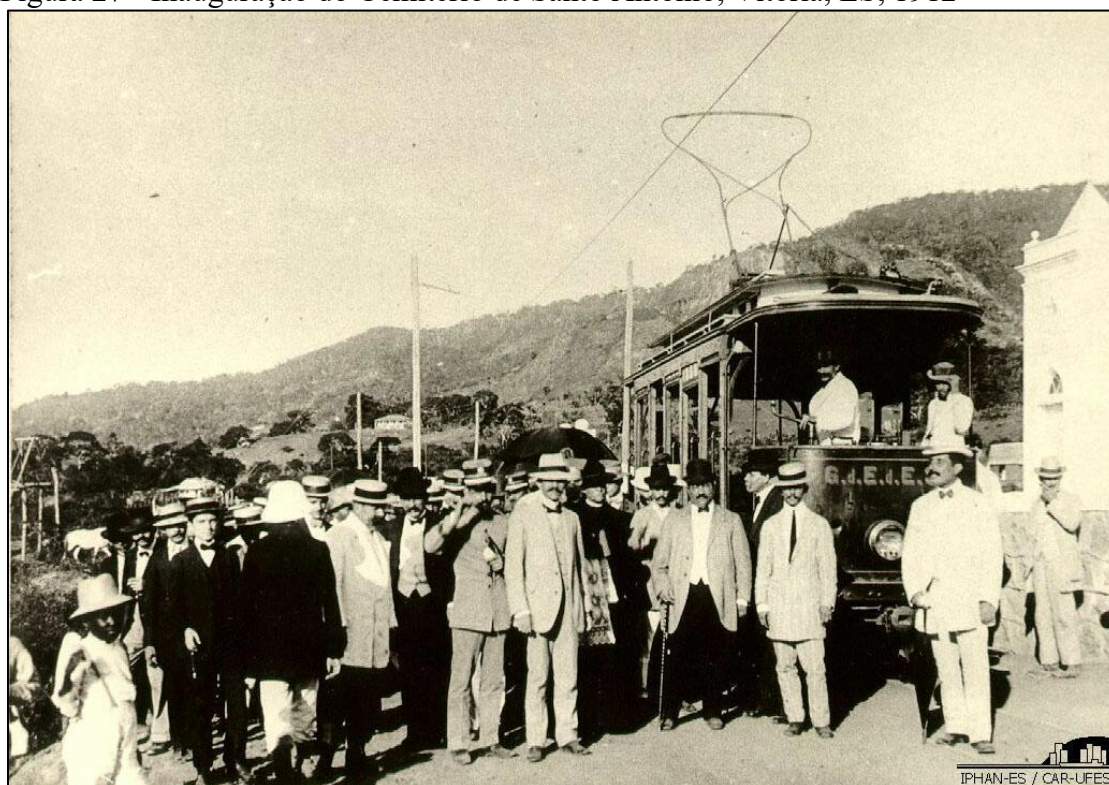
A exposição pública feminina iniciada pelas mulheres da elite passa a ser cada vez maior e se ampliar para as mulheres dos segmentos médios que também vão seguir o modelo. Conforme Rago (1985), o novo modelo de feminilidade considerava a importância da mulher nos mínimos detalhes da vida cotidiana. “Assim como a sala de visitas é a vitrine da casa, a mulher burguesa da elite representa o marido mediante uma

³¹ A fotografia estereoscópica era muito popular no período estudado, e esse tipo de imagem consistia em duas fotografias praticamente iguais, retratando a mesma cena, que quando colocadas lado a lado, vistas por meio de um estereoscópio, um instrumento semelhante a um binóculo composto por duas lentes, convergiam formando uma imagem tridimensional.

série de ações públicas. Sua presença em eventos sociais, reuniões filantrópicas, atividades de lazer fora de casa, compras, passeios, visitas e solenidades dão visibilidade à família” (CARVALHO, 2008, p. 223).

Em uma cena dominada pelo poder masculino, a Figura 27 registra a inauguração do Cemitério Santo Antônio, na cidade de Vitória no ano de 1912. Em meio à multidão formada por homens adultos, autoridades civis e religiosas, encontramos no quadrante inferior esquerdo da fotografia a presença fortuita de uma criança pobre e negra que de alguma forma se integrava a essa solenidade, entretanto, não compartilhando do mesmo *status* dos adultos. A sua presença, possivelmente inesperada, parece romper com a formalidade da situação como em uma brincadeira.

Figura 27 - Inauguração do Cemitério de Santo Antônio, Vitória, ES, 1912



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2022).

As festas de santos, especialmente as juninas, eram as mais aguardadas pelas crianças no calendário da cidade, tais como as festas de São João. Na crônica *Junho de Outrora*, João do Rio (2009b, p. 94-95) descreve o clima das festas juninas e a presença de crianças nesse cenário festivo entre balões, fogueiras e bombas, como representado abaixo:

E, se o aspecto íntimo de junho era tão bom e tão casto, o aspecto lá fora, nas ruas, sob o dossel do céu, tinha da maravilha de uma paisagem noturna do Oriente, de uma festa árabe. Ruas inteiras se coagulavam de barraquinhas com lanternas de papelão de papel multicolor, ajuntam grupos de crianças a soltar busca-pés à baiana, bombas, trepanoleques, zigue-zagues de chama, súbitos estrondos. [...] A noite imensa era silenciosa, mas feita desses silêncios abalados de mil estalos e mil rumores, porque se o céu estalava aos rojões, os barulhos dos fogos viviam na cidade até cantarem os galos e ainda perto do alvorecer as badernas do garotinho corriam aos balões caídos aos gritos de: ‘– Tasca! Tasca!’ – ou a cantar em coro:

Cai, cai, balão...

Aqui na minha mão!

Santos clementes do mês de inverno, muito boa senhora Sant’Anna, cujo nome desde o berço ouvimos para esquecê-lo depois de homens – que saudades! Há quanto tempo foi isso em que sentíamos o frio dos grandes momentos vendo um balão cortar obliquamente a escuridão do firmamento? Há quanto tempo nós tínhamos, como supremo ideal da inocência, que um balão caísse na nossa mão? Hoje, nem mais as crianças pensam em balões senão dirigíveis...

Segundo Del Priore (2017, p. 351), “[...] entre fogueira, balões, danças e brincadeiras, música e muita comida, sempre sobrava espaço para o santo, representado como menino de cabelos encaracolados, carregando um cordeirinho nos braços”. Ao identificar a origem camponesa das festas, Lefebvre (1991) nos faz pensar nas várias festividades registradas nas fotografias urbanas que se remetem diretamente aos modos de vida próprios do mundo do campo.

Ao que tudo indica, as fotografias das duas festas a seguir são montadas, mas de qualquer forma, são formas de testemunhar a respeito dos acontecimentos da cidade, inclusive da presença das crianças nessas grandes ocasiões que agitavam toda a comunidade. Crianças e adultos ocupando por completo as ruas com adereços e fantasias – todos juntos e embalados pelo mesmo movimento da festa que ocorria no Nordeste do país. Aqui, é possível identificar uma certa heterogeneidade entre as crianças no momento da tomada fotográfica, sobretudo em termos etários e de gênero. Também destacamos a presença da criança negra que aparecia com mais frequência em festas populares (Figura 28).

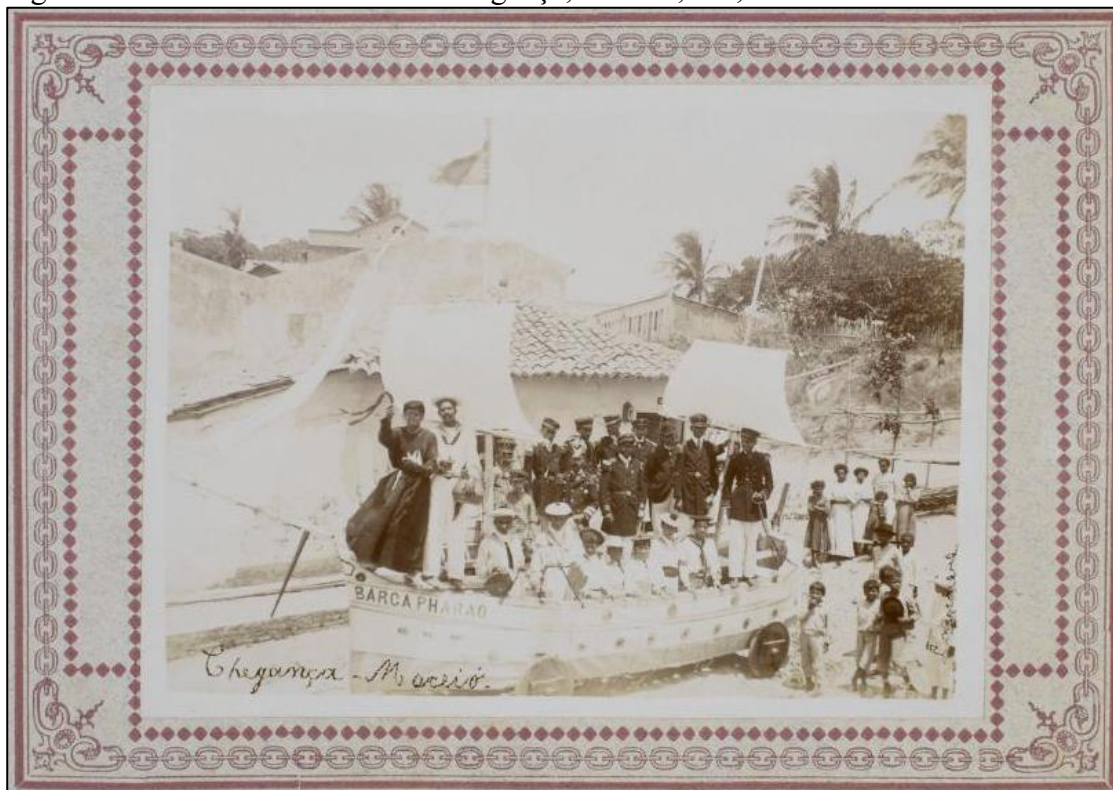
Figura 28 - Festa Popular, Recife, PE, 1911



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2022).

No litoral, o Dia de São Pedro é festejado por meio de procissões marítimas distintas da Festa da Chegança ou Marujada, como apresentada na Figura 29. Esse é um folguedo popular, de fundo religioso, em formato de cortejo e de origem portuguesa. A festa é formada por homens adultos e algumas crianças uniformizadas como marinheiros, o que chama atenção de outras crianças na posição de espectadoras, aparentemente pertencentes às classes populares que se aproximam do barco, e inclusive, onde uma delas retira o chapéu em sinal de respeito.

Figura 29 - L. Lavenère. Festa da Chegança, Maceió, AL, 1905



Fonte: Arquivo Nacional (2022).

Em outra festa, identificamos duas crianças vestidas de branco, aparentemente sozinhas, localizadas no centro da multidão a perder de vista, em uma festividade do São Sebastião do Rio de Janeiro, padroeiro da cidade (Figura 30). Parecem ser as únicas a constatarem a mirada do fotógrafo: uma criança branca e uma criança negra vestidas de branco e de quepe branco, seguindo o mesmo padrão corporal, o que parece ser próprio para a ocasião. Fica evidente por meio dessa imagem como “[...] dentro e fora da casa, o fenômeno de estetização do corpo acompanhou o alargamento das aspirações por *status* e conforto pessoal dos segmentos sociais sensíveis aos valores das elites” (CARVALHO, 2008, p. 219).

Figura 30 - Augusto Malta. Festividade no Dia de São Sebastião; ao fundo, a Igreja de São Sebastião, Morro do Castelo, Rio de Janeiro, RJ, 20/01/1922



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

O que se nota na fotografia é a curiosidade das crianças tentando avistar o que estava por vir no desfile de carros e carruagens enfeitadas, na chamada Batalha de Flores³², aparentemente da mesma família e acompanhadas por presença adulta (Figura 31). Observa-se uma participação controlada por uma corrente de segurança e a vigilância dos adultos. As classes de maior renda eram aquelas que habitavam as melhores áreas da cidade, no caso das grandes cidades, como Rio de Janeiro, o que parece ser o caso dessas crianças com trajes de passeio finos completos e de luxo. Alguns eventos na cidade pretendiam a segregação entre as classes sociais, como nesse evento de origem burguesa, onde identificamos claramente uma exposição pública de ostentação e de poder por partes das elites.

³² É uma festa pomposa de caráter aristocrática a partir de uma tradição do carnaval de Nice (França) que chegou em Petrópolis em 1888.

Figura 31 - Augusto Malta. Batalha das Flores, Rio de Janeiro, RJ, 1909



Fonte: Museu da República (2022).

Todavia, devemos levar em consideração que esses mesmos acervos produzidos, sobretudo a pedido dos governos da época, revelavam uma dada intencionalidade que deve ser observada durante a pesquisa. Desse modo, “[...] a fotografia é uma produção social, orientada pelo olhar do fotógrafo e pelos fins a que se destina” (CIAVATTA, 2008, p. 51). Destacamos a ideia de se registrar determinadas concepções imagéticas com o propósito de eternizar determinados protagonistas em detrimento dos outros. Então, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido nessas fotografias?

A forma de vida burguesa se materializava pela aparência por meio de um repertório de luxo e bem-estar europeus como uma forma superior de cultura e civilização, impregnada de sentidos de progresso e de modernidade. “Numa cidade em que o modo de vida burguês antecedeu a implantação da estrutura produtiva, o consumo assume o papel disciplinador que as transformações técnicas e a planificação do trabalho nas indústrias preencheram nos epicentros do sistema” (CARVALHO, 2008, p. 26).

A fotografia é parte importante da ampliação da capacidade humana de se representar, construindo a história e conferindo significado a essas representações. Encontramos na nossa busca muitas fotografias que foram geradas no período republicano, como forma de registro e documentação das transformações urbanas, da

cobertura das inaugurações, dos modos de estilo e de vida, do estilo arquitetônico dos edifícios e dos monumentos históricos, das visitas de comitivas, e, das festividades como apresentado nas imagens anteriores.

5.2 LAZER E CIRCULAÇÃO

O saboreador da semana santa vinha precavidamente com uma capa de borracha, e esperava, à primeira queda-d'água, o afastamento do público – que é o único público do mundo com um medo inconfundível à chuva. A chuva anunciou-se, entretanto. A multidão continuou a engrossar diante de cada casa-cinema. A chuva caiu pesada. Abriram-se as quizilentas negruras dos guarda-chuvas, e homens, e damas, e crianças e rapazes continuavam a esperar a sua vez, incapazes de voltar para casa, sem ver um pano branco impalpável e mudo a Paixão, o desenrolar das tristes cenas por que passou Cristo na doce ideia de regenerar um mundo cada vez pior. E era uma cena curiosa e inédita na cidade: as ruas e as praças meio escuras com a luz em desmaio nos combustores; as fachadas dos cinematógrafos com iluminações violentas e policromas, cartazes dependurados, e sob a luz dos arcos voltaicos, sob os cordões d'água da chuva cada vez mais forte, aquela multidão de guarda-chuvas e fato negro, firme, esperando... (DO RIO, 2009a, p. 219-220).

No Brasil, a passagem do Império para a República foi a primeira grande mudança de regime político após a Independência em 1822. Todavia, tratou-se de um ato realizado por militares sem adesão da população que mais acreditava se tratar de uma parada militar (CARVALHO, 2019). É possível identificar a presença policlesca nas ruas, dada a nova ordem republicana recém-instalada em todo território nacional.

Perspectivada como lugar do prazer desregrado, da prostituição, da vadiagem, a rua foi identificada como local perigoso e violento, zona livre para práticas delituosas e viciosas e para todo tipo de frequentar. No espaço da rua não se fazia muita diferença entre os desordeiros, vadios, abandonados e trabalhadores, podendo qualquer um, ser ‘confundido’, tomado pelo que não era (CAMARA, 2010, p. 54).

O caráter estrutural da violência na cidade se faz por meio da atuação das forças de repressão. “O caráter excludente da sociedade é também exclusão de espaço e exclusão de agentes sociais de determinados espaços. O caráter hierarquizado e hierarquizador da sociedade traz também a hierarquização entre os bairros e distritos e no interior deles” (NEVES, 1994, p. 139-140). Mas, mesmo com todo esse aparato republicano nas ruas por meio da presença policial, indagamos sobre a presença das crianças nas ruas.

Na Figura 32, encontramos uma formação militar com grande número de soldados enfileirados, inclusive banda marcial, e um grupo de espectadores nas portas e janelas das casas próximas, e crianças que aparecem bem próximas a esse batalhão. Aparentemente são crianças das classes populares, descalças e com roupas simples. A imagem traduz as condições sociais e políticas de uma cidade que se pretendia moderna mais em sua idealização do que na prática cotidiana. Aqui, as crianças estão curiosas com a formação da banda e toda a cena criada em homenagem póstuma a um diplomata brasileiro renomado, mas que talvez não fosse conhecido nem pelos adultos nem pelas crianças.

Figura 32 - Polícia em formação para uma homenagem póstuma ao Barão do Rio Branco, Vitória, ES, em 15/03/1912



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

Nesta abordagem, aproximamos a criança da figura de *flâneur* em uma personificação do método benjaminiano, ou seja, mesmo diante de uma forma programada, esperada e desejada de viver e estar na cidade, identificamos que as crianças são capazes de criar desvios dentro dessa urbanidade moderna em que está inserida, o que denominamos quebras de normatividades. Sanches e Silva (2019) aproximam a figura do *flâneur* com o de uma criança porque ambos são capazes de se desviarem da norma, ao percorrerem um caminho a contrapelo na cidade moderna.

Ambos são dotados de um intenso prazer sensorial e de uma capacidade perceptiva de se esquivar dos modelos que passaram a educar os sentidos dos corpos nas cidades modernas. Até o clique do fotógrafo era um estímulo que, segundo Benjamin,

(2017a, p. 128) “[...] bastava a pressão de um dedo para fixar um acontecimento por tempo ilimitado. O aparelho, por assim dizer, aplicava ao instante um choque póstumo”.

Sanches e Silva (2019, p. 2) tratam da ideia do “flâneur aprendiz” como sendo “[...] aquela figura que conserva viva em sua percepção do mundo uma sensibilidade que recusa ao discurso linear, o que leva para o caminho indireto na relação com os objetos cognoscíveis”. Nesse aspecto, as crianças das classes populares talvez fossem as mais predispostas porque essas crianças geralmente andavam sozinhas, sem companhia de adultos e, por assim dizer, com mais liberdade pelas ruas das cidades.

Em meio aos estímulos da cidade moderna, as crianças são chamadas a vagar pelas ruas atrás de novidades, até mesmo quando aparentam ou estão ociosas. A Figura 33 apresenta uma avenida na cidade de Vitória, ainda de aspecto colonial, em 1908, onde também avistamos a presença despreocupada e solitária de um garoto caminhando pela rua ou brincando nos trilhos do bonde, no canto direito da imagem. Aqui também se identifica de forma personificada a figura da criança como a de um andarilho que passeia despreocupadamente pelas ruas da cidade sem pressa e direção, em um movimento tranquilo pelas ruas da cidade.

Figura 33 - Avenida Jerônimo Monteiro, Vitória, ES, 1908



Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo (2022).

Na estação de trem abaixo, é possível identificar a presença de crianças de diferentes classes sociais em um mesmo espaço social, traduzindo de alguma maneira as contradições sociais desse período. Nela, as crianças de diferentes classes sociais estão presentes na estação ferroviária. Destacamos um ponto na fotografia que é a criança negra de pés descalços no canto direito da imagem, sendo a única criança descalça dentre várias, o que expõe as contradições de um recente contexto escravista no país³³ (Figura 34).

Figura 34 - Chegada do Presidente de Estado Jerônimo Monteiro na Estação de Trem, Cariacica, ES, 1912



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

É o que Barthes (2017) denomina como *punctum*, ou seja, algo que parte da cena fotográfica, como uma flecha, e que vem nos transpassar. Não somente a criança de pele negra, como também a presença das outras crianças ao seu lado, entram em movimento

³³ “Todo período em que a escravidão negra foi vigente no Brasil, a população escravizada andava descalça. Calçar os pés era permitido para gente branca e pessoas alforriadas. Os sapatos foram peças decisivas para definir a escravidão e liberdade. Principalmente no que diz respeito à população negra; a maneira de identificar pessoas alforriadas e escravizadas eram os pés calçados. A partir disso, podemos especular filosoficamente que essa mercadoria – na raiz do racismo brasileiro – passou a assumir um aspecto muito poderoso no imaginário nacional. Os pés (bem) calçados são muito importantes para definir graus de liberdade. No contexto escravista, tínhamos situações em que pessoas forras não conseguiam calçar sapatos por terem tido décadas de vida com os pés descalços, o que fazia muitas delas andarem com sapatos pendurados num dos ombros ou no pescoço” (NOGUERA; ALVES, 2019, p. 14).

no instante da fotografia, o que denota uma certa atitude provocativa contra uma posição enquadrada pelo fotógrafo para a tomada fotográfica causando um “borrão” na imagem. Outra observação é o adulto e a criança vestidas iguais, de uniforme e portando espadas, em uma postura absolutamente igual de reprodução das vestimentas e modos dos adultos para as crianças.

O fotógrafo Vincenzo Pastore foi capaz de captar a presença das crianças na cidade ao registrar a urbanização de São Paulo nas situações mais inusitadas do cotidiano como desse cavalo da limpeza pública que desmaiou em frente ao mercado, a chamar a atenção das crianças (Figura 35). A criança surge dentro desses novos cenários urbanos como um transeunte, ou seja, como uma figura que transita nesse espaço que, sendo público, é ainda vivenciado como privado, ajudando a construir, com sua existência, esse novo local de sociabilidade.

Figura 35 - Vincenzo Pastore. Cavalo da carroça de limpeza pública caído no chão em frente ao Mercado Municipal, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

A fotografia está relacionada a uma produção social que diz respeito às formas de ser e de agir do momento histórico em que foram produzidas. Para Lefebvre (2001, p. 52), “[...] a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam a obra nas condições históricas”. A desigualdade

territorial significa a impossibilidade de muitos terem acesso a bens simbólicos e materiais que estão disponíveis para outros (CASTRO, 2002). Isso faz operar uma certa lógica de circulação de passagens e trajetos pela cidade que nos mostra a aparição ou não de uma dada criança em certos cenários urbanos.

Na Figura 36, apresentamos um cenário do contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro durante esse período histórico. Com exceção de uma criança branca acompanhada possivelmente de seus pais, identificamos a ausência geral de crianças circulando ou permanecendo nas mediações desse logradouro, o que nos leva a uma pergunta: quem pode ocupar as ruas da cidade?

Figura 36 - Marc Ferrez. Largo de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro, RJ, 1895 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Na Figura 37, identificamos condições de pobreza e miséria passada por uma mulher com duas crianças muito pequenas em um terreno baldio da cidade. Vestidas com camisolas manchadas, as crianças parecem demandar uma atenção que não é aparentemente correspondida. A condição de penúria faz a necessidade do deslocamento da família do espaço da casa para o espaço da rua em busca de sobrevivência. As

fotografias de Vincenzo Pastore produzidas no início do século XX, entre 1900 e 1910, de um modo geral, destacam as crianças em primeiro plano nos espaços públicos da cidade de São Paulo. Essa fotografia em particular faz referência à política urbanística segregacionista na cidade. Em relação à mulher pobre, não restava muita escolha recaindo sobre ela com mais força um discurso moralista e filantrópico, com o perigo da prostituição e do pecado (RAGO, 1985).

Figura 37 - Vincenzo Pastore. Mulher com crianças em terreno baldio, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Segundo Martins (2017, p. 20), existem situações que não há como maquiar o cenário fotográfico, como naquelas “[...] situações de ruptura da vida cotidiana, de interrupção das condições sociais de encenação, de perda do controle sobre o cenário e

os atores”. Algumas cenas registradas apresentam as condições de pobreza pela qual passavam as famílias pertencentes às classes populares da cidade de São Paulo.

No aspecto geral, foi possível identificar com bastante facilidade a presença de crianças em praças, largos e parques das cidades brasileiras. A Figura 38 apresenta uma praça na cidade de São Paulo, onde as crianças possuem olhar de curiosidade sobre a cidade e seus habitantes, sobretudo as crianças pobres que se expandiam pelos recantos das cidades. Segundo Carvalho (2008, p. 306), “[...] os pátios abertos e as esquinas eram locais mais agradáveis para encontros do que os quartos escuros, úmidos e apertados nos cortiços”.

Figura 38 - Vincenzo Pastore. Duas mulheres, uma de costas, descansando em banco de praça, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

“Faz-se presente uma viva circulação de mulheres negras e forras, homens negros e livres pelas ruas das cidades, em atividades ligadas ao trabalho ou no exercício de uma sociabilidade diferenciada” (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 52). Diferentes categorias geracionais conviviam nesse contexto da Primeira República, como identificado nessa imagem onde se percebe um olhar de estranhamento e de suspeição das crianças em relação às senhoras negras sentadas ao banco conversando, sendo que uma delas chega a dobrar o pescoço para bisbilhotar, atrás da outra criança mais velha. Podem ser suas

conhecidas como babás ou simplesmente mulheres conversando ao banco da praça sob o olhar das crianças. O fato é que essa aparente espontaneidade foi registrada pela lente do fotógrafo.

O grupo de meninas abaixo foram cooptadas para a imagem institucional em uma cidade noturna e de um parque urbano recém-inaugurado (Figura 39). Essa fotografia é um exemplo de uma encomenda realizada pelo governo, como forma de documentação fotográfica de obras e monumentos, o que reforçava sentimentos nacionalistas e de contribuição à memória visual do patrimônio artístico e cultural (KOSSOY, 2014a). Aqui, é possível identificar a postura de contenção dos corpos infantis limitada em ambos os lados por adultos, sendo o menino em uma postura mais livre um pouco mais à frente na fotografia.

Figura 39 - Homenagem ao presidente de estado Jerônimo Monteiro, no Parque Moscoso, Vitória, ES, 1912



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

A fotografia tem o efeito de nos fazer refletir. De acordo com Barthes (2017, p. 40), esse é o lado subversivo dela, e não tanto quanto quando ela aterroriza, perturba ou estigmatiza. É com esse olhar reflexivo que analisamos as fotografias que vão compondo essa investigação. São detalhes que vão sendo revelados cada vez mais quando

dialogamos com as fotografias, o que nos faz adentrar mais no universo do cenário registrado.

Figura 40 - Augusto Malta. Rua Conde de Baependi: vistas parciais durante as obras de canalização do Rio Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 1905



Fonte: Museu da República (2022).

Aqui demonstramos que a rua é local de deslocamento e de circulação não só dos adultos, mas também de crianças de diferentes idades, inclusive uma criança de colo protegida pelo guarda-sol. Desse modo, identificamos o deslocamento de bebês pelas ruas das cidades acompanhadas de suas mães ou babás, o que nos faz refletir que os bebês também ocupam e participam do cotidiano das ruas das cidades (Figuras 40 e 41).

Del Priore (2017, p. 409) sugere que as crianças ricas acompanhavam as atividades de lazer do adulto, pois “[...] iam ao cinema, aos cafés, ao circo, frequentando divertimentos noturnos e até mesmo bailes. Nem todos concordavam que tal agenda fizesse bem. Afinal, petizes eram incômodos”.

Figura 41 - Augusto Malta. Rua dos Arcos, Lapa, Rio de Janeiro, RJ, 1905 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

A infância (re)tratada nas diferentes imagens e contextos, como pretende nossa investigação, é a possibilidade de fazermos uma problematização de um passado recente buscando novas narrativas das relações da criança com a cidade. “As ruas consideradas, desde cedo, pela polícia e pelos médicos, como lugares de perigo. Perigo de contágio, perigo de violência, individual e coletiva” (NEVES, 1994, p. 191). Ainda assim, vemos que as crianças ultrapassaram essas barreiras e se viram presentes nos espaços das cidades.

As famílias pobres foram estigmatizadas como incapazes de cuidarem de seus próprios filhos. A partir dessa ideia, a presença das crianças nas ruas foi se constituindo como sinônimo de ausência parental. O que se tornou justificativa para a intervenção do Estado ao longo do século XX. Rizzini (1997) aponta o caráter salvacionista do aparato jurídico-assistencial na elaboração de políticas públicas para a infância que pressupõem a ideia de que salvar a criança era salvar o Brasil.

Por meio das fotografias, ainda se percebe muito a presença de carroças ou mesmo de bondes elétricos. Todavia, “[...] a par da censura implícita da livre circulação das crianças pelas ruas, a configuração desses espaços organizados pelos adultos para

crianças, por eles controlados e vigiados, constitui uma forte limitação à autonomia infantil e impõe pautas regulatórias dos comportamentos” (SARMENTO, 2018, p. 234). A Figura 42 apresenta duas crianças, sendo uma acompanhada possivelmente de sua mãe e outra mais atrás caminhando sozinha, em meio a uma cidade em processo de modernização, onde a destruição era necessária para a chegada do novo.

Figura 42 - Alargamento da Avenida Jerônimo Monteiro, Vitória, ES, 1910 c.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

Com a Proclamação da República, foram iniciadas transformações urbanísticas em várias cidades brasileiras. Dentro dessas transformações, Ferreira (2019) aborda um novo ordenamento social, em decorrência dos Códigos de Posturas e outras normativas, que restringiam cada vez mais os usos e ocupações dentro da cidade em processo de transformações urbanísticas e sociais, inclusive a vida das crianças nos espaços públicos. Contudo, a vida pública passou a convidar cada vez mais as pessoas para as diversões nas ruas, ocorrendo uma variação no tipo de lazer a depender do *status* social, conforme expõe Del Priore (2017, p. 319):

A diversificação da sociedade convidava cada grupo a se divertir à sua maneira, de acordo com seus códigos culturais específicos. Entre imigrantes, migrantes, gente do campo ou da cidade, todos tinham suas peculiaridades nessa questão. As formas de diversão podiam ser a oportunidade para afirmar valores de luxo e riqueza, mas também se prestavam à difusão de brincadeiras e de ritmos de grupos desfavorecidos. O lazer foi também uma forma de ganhar dinheiro: teatros, circos, salões, casas de jogos, bordéis, edições

baratas colaboraram para a mobilidade social de muitos e para o crescimento da indústria de entretenimento.

No século XIX, o banho de mar não era hábito social, sendo indicado somente como tratamento de saúde, principalmente para as doenças do pulmão, como bronquite ou tuberculose (LUZ, 1994). Algumas fotografias de Augusto Malta vão apresentar os banhos de mar, as pescarias e as ressacas na cidade do Rio de Janeiro com destaque para a praia, ainda um cenário bucólico. Em Copacabana, foi construído o icônico hotel Copacabana Palace na Avenida Atlântica, projeto do arquiteto francês Joseph Gire no estilo dos hotéis da Riviera Francesa, inaugurado em 1923.

João do Rio (2009b, p. 232-233) vai tratar dessas primeiras aproximações com o mar como área de lazer e entretenimento na crônica *Afrodísia*, tomando como cenário uma praia da cidade do Rio de Janeiro:

A natureza fazia em grande o *studio* de um apaixonado da forma. Crianças corriam e no seu passo róseo, os braços abertos iam como o desabrocho de flores vivas. Jovens de simples calção, os cabelos presos num lenço de cor aguda, estendiam na areia sob enormes para-sóis de riscas rubras. Outras caminhavam para a onda, mas outras vinham da água, a gotejar, envoltas nos roupões. E era um profundo prazer mergulhar os olhos nas curvas tenras, nas linhas airosas, nos semblantes perturbados de riso que iam, passavam, vinham, partiam. Parecia que tudo quanto a cidade tem de belo, as crianças e as mulheres, estava ali, inteiramente feliz, correndo ao abraço envolvente do velho Deus Oceano, e que o Oceano e o Céu formavam como uma enorme concha aberta donde corriam todas aquelas margaridas de carne...

De fato, Copacabana era “[...] antes vila de pescadores e local de veraneio para as famílias ricas e de outros bairros, que mantinham chácaras e sítios para aproveitar os períodos de verão” (DEL PRIORE, 2017, p. 192). A Figura 43 apresenta uma manhã de pesca, onde se reuniu uma grande quantidade de homens puxando redes de pesca. É possível identificar a presença de alguns garotos curiosos próximos à beira do mar, observando a atividade laboral dos adultos e de uma outra criança de menor idade sentada na areia da praia, sob a vigilância de sua mãe.

A “puxada de rede” é uma prática típica da pesca artesanal do litoral brasileiro, de ajuda mútua e de cooperação em que os pescadores se reúnem para lançar e puxar a rede, compartilhando os pescados na comunidade. Aqui destacamos que as crianças também participavam dessa atividade: “[...] retirado tudo da malha, há a separação e retirada das algas e dos peixes menores. Durante esse processo, os peixes menores, como

camarões, podem ser pegos por qualquer pessoa que está lá, em geral, são as crianças e mulheres que ficam procurando por esses pescados” (BONFÁ NETO, 2022, p. 30).

Figura 43 - Augusto Malta. Pescadores na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, 1922



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Os valores burgueses com relação ao papel da mulher como mãe, esposa e dona de casa eram cada vez mais difundidos. “A própria natureza do manual [de etiqueta] indica um esforço em disseminar esse padrão em outras camadas da população, sendo, portanto, um indicador importante da sua força hegemônica a partir da elite” (CARVALHO, 2008, p. 31). Na Figura 44, identificamos um grupo de meninas e mulheres pertencentes à elite, contemplando um dia de mar bravo com tamanha força que invade a faixa de areia quase chegando à pista de veículos em Copacabana.

Figura 44 - Augusto Malta. Fachada do Hotel Copacabana Palace, Rio de Janeiro, RJ, 1925



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Um outro exemplo é a Figura 45 que mostra a reunião de crianças de diferentes classes sociais em torno de um realejo, o que é uma diversão na praça. Crianças ricas e pobres. Crianças negras e brancas. Crianças de diferentes idades. Crianças cuidando umas das outras. Meninos e meninas distraídos, curiosos e se divertindo ao redor da música tocada pelo realejo, inclusive em companhia dos adultos ao redor. Também identificamos a presença predominantemente maior de meninos do que de meninas, mesmo assim, nesta imagem observamos um grupo de meninas, o que não é comum encontrar nas imagens de um modo geral.

Figura 45 - Vincenzo Pastore. Grupo de pessoas ao redor de realejo na Praça da República, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Nessa imagem, é possível identificar uma menina tomando conta de um bebê, o que identificava possivelmente uma responsabilidade precoce, talvez, até como de uma empregada doméstica a inferir pelo vestuário simples e pés descalços³⁴. Segundo Carvalho (2008), cabia à figura feminina afastar-se do mundo do trabalho, algo que não era possível para as mulheres pobres. Para elas, a rua não é tida como local de ameaça, mas uma forma de oportunizar, cuidar de seus interesses e até de fugir do trabalho ininterrupto, da vigilância constante e da violência física e sexual dos patrões.

Destacamos que a criança pobre porta seu instrumento de trabalho em seu antebraço, uma cesta onde possivelmente carrega algo para vender, enquanto no lado diametralmente oposto uma criança rica porta uma bengala, que simboliza um

³⁴ Chamamos a atenção para o vestuário das crianças com roupas de adultos, talvez, a melhor do guarda-roupa, em contraste com a precariedade de vida de grande parcela da população que também se faz presente na imagem por meio das crianças trabalhadoras. Jovino (2010) realizou uma pesquisa com objetivo de identificar como as crianças negras eram representadas em imagens produzidas no século XIX, ou seja, visibilizar as formas pelas quais as crianças negras eram reconhecidas por meio dessas imagens e empenhar esforço por fazer fugir a maneira iconográfica pela qual as crianças negras eram representadas na escravidão, sobretudo nas imagens de Jean-Baptiste Debret (1816 e 1834). Ao pesquisar as fotografias de Militão Augusto de Azevedo (1860 a 1885) foi possível identificar outras maneiras de representação da criança negra, sendo que em todas as fotografias as crianças estavam com os pés calçados.

instrumento de distinção social como um objeto pessoal portado por um homem adulto. Mesmo juntas, as crianças ricas e pobres parecem em lados opostos da fotografia, tendo o realejo como aparente divisor entre elas. A imagem revela ainda a existência de uma convivência intergeracional possibilitada por uma novidade na praça da cidade.

As cidades modernas vão se constituindo dentro de um universo social em que relações e concepções ligadas ao passado escravista e patriarcal (ainda) se mantinham institucionalmente presentes e operantes no dia a dia. Assim, as relações sociais eram hierarquizadas, de acordo com a ascendência, a cor de pele, o sexo, a idade, a dominação tradicional e gerontocrática nessa nova realidade chamada rua. Vamos identificar essa questão em várias imagens encontradas.

5.3 BRINCADEIRAS

Os homens leem o jornal. As mulheres olham a rua; os meninos espiam, cospem para baixo, soltam papagaios. Passe você às nove horas. A animação é maior. Passe ao meio-dia. Parece que vem vindo não um simples batalhão, mas logo uma brigada. Passe às três da tarde, às sete da noite, às nove, às dez, está tudo sempre cheio. Durante muito tempo preocupei-me. Qual o motivo dessa doença tão malvista e no e pelo estrangeiro? Que faz tanta gente debruçada na Rua Bomjardim, como na Rua General Polydoro ou no canal do Mangue? Até hoje ignoro a causa secreta. Mas vi ser à janela que o Rio vive (DO RIO, 2009b, p. 225).

O debate figurava no campo da disciplinarização do uso dos espaços públicos, coibindo a tentativa de aproveitamento desses espaços para outras práticas desautorizadas, inclusive das muitas brincadeiras infantis que foram proibidas no passado, como brincar de pipa, mas que resistiram ao tempo, como retratamos no início da investigação. Mesmo com as interdições, as crianças fazem uso do espaço da cidade para as brincadeiras:

A rua torna-se palco de desenvolvimento de jogos e brincadeiras coletivas, expressão de uma cultura geracional específica. Nesse sentido, assume um significado de **iniciação na vida social**. Afirma-se também como espaço de transição entre a esfera privada doméstica, expressa na casa, e a cidade mais ampla, esfera pública por excelência. Ao ultrapassar os limites do espaço doméstico, em que a autoridade do adulto se faz onipresente, a criança também transgride relações hierárquicas, pois na rua se experimenta uma homogeneização geracional e uma diluição do poder do adulto, ausentes no espaço doméstico (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 56, grifo nosso).

Existe uma tensão entre a lógica adulta e a lógica infantil na apropriação dos espaços públicos. Subvertendo espaços da rua como lugar de permanência, das brincadeiras, e não como lugar simplesmente de passagem e de circulação como nas cidades modernas. Na Figura 46, avistamos um campo de futebol improvisado em via pública ao lado de um hospital, uma brincadeira dividida entre crianças e adultos na cidade. Aqui a brincadeira acontece ao lado de um local em que se exige protocolarmente silêncio. Ainda assim, de forma improvisada, foi montado um campo de futebol sem linhas demarcadas, onde se identificava a presença de homens e meninos na mesma situação.

Figura 46 - Augusto Malta. Hospital São Zacharias no Morro do Castelo, ao lado da igreja dos jesuítas, Rio de Janeiro, RJ, 1920 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Para Sarmento (2018, p. 237), “[...] a riqueza da experiência está na capacidade humana de se relacionar com o real, aprendendo-o e expondo-o por meio da linguagem e, nesse ato, incorporando o conhecimento historicamente sedimentado com a assimilação do novo”. Aqui podemos identificar como as crianças criavam novos espaços na cidade, nesse caso, para montar uma brincadeira coletiva com os adultos,

mesmo em local inadequado. Nessa época, o futebol começava a adquirir destaque em todo o país.

A partir desse momento, de um modo geral, o esporte passou a ganhar mais destaque aumentando o número de ginásios, professores de ginástica, manuais de medicina que destacavam as vantagens físicas e morais dos exercícios. João do Rio (2009b, p. 300) aborda um pouco sobre isso através da crônica *Hora do Futebol (Football)*, escrita em 1917, quando escreve: “[...] então, de repente, veio outro clube, depois outro, mais outro, enfim, uma porção. O Boqueirão, a Misericórdia, Botafogo, Icarai estavam cheios de centros de regatas”.

Segundo Del Priore (2017, p. 363), “[...] na Inglaterra, França e Estados Unidos, os *sports* que se organizaram no decorrer do século XIX tinham relação direta com o crescimento das cidades, o desenvolvimento de uma cultura urbana e as preocupações com a saúde, a higiene e o corpo”.

Na Figura 47, identificamos um grupo de crianças de diferentes idades, correndo ao ar livre no meio da rua em direção a um estádio, de acordo com os códigos infantis da brincadeira, inclusive de costas para o fotógrafo, fato que também acontece em outros registros encontrados de crianças pela cidade, que nos permite inferir que elas não estavam posando para o instante fotográfico. Outras crianças também aparecem na cena fotográfica acompanhada de adultos na calçada direita da rua, inclusive um bebê de colo que se move pela cidade juntamente com o adulto.

Figura 47 - Augusto Malta. Rua Ipiranga, vista parcial em direção à Rua das Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, 1903



Fonte: Museu da República (2022).

Figura 48 - Augusto Malta. Rua do Sacramento: aspectos da rua durante as demolições para seu prolongamento, Rio de Janeiro, RJ, 1903



Fonte: Museu da República (2022).

Na Figura 48³⁵, é possível identificar um grupo de garotos reunidos em roda em meio a um cenário de destruição por conta da reforma urbana que se processava na cidade do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906. Edifícios destruídos, homens trabalhando, pessoas transitando, escombros espalhados pelo chão da praça. Também um grupo de crianças que, com os pés descalços, pareciam à procura de uma chance de brincar em meio a uma cidade em transformação.

Segundo Benjamin (1987b, p. 237), as crianças se veem irresistivelmente atraídas pelos detritos, independentemente de onde elas apareçam. “[...] Com tais detritos, não imitam o mundo dos adultos, mas colocam os restos e resíduos em uma relação nova e original. Assim, as próprias crianças constroem seu mundo de coisas, um microcosmos no macrocosmos”.

Sem dúvida, o interesse de Benjamin pela alegoria de Baudelaire [em Canteiro de Obra] está relacionado à possibilidade que ela oferece de recuperação desse olhar poderoso capaz de identificar o rosto das coisas em pequenos fragmentos. O fragmento é visto, nesse caso, como miniatura do mundo e representação do espírito de uma época. **Em uma das transfigurações do poeta – o trapeiro – observamos o mesmo interesse da criança pelo residual, a sobra e o que foi jogado fora.** Adotando um procedimento idêntico ao catar resíduos no lixo da história oficial, Benjamin construiu uma imagem da Europa do século XIX. Esse modo de contar a história é oposto ao que pretende contá-la ‘como ela realmente foi’, isto é, ao que cultiva as ilusões de neutralidade do historiador (D’ANGELO, 2006, p. 249, grifo nosso).

Trata-se de um cenário pleno de possibilidades para as crianças inventarem seus próprios universos, de construir seus próprios mundos por meio de tijolos, paus e telhas – restos de materiais de demolição em uma cidade em reforma por todos os lados. A imagem também remete aos dos grupos infantis formados nas ruas conhecidos como “as trocinhas”, o que Florestan Fernandes (2004) estuda nos bairros de São Paulo como no Bom Retiro, na década de 1940, marcados principalmente pelos laços de vizinhança, condicionados sobretudo ao desejo de brincar que dá forma a esses grupos infantis inicialmente, mas que excedem aos limites da recreação em si mesma, principalmente em contato com outros grupos infantis nos bairros próximos.

Em meio aos escombros, as crianças aproveitavam a bagunça da cidade e a transformavam em oportunidade para brincar por meio de sua imaginação: “[...] a criança quer puxar alguma coisa e se transforma em cavalo, quer brincar com areia e se

³⁵ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/5100>

transforma em pedreiro, que se esconder e se transforma em bandido ou policial” (BENJAMIN, 1987b, p. 247). As crianças ocupavam as ruas da cidade por meio do exercício da brincadeira ou mesmo do trabalho, mas muitas vezes são tomadas como vadias, enquanto somente são elas crianças.

Para Lefebvre (2001, p. 12), “[...] o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem, além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)”. Assim, a rua não era apenas um lugar de perigo, mas também *locus* de ressignificação pela criança, principalmente por meio da brincadeira, um resíduo que escapa ao projeto modernizador burguês ao privilegiar uma experiência que ainda não está completamente domada pelos ideais modernizadores.

Na Figura 49, as crianças trabalhadoras aparecem brincando de bolinha de gude de forma bastante íntima com a calçada fazendo dela um lugar para brincar e trabalhar. Na pausa do trabalho elas brincam ou entre as brincadeiras elas trabalham? Aqui se demonstra uma ambiguidade. Segundo Frehse (2011, p. 491), “[...] elas deixam-se ficar; não transitam”. As crianças são transeuntes pouco disciplinados nos modos de estar fisicamente nas ruas.

Figura 49 - Vincenzo Pastore. Pequenos prestadores de serviço jogando bola de gude, em frente à Estação da Luz, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

No exercício de uma sociabilidade centrada nos grupos de pares, a criança buscava ressignificar a ordem social adultocêntrica por meio das suas brincadeiras. As crianças apareciam a todo instante nas ruas das cidades e faziam resistência ao modo de vida instaurado pela modernidade, com padrões normatizadores cada vez mais rígidos que pretendiam cercear a livre circulação de pessoas e mercadorias. Através das suas mediações aparentemente menores e fugazes que se traduziam através das culturas infantis, as crianças conseguiam mostrar outras formas de existir na cidade.

Crianças penduradas no poste mostravam como elas subvertem a ordem social reinterpretando o mundo ao seu modo, a partir da simbolização do conteúdo vivido, o que se constituem as culturas da infância. As crianças recostadas no poste utilizavam o mobiliário urbano para se posicionar na fotografia, e, isso passou a ser muito comum nas fotografias das cidades. Da mesma forma, as crianças no degrau da entrada do edifício pareciam buscar visibilidade, já que possivelmente não encontrariam a atenção do fotógrafo em uma outra oportunidade. Também podemos identificar uma criança olhando para a cena fotográfica certamente para o movimento dessas crianças na escada (Figura 50³⁶).

Figura 50 - Augusto Malta. Esquina da rua da Alfândega com rua José Maurício, atual Thomé de Souza, Rio de Janeiro, RJ, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Não podemos deixar de considerar que “[...] na cidade moderna a interdição dos espaços e a institucionalização de seus usos demarcam o caráter disciplinador de sua

³⁶ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2759>

ocupação, separando os indivíduos segundo sua condição de classe, etnia e pertença a um grupo etário; todos reféns de sua mera diferenciação” (ARAÚJO; CARVALHO, 2017, p. 113). Certamente, essas marcas produzem diferentes leituras e apropriações da cidade, mas as crianças têm o condão de realizar essa quebra da ordem, transitando de acordo com a situação vivida por ela.

Pensando na criança como sujeito social autônomo, com práticas culturais distintas do adulto, a rua destaca-se como locus de exercício dessas práticas. Ela permite à criança a subversão da ordem adulta, em que, de espaço de passagem, a rua se torna, no imaginário infantil, locus de seu domínio. Ao ocupar as ruas para os jogos coletivos, as vielas para o jogo de bola de gude, os locais vazios para a pipa, a criança investe os espaços públicos de novos significados (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 55-56).

Segundo Sarmiento (2005, p. 363), “a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social”. A cidade moderna foi se configurando de forma contraditória, por meio de atravessamentos de ordem social, cultural e econômica que produziram diferentes formas de apropriação do espaço público, o que podemos identificar no caso das crianças de diferentes classes sociais.

É o que trata Sarmiento (2005, p. 367), quando afirma que os “[...] os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças”. Esse aspecto faz parte e acompanha vários dos cenários registrados das crianças nas cidades. O direcionamento das crianças pobres para o trabalho foi uma forma de justificativa médico-higienista em favor de um determinado projeto de sociedade, garantir a sua dimensão utilitarista:

Para as crianças de famílias abastadas, a estratégia disciplinar se realiza por meio das rígidas regras dos colégios, como ocupações com ginástica e longas atividades escolares. Às crianças pobres era preciso prevenir a tendência ‘natural’ à corrupção e à criminalidade. A essas, a atenção médica dedicar-se-á, sobretudo, a recuperar a infância perdida, colocando-as em instituições disciplinares. Estava, pois, formado o terreno de apropriação da criança como força de trabalho, desencadeado com vigor no recente processo de industrialização (ARAÚJO, 2011, p. 179).

Na Figura 51³⁷, que é um panorama da região dos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, avistamos a presença de crianças em três movimentos: dois meninos brincando

³⁷ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/8225>

com um pedaço de pau e um círculo; uma menina brincando de se equilibrar no meio fio com um guarda-chuva aberto e um menino correndo na rua. Benjamin (1987a, p. 246) coloca que a criança que brinca “[...] um simples fragmento de madeira, uma pinha ou uma pedra reúnem na solidez e na simplicidade de sua matéria toda uma plenitude das figuras mais diversas”.

Figura 51 - Marc Ferrez. Aqueduto da Carioca também conhecido como Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, RJ, 1905



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Tendo maior acuidade ao analisar a fotografia, percebemos a presença de crianças brincando e andando na rua ao mesmo tempo em que aparenta ser uma via pública, onde identificamos pessoas circulando nas duas direções. Também identificamos uma diferença entre os lados das alamedas: de um lado um conjunto de casas simples e precárias, e de outro lado um conjunto de edifícios com fachadas modernas, aparentemente comerciais, com calçamento e toldos delimitando a entrada de cada um deles. Ao mesmo tempo, existe a presença de um bonde elétrico atravessando horizontalmente a paisagem por meio dos trilhos suspensos, o que parece unificar a cena.

Aqui parece termos encontrado a conexão com a memória. A memória [...] “não é um instrumento para a exploração do passado, mas antes o seu cenário. É o meio do

vivido, assim como o solo é o meio no qual as cidades mortas estão soterradas. Aquele que pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava” (STIEGLER, 2015, p. 40). As crianças não só transitavam, mas brincavam pelas ruas da cidade. Mesmo com as tentativas de privatização das crianças, é possível notar que elas extrapolavam as circunscrições da casa e da escola fazendo da rua o *locus* de sociabilidades e de pertencimento.

Del Priore (2017, p. 415) apresenta no trecho abaixo como em determinadas ocasiões, as crianças são capazes de levantar possíveis barreiras segregacionais por meio das brincadeiras:

Crianças se divertiam mais com brincadeiras do que com brinquedos. Elas aprendiam a jogar e jogavam, aprendendo convenções e regras da vida social. A rua, o quintal, o chão de terra eram o campo onde ricos e pobres podiam atravessar as barreiras de classe: brincavam juntas. O ambiente convivial, a descarga de tensões, o riso de si e dos outros facilitava estar junto e em grupo.

Segundo Lefebvre (2001, p. 62), a cidade é a “[...] projeção da sociedade sobre um local”. Predominavam no cenário cotidiano urbano de festas no nordeste e norte do país, as festas religiosas, os passeios na praça, os laços de vizinhança e as conversas de calçada, em um outro ritmo e compasso, comparado a outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Aqui vemos cenas mais ligadas à natureza, muito relacionadas às localidades onde as crianças viviam: floresta, rio, mangue ou mar.

Em cidades como Manaus dos anos 1920, as crianças ampliavam seus laços de sociabilidades entre a casa e a rua, construindo relações diferentes das vivenciadas no espaço doméstico, em uma época de declínio do ciclo da borracha. “[...] A cidade perdia a vida de luxo e o padrão de vida importado da Europa, porém reconquistava seu *modus vivendi*, sua maneira de criar e recriar seu cotidiano” (FIGUEIREDO, 2016, p. 327).

Figura 52 - George Huebner. Álbum Vistas de Manaus, Igarapé de Manaus, Manaus, AM, 1890 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Thiago de Mello rememora sua infância na cidade de Manaus ao tratar de temas da vida cotidiana entre a casa e a rua, como a “conversa de calçada”, o que remete às brincadeiras das crianças no igarapé à beira do rio, uma vegetação típica da floresta amazônica (Figura 52):

No começo da noite o falatório começava ‘bem defronte do portão’. Antes, porém, as ‘tarefas caseiras, logo depois da janta’, de colocar na calçada as cadeiras de embalo - ‘melhor ainda se fossem de palhinha’ - para aconchego das visitas. E a criançada construía sua própria sociabilidade, crescendo ‘no meio dessas práticas diárias, ouvindo fascinadas grandes conversadores, excepcionais contadores de casos e estórias do rio e da floresta, de onças e serpentes, de febres e naufrágios, de assombrações e magias. Cedo o moleque foi aprendendo que ‘a água, a farinha e o amor’. No entremeio dessas histórias também foi moldando e recriando significados para esse vastíssimo fabulário amazônico que, mais tarde, esteve no âmago das propostas literárias dos modernistas (FIGUEIREDO, 2016, p. 326).

Em Recife, do mesmo modo, verificamos cenas de crianças em contato com a natureza próxima às suas residências. A brincadeira com e dentro da natureza é mais desafiadora em relação à capacidade física da criança (Figuras 53 e 54).

Figura 53 - Manoel Tondella. Canoa no Mangue, Recife, PE, 1905



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2022).

Simmel (2005, p. 581) trata da disposição das crianças dos centros urbanos ao reagir aos estímulos da cidade. “[...] a incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações”³⁸. Notamos a diferença entre as crianças nas cidades brasileiras nesse contexto de urbanização, em que se experimentava diferentes tipos de produção de sociabilidades entre a passagem ainda de um modelo de país na transição do rural para o urbano, do campo para a cidade.

³⁸ “A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao *blasé* em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras”. (SIMMEL, 2005, p. 581).

Figura 54 - Lunara Riachinho, Porto Alegre, RS, 1900 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

A Figura 54 revela as condições precárias de habitação e de saneamento básico como origem e consequência da histórica ausência de participação do poder público em muitos subúrbios das cidades brasileiras. Essas crianças em ambos os lados do riachinho demonstravam liberdade de ação na atividade de pescar, o que identifica que elas não se rendem às condições existenciais de vida, mas encontram novas formas de viver a infância no lugar habitado.

Independentemente do lugar, a rua tem função lúdica como destaca Lefebvre (1999, p. 29), o que faz se aproximar das culturas infantis, pois nada tão propício à criança que tem como sua forma de ser e existir no mundo, a brincadeira. Então, a criança, através do encontro, também faz a rua se movimentar dando sentido à existência da cidade: “[...] na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada”.

5.4 TRABALHO

Eles, coitados, não sabem. São os humildes, são os ignorantes. Todas as emoções se lhes embotaram. Os pais trabalhavam de sol a sol. Aos dez anos já trabalham. É preciso trabalhar para ganhar, com medo do patrão poderoso, do feitor, do espia, de toda a gente, para não perder aquela certeza assustada e moral do pão (DO RIO, 2009a, p. 129).

A partir de seus escritos sobre Moscou, Benjamin (1987b, p. 160) destaca a participação das crianças nas ruas: “[...] no panorama das ruas de todos os bairros proletários as crianças são importantes. Aí são mais numerosas que nos demais, se deslocam convictas de seu destino e são mais ocupadas”. Nesse sentido, pensamos também na possibilidade de reconstruir a história das infâncias nas cidades brasileiras na Primeira República, desta vez, destacando especialmente a criança trabalhadora.

“Para muitos, porém, a infância foi um tempo de obrigações de trabalho. Entre os que não tinham recursos, a criança raramente tinha um mundo próprio. No espaço exíguo das casas de subúrbio, nos cortiços e favelas ou nas fazendolas, ela começa a trabalhar desde cedo” (DEL PRIORE, 2017, p. 410). Assim, apresentamos nessa seção algumas dessas cenas das crianças trabalhando nos espaços da cidade quando percebemos que elas fazem da cidade um local de sobrevivência. Quando as crianças são subjugadas às condições de trabalho, elas se afastam de seu próprio mundo infantil, se colocando em uma responsabilidade antecipada, dentro de uma condição de vida já tão penalizada a começar pelas condições deficitárias de moradia nos bairros operários.

Concordamos com a diferenciação proposta por Lefebvre (2001) entre *habitat* e *habitar*. O *habitat* é a moradia reduzida à função de morar numa cotidianidade alienada, enquanto *habitar* é o viver plenamente a cidade – ambas situações verificadas na nossa pesquisa conforme condição de classe. Além disso, ele esclarece que o direito à cidade deve ser compreendido não apenas quanto à garantia de acesso às condições mínimas de reprodução social, mas também direito à vida urbana, valorizando a obra em detrimento do produto.

Figura 55 - Augusto Malta. Barracão de madeira (“cortiço”) componente da estalagem existente nos fundos dos prédios n. 12 a 44 da rua da Sé. Rio de Janeiro, 1906



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2022).

Segundo Martins (2017, p. 20), existem situações em que não há como maquiagem o cenário fotográfico, como naquelas “[...] situações de ruptura da vida cotidiana, de interrupção das condições sociais de encenação, de perda do controle sobre o cenário e os atores”. Algumas cenas registradas apresentam as condições de pobreza pela qual passavam as famílias pertencentes às classes populares da cidade do Rio de Janeiro. Na Figura 55, identificamos a presença de crianças de diferentes idades em um cortiço, junto a presença de adultos.

No mesmo passo, “[...] a rua afirma-se como espaço do trabalho, circulação e sociabilidade distinta, definida pelos pertencimentos sociorraciais e de gênero” (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 52). Dessa forma, nem todas as crianças estavam submetidas a mesma situação, havendo uma diferenciação de tratamento, segundo a sua condição de classe e origem étnico-racial principalmente, onde identificamos crianças transitando na calçada de um dos pontos mais movimentados do Rio de Janeiro, no início do século XX. A condição de vida das crianças pobres e negras nos morros e cortiços da cidade, a começar pelo tratamento dado às suas famílias, se revela mais desfavorável do que das

demais crianças, pois se identificava um processo de tentativa de domesticação constante dessas infâncias, inclusive pela pedagogia do trabalho.

Na Figura 56, é possível identificar a presença de duas classes sociais distintas por meio das crianças. Na calçada, observamos a presença de crianças da elite com as mãos para frente e para atrás, o que denota um controle do gestual que se assemelha a do adulto, por meio de uma autocontenção do corpo. Também encontramos crianças de classes populares o que era muito comum, inclusive uma delas parecer portar seu instrumento de trabalho no ombro.

Figura 56 - Quiosque na Rua Frei Caneca, Rio de Janeiro, RJ, 1906



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (2022).

Mesmo que de uma forma oficializada, sob a ótica do fotógrafo Augusto Malta, encontramos na série fotográfica pesquisada por Maria Ciavatta (2002), sobre o mundo do trabalho em imagens, no Rio de Janeiro, entre 1900 e 1930, a presença de crianças em vários contextos da cidade em processo de reforma: nas obras, nas calçadas, nos morros, nos comércios, nas fábricas, nos cortiços, dentre outros lugares. Aqui fica notório que de fato as crianças estavam presentes e circulavam pelos espaços da cidade.

Para Brayner (2008, p. 67), os projetos de reforma existentes no fim do Império e na Primeira República voltados para as classes populares “[...] tinham clara intenção moralizadora (higienizadora) e erradicativa (da regeneração moral que acompanhava o analfabetismo), voltada para o controle social em cidades que começavam a se tornar, demográfica e politicamente difíceis de administrar”. O trabalho surge como uma tentativa de uso e de controle das camadas populares, inclusive com o emprego de crianças como forma de trabalho industrial.

Existe o cotidiano de crianças trabalhadoras nas ruas da cidade, como a Figura 57³⁹ que mostra duas crianças vendedoras de caldo de cana, descalças em roupas simples, em uma praça de Recife. Segundo Sarmiento (2005, p. 370), “[...] as condições sociais em que vivem as crianças são o principal factor de diversidade dentro do grupo geracional”. Aqui, as crianças parecem ter sido chamadas para posar para o fotógrafo em uma praça de frente para um teatro da cidade.

Figura 57 - Teatro Santa Isabel, Recife, PE, 1905



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2022).

³⁹ A fotografia original com uma maior resolução de imagem poderá ser acessada por meio do *link*: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7060>

Em outra cidade, identificamos uma rua de comércio tipicamente movimentado com edificações modernas e amplas calçadas, onde no meio se encontra uma criança isolada vendendo jornais, talvez até um pouco desolada aparentemente, observando o movimento na calçada, o que se trata de um dos tipos de exploração do trabalho infantil na área urbana (Figura 58). “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987a, p. 224).

Figura 58 - Guilherme Gaensly. Rua 15 de Novembro, São Paulo, SP, 1905 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Mais do que simples fotografias da cidade, as imagens revelam a existência do trabalho infantil, mesmo que esse não tenha sido o enfoque do fotógrafo. Aqui temos exemplo de um modo de exploração da atividade infantil que está em contraposição ao

estilo de vida e de valores burgueses estampados principalmente na arquitetura da cidade permeada por símbolos do moderno.

A seguir, apresentamos crianças na calçada da fábrica de cerveja que ficava situada na região próxima à Vila Rubim, atrás da Santa Casa de Misericórdia, no Centro de Vitória (Figura 59). Tímidas ou acanhadas, parecem se esgueirar pelas grades na pose fotográfica. Aparentemente, parecem ser acostumadas a frequentar o local, ou talvez algumas pudessem ser filhos de funcionários ou até mesmo empregadas da fábrica que passou a funcionar após a instalação de água encanada proveniente de uma fonte da Lapa (hoje Morro do Moscoso), a partir de 1884, na região próxima à Cidade de Palha (hoje Vila Rubim).

Figura 59 - Fábrica de cerveja e águas gasosas Gustavo Schmidt, Vitória, ES, 1912



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2022).

Sobre uma fábrica de cerveja instalada no Rio de Janeiro no ano de 1929, Humberto de Campos narra como essa indústria fazia parte da rotina da cidade, e, de alguma forma poderia também atrair a curiosidade infantil das suas proximidades em um cenário parecido com o da fotografia, em destaque o aguçamento dos sentidos:

A nossa nova casa fica precisamente em frente à Fábrica de Cerveja Hanseática. Dia e noite pulsam aos meus ouvidos as artérias das máquinas e arfa, angustiado e surdo, o coração dos motores. Caminhões trovejam na rua,

tilitando as campainhas das garrafas. Operários entram e saem. E um cheiro bom, e amável, de levedo, de cerveja fervida, mistura-se ao anoitecer ao perfume fresco do jasmin-laranja que sobe dos jardins da vizinhança. À direita, por trás da rua Conde de Bonfim, a serra da Tijuca se estende com sua matéria escura, cerrada (DEL PRIORE, 2017, p. 203).

Em uma outra fotografia, avistamos um grupo de crianças próximas às grades de outro ponto da cidade: a de um mercado que aparenta ter seus atrativos próprios para além da arquitetura moderna, e, que pelo seu movimento de circulação de pessoas e coisas, também parece chamar atenção das crianças para seu universo interno e de suas bordas. Trata-se do Mercado Público de São José em Recife (Figura 60), e, como escreve Ariano Suassuna (1994, p. 267): “[...] como a antiga Estação Ferroviária, é prédio que se inclui na ‘arte nova do ferro batido’, **tem de tudo**. Inclusive os folhetos escritos por cantadores e poetas populares de todo o Nordeste [...]” (grifo nosso).

Figura 60 - Manoel Tondella. Mercado Público de São José, Recife, PE, 1905



Fonte: Arquivo Nacional (1905).

De acordo com Benjamin (1987b, p. 18), “[...]” a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos de atenção e exercícios infantis. E dos mais apropriados. Ou seja, as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas”. A expressão “tem de tudo” endossa

esse caráter de diversidade e de novidade que chega até o mercado, cujo movimento deveria atrair também a presença infantil.

Lefebvre (2001) critica o urbanismo que transforma centros comerciais em centros de consumo privilegiados por meio de uma cidade dita renovada que programa uma cotidianidade que gera satisfações aos seus habitantes como consumidores de produtos. Aos poucos, os hábitos e costumes da sociedade tradicional vai desaparecendo, dando lugar a um cosmopolitismo agressivo com a expulsão dos grupos populares da área central da cidade.

A higienização da cidade foi realizada na remoção não somente dos negros, mas também de todos aqueles que eram chamados nacionais, os pobres da cidade, os caipiras etc., a parcela da população de ‘descalços’ e despossuídos. A preocupação central era esconder uma imagem da cidade considerada feia e suja. A justificativa sempre foi a questão sanitária, mas as leis implementadas visavam não apenas fazer o controle higiênico, com vistas à saúde, mas sobretudo banir a presença daqueles que tinham comportamentos indesejados para o novo padrão da cidade (SILVA, 2006, p. 34).

Em São Paulo, havia preconceito contra o chamado caipira, trabalhador nacional, considerado “[...] herdeiro de um conjunto extremamente desabonador de traços de personalidade atribuídos ao paulista das origens” (CARVALHO, 2008, p. 108). Esse quadro favoreceu a situação do imigrante europeu, que, por sua vez, era considerado um agente acelerador do aprimoramento da raça brasileira por meio do branqueamento, ao mesmo tempo que afastava os modos de vida dos segmentos sociais em que a presença negra era decisiva, principalmente em relação ao trabalho manual.

Em seguida, vemos a passagem de um menino em trânsito pela cidade carregando uma cesta de palha, o que aparenta ser um vendedor de doces ou quiçá salgados, no meio da rua com circulação de pessoas aparentemente pobres, em um cenário um pouco desolador, próximo ao chamado mercado dos caipiras, onde se identifica mais ao fundo outras crianças em situação de vida semelhante (Figura 61). Segundo Araújo (2011, p. 172), “[...] o trabalhador nacional pobre, além de inferiorizado e até mesmo ignorado como membro integrante da dinâmica sociocultural da população paulistana, era visto como destituído de qualidades que pudessem concorrer com a mão de obra estrangeira”.

De acordo com Rago (1985), a construção da representação social da mulher foi necessária na medida em que novas exigências dadas pela crescente urbanização e desenvolvimento comercial e industrial que chegava nas principais cidades do país, a solicitar cada vez mais a presença feminina no espaço público, mas principalmente sua

exigência no mundo do trabalho. Contudo, restava às mulheres pobres e miseráveis poucas chances de posição no mercado de trabalho formal como parece ser o caso das mulheres da Figura 61.

Figura 61 - Vincenzo Pastore. Encontro de mulheres, próximo ao mercado dos caipiras, São Paulo, SP, 1910 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Contudo, a cidade é também formada por seu subúrbio, onde ali tudo acontecia. “Os encontros e os desafetos, os casamentos, os nascimentos, as traições, as festas, as comemorações e os lutos” (LUZ, 1994, p. 189). É a característica dos bairros populares, onde se identificava uma maior convivialidade, como no aspecto da Figura 62. Era muito comum a presença de crianças nos mercados e nas feiras, ou até mesmo nas praças, que eram pontos de encontros comuns da população, onde as crianças também se faziam presentes como apresentado nas fotografias.

Aqui elas acompanhavam o movimento da rua, mas também possivelmente eram prestadoras de serviço, o que não dá para saber ao certo, mas de qualquer forma atestamos que a rua continua sendo como até hoje é local de um comércio ambulante e de rua. “Dentro da cidade que crescia, escondiam-se os afazeres dos pequenos vilarejos. Hábitos da província vigoravam nos subúrbios, nos bairros mais pobres, nos

comportamentos e no consumo de seus moradores” (DEL PRIORE, 2017, p. 208). Na Figura 62, identificamos que as crianças estão em movimento nesses espaços de convivência espontâneos.

Figura 62 - Augusto Malta. Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, RJ, 1922



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Contudo, “[...] o branqueamento na produção do espaço urbano impacta diretamente as relações das crianças com o espaço público ao estabelecer quais espaços as crianças de cada grupo social poderiam ocupar” (LEITE, 2020, p. 223). A diferença social resulta em um tratamento diferenciado entre crianças brancas e crianças negras, sendo que o racismo, inclusive entre as próprias crianças, já fazia parte de certas relações cotidianas na condição urbana moderna no Brasil.

A fábrica entra na cena da cidade e o mundo fabril passa a dominar paulatinamente as capitais brasileiras. Sob influência de ideias socialistas e anarquistas, vindas com imigrantes ou importadas por intelectuais e líderes trabalhistas, os trabalhadores fundaram associações sindicais, jornais e clubes operários. Em 1907, foi declarada uma greve operária na cidade de São Paulo. Segundo Auxiliadora Guzzo de Decca, sobre o trabalho infantil nas fábricas, além de tarefas impróprias para a idade, as

jornadas das crianças eram equiparadas a dos adultos, mas recebendo menor pagamento ou apenas alimentação:

Crianças de 9 a 14 anos trabalhavam comumente nas fábricas, recaindo sobre elas castigos físicos pesados. Crianças de 5 anos trabalhavam ocasionalmente nas indústrias e não escapavam de surras e castigos. Brincadeiras, conversas, vaias, ausências no serviço, demora no banheiro eram consideradas faltas passíveis de punição, além da participação em greves, filiação aos sindicatos, erros no serviço, desobediência a quaisquer ordens e assim por diante. Não devemos nos espantar, portanto, de que as fábricas tenham sido frequentemente comparadas a cárceres e prisões (DEL PRIORE, 2017, p. 199).

“O trabalho do menor era justificado social e moralmente pela boa intenção dos empregados em retirar as crianças da rua, livrando-as das más companhias e dos vícios” (JANOTTI, 1999, p. 75). Para além do processo produtivo, esse controle social era exercido também sobre as atividades cotidianas das classes trabalhadoras como no lazer, na educação e na privacidade do operariado, segundo as mesmas diretrizes presentes nas condutas adotadas no ambiente da fábrica.

Ainda sobre a temática, Araújo (2011) destaca que a vadiagem era considerada expressão da negação do trabalho, sendo assim, considerada sinônimo de comportamento avesso aos preceitos da ordem urbana. Além disso, a sua conexão com a ociosidade e a pobreza era uma forma direta de reconhecer os pobres como “classes perigosas”, incluindo as crianças consideradas socialmente desvalidas. Desse modo, a fábrica surgiu como um espaço de realização da infância pobre com duplo reconhecimento do trabalho: como fonte de correção moral e como princípio educativo destinado aos considerados enfeitados do espaço público.

Segundo Ostetto (1990, p. 94), ao tratar da cidade de São Paulo, “[...] é na cidade que assistimos o peso de todas as mudanças estruturais em andamento. É a cidade o grande ‘chamariz’ para quem sonha construir vida nova”. Na Figura 63, trazemos uma fotografia da fábrica Irmãos Reichert Importadores e Indústria, fundada em 1889 no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. A empresa importava e produzia licores, vinagre, água mineral, caramelos, confeitos, biscoitos, sabão e sabonetes.

Figura 63 - Edifício principal da fábrica dos Irmãos Reichert, São Paulo, SP, 1889



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (2022).

Mesmo com as dificuldades tanto para os imigrantes quanto para os migrantes que chegavam para a proletarização nas indústrias de São Paulo, “[...] a cidade se lhes apresentava como o lugar onde era possível concretizar um sonho de prosperidade” (JANOTTI, 1999, p. 63). Poucos enriqueceram, enquanto outros passaram a integrar as novas classes médias, sendo que a maioria acabou por formar as primeiras gerações operárias, e, isso incluía as crianças.

Ao entrar em contato com as imagens, não pretendemos investigá-las de forma estática, mas sim, em contato com outras fontes de pesquisa, de forma a problematizar a participação das crianças nas cidades, em suas variadas formas e modos. Aqui temos várias crianças aparentemente trabalhadoras, sendo uma delas portando seu instrumento de trabalho, em um dia qualquer de um logradouro bastante movimentado da cidade de São Paulo (Figura 64).

Figura 64 - Largo da Sé, São Paulo, SP, 1912 c.



Fonte: Instituto Moreira Salles (2022).

Camara (2010, p. 54) retoma a ideia da rua como lugar perigoso, permeada e atravessada por imaginários sociais que reforçavam estereótipos e as diferentes concepções de infância:

Em seu emaranhado social, a cidade constituía-se como campo fértil para práticas de solidariedade e de socialização alternativas, estabelecendo uma perigosa geografia do contato entre os frequentadores. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores ambulantes, jornaleiros e vendedores firmavam-se como de alta periculosidade à sua integridade física e moral, pela possibilidade de contaminação social. Perspectivada como lugar do prazer desregrado, da prostituição, da vadiagem, a rua foi identificada como local perigoso e violento, zona livre para práticas delituosas e viciosas e para todo tipo de gente frequentar. **No espaço da rua não se fazia muita diferença entre os desordeiros, vadios, abandonados e trabalhadores, podendo qualquer um, ser ‘confundido’, tomado pelo que não era** (grifo nosso).

Mas, mesmo assim, as crianças continuavam e estavam em todas as partes da cidade: nos cercados dos mercados públicos, nas portas de comércio, nas entradas dos cinemas, nas portas das igrejas, no meio das feiras, enfim, nos espaços das ruas de um modo geral. Uma vez registrada a fotografia, ela será eterna. Segundo Barthes (2017, p.

12), “o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”. Essa é a importância da existência desses registros que são únicos e irrepetíveis no tempo e no espaço.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a ideia veiculada de que as ruas eram locais perigosos e violentos, encontramos através de imagens a presença das crianças nos mais diversos espaços públicos das cidades brasileiras na Primeira República. Segundo Camara (2010), existia uma forma maquiésta de lidar com os limites estabelecidos entre a rua e a escola. De um lado uma ideia degeneradora da rua como agente de contaminação da população pobre, e, de outro lado uma ideia preservativa da escola como capaz de exercer um papel preventivo dos riscos advindos de um ambiente vicioso e condenável às crianças em formação.

Concordamos com Araújo (2019b), quando afirma que as crianças através de suas experiências cotidianas produzem conhecimentos sobre a cidade, inclusive, deslocando o primado da escola como principal referência educativa e de uma determinada presença na cidade. Também de que as crianças têm a capacidade de inaugurar outros modos de ocupar as ruas por meio de suas subjetividades, inclusive como um lugar de potência, onde se identificou algumas vezes quebras de normatividades. É a partir dessa perspectiva que analisamos as imagens, levando em consideração a histórica invisibilização das crianças.

As fotografias descrevem fatos do passado, onde se demonstra evidente a presença das crianças nas cenas das cidades. Não quando já eram previstas a sua participação, quando em muitos encenadas, posadas, ensaiadas ou cooptadas, mas sim, quando elas surgem de formas pouco prováveis, inesperadas ou espontâneas no cotidiano da cidade. Nem sempre em primeiro plano, em alguns momentos aparecem até distantes ou quase despercebidas, mesmo assim, estão presentes em diferentes contextos e situações citadinas.

Ao analisar as fotografias, identificamos que algumas delas foram produzidas de forma estetizadas, montadas, idealizadas e até mesmo romantizadas, e outras capturam os instantes de momentos de liberdade e espontaneidade das crianças nos espaços públicos das cidades, subvertendo a pretensa ordem das ruas. A predominância do gênero masculino nas fotografias é majoritária, entre adultos e crianças, cabendo ao gênero feminino um menor aparecimento nos cenários urbanos, mas não de menor relevo.

Sobre a circulação na cidade, entendemos que a criança traduz o mundo sob sua perspectiva, através de sua própria experiência. A criança se apropria da cidade através de suas próprias práticas sociais por meio das culturas infantis. As imagens encontradas

trazem pequenos fragmentos da vida social que aconteciam nas cidades brasileiras por meio dos quais é possível fazer novas interpretações do uso dos espaços públicos por parte das crianças em uma composição fotográfica que mostra um (re)trato da infância brasileira nesse período histórico. É um estado em aberto, onde outras possibilidades de leituras das fotografias são possíveis.

O reformismo fez parte constante da vida cultural e política do período republicano através da revisão das instituições sociais, inclusive da instrução pública. Dentro desse processo, a escola ganhou cada vez mais relevância e afastou as crianças dos espaços das ruas, na medida em que passou a ser considerada como espaço privilegiado de educação, portanto, não abrangendo a cidade como uma possibilidade educativa (ARAÚJO, 2019b). Mesmo assim, identificamos que as crianças se faziam presentes e se apropriavam dos espaços das cidades de diferentes formas.

Compreendendo a infância como uma categoria social, entendemos a existência de uma multiplicidade de infâncias. A partir dessa ideia, as crianças afetam e são afetadas pelos processos iniciados pelas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em curso nas cidades brasileiras. As crianças são constituídas plurais, da mesma forma que as diferentes cidades visitadas através das fotografias das cidades. Não só a construção social da infância, mas também a formação do urbano ou mesmo da ascensão da mulher no cenário público são fenômenos relativos à modernidade e fazem parte dessa investigação.

As cidades que foram identificadas são aquelas reveladas pelas fotografias encontradas nos acervos. Só não foram encontradas fotografias de cidades do Centro-Oeste, o que tem relação com a incipiente interiorização do país por meio da expansão da fronteira agrícola, e por se dizer assim longe do circuito cultural da fotografia. Todavia, constatamos a importância de Cuiabá nesse contexto histórico, apesar de não encontrarmos fotografias de lá nos acervos pesquisados. Também destacamos a pouca presença de fotografias de cidades do Sul do Brasil.

As infâncias brasileiras vão se caracterizando e se constituindo conforme as condições existentes em cada cidade encontrada, sendo que a seleção das cidades se fez de acordo com os próprios achados da pesquisa documental, com destaque para as grandes cidades, por onde estabeleciam ou circulavam conhecidos fotógrafos. As diferenças regionais permitem o desenvolvimento de diferentes sociabilidades na relação das crianças com a cidade, ora em maior contato com a natureza (mar, riachinho, mangue, igarapé etc.), ora com mais contato com elementos da tradição (festas populares, dias de

santo, por exemplo). Fomos nos deixando implicar pelas fotografias desses cenários onde o urbano ainda convivia com o rural em vários dos cenários registrados.

Também identificamos a convivialidade e desembaraço das crianças em espaços urbanos, e uma certa destreza e habilidade com os novos dispositivos e sensações trazidos pela modernidade, inclusive em meio à multidão, como nos postes, nos terrenos baldios, nas esquinas ou nas calçadas. Além da presença em ocasiões especiais ditadas pelo calendário da cidade como festas, desfiles, inaugurações, feiras, recepções, cerimônias, funerais, missas, comícios, protestos, procissões e dias de santos. Sem contar os seus modos de ação sobre a cidade: brincando, correndo, trabalhando, passeando, contemplando, festejando, andando, encenando, rindo, acenando, divertindo-se ou mesmo aparentemente sem fazer nada.

Conforme condições identificadas à época, as crianças foram educadas para reproduzir um comportamento segundo os preceitos liberais universais, então, o que se esperaria é que elas seguissem as regras da cidade moderna. Mas, ao contrário, as imagens nos revelam que elas também driblaram essas formas impositivas de convivência na cidade. Os usos da cidade pelas crianças pobres correspondiam em certa medida àqueles destinados à sua classe social, em que a rua se figurava como lugar de acesso à atividade econômica, inclusive como condição da própria sobrevivência. Mas também, o lugar das brincadeiras e de outras práticas, o que em determinados momentos eram combinados.

A pobreza é vista como um forte marcador social a demarcar as diferenças entre as crianças nos espaços públicos das cidades, inclusive das crianças negras que se encontram ainda mais vulneráveis e inviabilizadas nesse processo de modernização das cidades. Apesar do baixo registro de crianças negras nas fotografias, constatamos que elas resistem ao colonialismo presente na sociedade brasileira. As fotografias em várias de suas facetas denunciam muitas dessas subalternidades, como por exemplo, quando identificamos um registro furtivo ou “borrado” de uma dessas crianças.

Ainda sobre a criança negra, identificamos um processo de generalização de estudos que resultam em um encobrimento dessa presença ao se tratar de modo mais amplo a condição geral da criança trabalhadora, delinquente, pobre e abandonada, mas, não especificamente da criança negra, o que pode revelar inclusive uma tentativa de branqueamento ou mestiçagem também em termos teóricos. Os referenciais com os quais dialogamos pouco desvela a condição da criança negra na cidade evidenciando mais a

questão de classe, com destaque maior para a discussão das crianças pobres na literatura abrangida.

Ou seja, se as palavras são incapazes de revelar, as imagens também não conseguem retratar de modo mais amplo a presença da criança negra na cidade. Silenciamento e apagamento estão relacionadas a condição da criança negra nas imagens, pelo menos nos acervos pesquisados até o momento, o que nos revela um processo de ocultação dessa criança. Segundo Leite (2000, p. 20) “[...] sobre os silêncios das fotografias existe muito o que elaborar”, o que nos faz refletir e nos perguntar cada vez mais sobre a ausência dessa criança.

A infância (re)tratada nas diferentes imagens e contextos como buscou nossa investigação foi a possibilidade de fazermos uma problematização de um passado recente buscando novos enunciados nas relações das crianças com as cidades. As fotografias testemunham fatos que muitas vezes não são ou estão explicitamente documentados textualmente, o que acaba por revelar outros modos ainda pouco conhecidos. Existem provas por meio das fotografias de que houve outras maneiras de se viver as infâncias na cidade e um novo conjunto de possibilidades investigativas.

Sobre possíveis continuidades de pesquisa, uma perspectiva seria a busca por fotografias de crianças nas cidades brasileiras na Segunda República, período conhecido como Era Vargas (1930-1945). Dessa forma, teríamos um quadro comparativo, além de uma investigação completa de um período determinado da história brasileira. Outra direção seria voltar mais um pouco ao passado na busca de pistas mais aprofundadas sobre a presença da criança negra na cidade por meio de registros fotográficos em composição com outras fontes históricas, entre o fim do Império e o início da República no Brasil. Infâncias essas que se encontram ainda nos sótãos dos arquivos, como bem apontam Veiga e Faria (1999).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010.

AMARAL, Giana Lange do. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 11, n. 2, abr. 2002, p. 243-248.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ARAÚJO, Vania Carvalho de Araújo (Organização). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011.

_____. Crianças em tempos sombrios e as possibilidades do (com) viver na cidade. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ES. a.16, v.21, n. 49, p.135-150, jan/jun. 2019a.

_____. **Do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Vitória: Edufes, 1996.

_____. Quando as crianças nos ensinam sobre a cidade. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, p. 319-334, mai./jun., 2019b.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. As possibilidades de uma experiência compartilhada entre adultos e crianças na cidade. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, Suppl. 1, 2017.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

ARRIADA, Eduardo. Uma história dos sem nomes: a visão de história em Walter Benjamin. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, set. 2003, p. 159-209.

ARROYO, Miguel. Apresentação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 07-20.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987a (Obras escolhidas, v. I).

_____. **Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1987b (Obras escolhidas, v. II).

_____. **Walter Benjamin: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BIROLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. **Os Filhos da República: a Criança Pobre na Cidade de São Paulo. 1900-1927**. Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2000.

BONFÁ NETO, Dorival. A puxada de rede: cooperação, coletividade e ajuda mútua em imagens. **GIS: Gesto, Imagem e Som - Revista De Antropologia**, v. 7, n. 1, São Paulo, 2022, p. 1-37.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Educação e republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, v. 6, n. 8, Dossiê: Cidade e habitação na América Latina – CIEC/Unicamp, jun. 2014.

CABRAL, Vera Monteiro Larica. **Política de estado em relação ao menor e seus desdobramentos no espírito santo (1889-1927)**. 2008. 152f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAMARA, Sônia. **Sob a defesa da república: a produção da infância pobre nos debates jurídicos-educacionais no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910 a 1920**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva histórica, 2004.

_____. **Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMPOS, Karen Calegari Santos. **A educação do corpo no projeto republicano na cidade de Vitória (1908-1912)**. 2016, 212 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CAMPOS, Karen Calegari Santos; SIMÕES, Regina Helena Silva. A educação do corpo “republicano” no Espírito Santo: modernização, controle e sociabilidade. **Educação em Foco**, ano 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 196-215.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 225-252.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo: 1870-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2008.

CASTRO, Lucia Rabello de. A infância e seus destinos. no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun. 2002, p. 47-58.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CIAVATTA, Maria. Educando o trabalhador da grande “família” da fábrica – a fotografia como fonte histórica. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CONTI, Raquel Félix. Vitória, em que espelho ficou guardada a sua face? In: SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit; CONTI, Raquel Félix; FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira (Org.). **Relendo imagens, atribuindo significados: as cidades que devem ser esquecidas**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2011.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914**: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

D’ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, abr. 2006, p. 237-250.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: Leyla, 2017.

DO RIO, João. **Cinematógrafo**: crônicas cariocas/João do Rio. Rio de Janeiro: ABL, 2009a. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 87).

_____. **Melhores crônicas João do Rio**. São Paulo: Global, 2009b.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo política no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. **ProPosições**, v. 15, n. 1 (43), jan./abr., 2004.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Yuma. **O grau de educação se mede pelo uso do sabão: a criança e o projeto médico social da primeira república em Natal/RN (1892-1922)**. 2019. 155f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua!**: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Walter Benjamin - “Esquecer o passado?”. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JÚNIOR, Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs.). **Walter Benjamin: Experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GOMES, Ana Maria Rabelo; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 519-550.

BRASIL. **Evolução da divisão territorial do Brasil (1872-2010)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Sociedade e política na Primeira República. São Paulo: Atual, 1999.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras em imagens do século XIX**. Tese (Doutorado) São Carlos: UFSCar, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Industrial, 2014a.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014b.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. maio-ago, n. 14, 2000, p. 5-17.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Maria Cristina Stello. **Crianças na cidade: registros no processo de urbanização de São Paulo pelas fotografias de Vincenzo Pastore (1900-1910)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2020.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura de fotografia histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Thiago. Memória e esquecimento da trajetória negra em Londrina. In: SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana (Orgs.). **Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

LOPES, Almerida da Silva. **Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba 1850/1950**. Vitória: Edufes, 2002.

LÖWY, Michael. A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes. insurreições, barricadas e haussmannização de Paris nas passagens, de Walter Benjamin. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs.). **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LUZ, Madel T. O corpo da cidade. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 181-193.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

_____. Fotografia e História - possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1., jan.-jun. 2005, p. 133-174.

_____. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**, Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, Tese de Doutorado, 2v., 1990.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez, 1989.

MORAES, Eneida de. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 03-08.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. **Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 180-201.

_____. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no RJ-1870/1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

_____. (Des)encantos da modernidade pedagógica. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 371-398.

O'DONNELL, Julia. **De olha na rua: a cidade de João do Rio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Da rua à fábrica: a condição infantil na República. *Perspectiva*; r. **CED**, Florianópolis, v. 8, n. 15, jul.-dez. 1990, p. 91-125.

PAULILO, André Luiz. A cidade como programa: escola pública e vida urbana na capital da Velha República. **História Social**, n. 21, segundo semestre, 2011.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia**: Florianópolis - 1900/1940. 247f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. **O cotidiano da república: elite e povo na virada do século**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. Modernização urbana e educação das sensibilidades na cidade de Vitória (1890-1912). **Resgate**, vol. XX, nº 23, jan.-jun. 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as origens da favela. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, vol. 10, núm. 23, set.-dez. 2011, p. 33-48.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil: 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Renato Menezes. O Pavilhão da Música da Exposição Nacional de 1908. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.5, 2011, p.199-209.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, Cidade dos Modernismos. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 121-133.

RIO MEMÓRIAS. Morro do Castelo. Rio Memórias, 2023. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/morro-do-castelo/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobras-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças** no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RODRIGUES, Keila da Silva Santos. **O infiltrado: Benedicto Galvão - a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 225 p. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2019.

SANCHES, Eduardo Oliveira; SILVA, Divino José da. Infância, passagens para um flâneur aprendiz. **Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia. da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, maio-ago. 2005, p. 361-378.

_____. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 2, p. 232-240, maio-ago. 2018.

_____. Metodologias visuais em Ciências Sociais. In: TORRES, Leonor Lima; PALHARES, José Augusto (Orgs). **Metodologia de investigação em Ciências Sociais da Educação**. Ribeirão: Edições Húmus, 2014.

_____. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2007.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, v.19, n.37, São Paulo, set.1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Aula Magna FFLCH 2023: Sobre lembranças e esquecimentos: uma leitura dos processos de racialização no Brasil**. YouTube, 27 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0I1K5H1QOqo>>. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia&Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 04., n. 02, out., 2014, p. 391-431.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, História da Vida Privada no Brasil; 3, 1998, p. 7-48.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Wesley. **Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-41)**. Tese. 255f. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, p. 577-591.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STIEGLER, Bernd. Walter Benjamin e a Fotografia. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR, Rubens; VEDDA, Miguel. **Walter Benjamin: Experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Unesp, 2015.

SUASSUNA, Ariano. A cidade e sertão. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. n. 23, 1994, p. 262-269.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: De Criança Para Menor Curitiba - Início Do Século XX**. Tese de doutorado. 254 f. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

TURAZZI, Maria Inez. **Apresentação**. In: ERMAKOFF, George. Augusto Malta e o Rio de Janeiro (1903-1936). Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 399-422.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, 2000, p. 135-160.

VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). **Anais do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 27, 2019, p. 1-44.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 497-518.